



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
01	Autarquia Hospitalar Municipal	AHM

Descrição da Legislação

Lei nº 13.271 de 04 janeiro de 2002 Dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde do município de São Paulo, com a criação de unidades autárquicas hospitalares de regime especial. Instituição das 05 Autarquias Hospitalares Regionais da cidade de São Paulo.

Lei nº 14.669 de 14 de janeiro de 2008 - Altera a estrutura e as atribuições das Autarquias Hospitalares do Município de São Paulo.

Decreto nº 49.231 de 19 de fevereiro de 2008 - Regulamenta o artigo 1º da Lei 14.669 de 14 de janeiro de 2008 no que se refere à organização e estruturação da Autarquia Hospitalar Municipal, criando as Coordenadorias Hospitalares Regionais.

Decreto nº 50.478 de 10 de março de 2009 - Organiza a estruturação da Autarquia Hospitalar Municipal[SPL061C



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
02	Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM

Descrição da Legislação

LEI nº 13.766, de 21 de janeiro de 2.004. Reorganiza o Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM e institui novo plano de empregos públicos, carreiras, salários e remuneração para os empregados públicos da autarquia, e da outras providências. (pl 842/03)

DECRETO nº 45.216, de 31 de agosto de 2.004 Dispõe sobre a estrutura organizacional do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, nos termos previstos na LEI n. 13766, de 21 de janeiro de 2004, e estabelece as competências que especifica.

LEI nº 14.661, de 28 de dezembro de 2007. Altera a redação do inciso I e parágrafo único do artigo 2º e do artigo 13 da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, para o fim de dispensar os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, bem como definir os beneficiários da assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica prestada pela autarquia, e dá outras providências.

Decreto nº 50564, de 09 de abril de 2009 - Regulamenta o artigo 13 da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, alterado pela Lei nº 14.661, de 28 de dezembro de 2007, que dispensa os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, bem como define os beneficiários da assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica prestada pela Autarquia.L061C



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM

Descrição da Legislação

Lei nº 1.236, 11/09/1909 Criação do Montepio Municipal de São Paulo em 1909.

Lei nº 7.447, 16/04/1970 - Disciplina a concessão de pensão, legado e auxílio funeral pelo Montepio Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

Lei nº 9.157, 1/12/1980 - Reformula o regime de concessão de benefícios previdenciários aos servidores municipais e dá outras providências.

Lei Municipal nº 10.828, 04/01/80 - Adapta o regime de concessão de benefícios previdenciários aos servidores municipais às disposições constitucionais em vigor, e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 19.308, 30/11/83 - Dispõe sobre a reestruturação do Instituto de Previdência do Município de São Paulo.

Lei Federal nº 9.717, 28/11/98 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados, Distrito Federal e dá outras providências

Lei Federal nº 9.796, 06/05/99 - Dispõe sobre a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

Orientação Normativa Iprem-SP nº 01, 4/04/1999 - Normatiza as alterações produzidas pela Lei Federal nº 9.717/98 na legislação previdenciária municipal.

Decreto Federal nº 3.788, 11/04/01 - Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária.

Orientação Normativa Iprem-SP nº 01, 25/08/2001 - Altera o disposto na Orientação Normativa 1/99 e adapta o Instituto às disposições contidas na Emenda Constitucional nº 20.

Orientação Normativa Iprem-SP nº 04, 23/07/2002 - Faz a adequação do rol de beneficiários do Iprem com regras estabelecidas pela Lei Federal 9.717/98.

Orientação Normativa Iprem-SP nº 05, 4/10/2002 - Alterações produzidas pela lei 9.717/98 na legislação previdenciária municipal, que altera o rol de beneficiários do IPREM.

Portaria nº 582/02/SGP-G/2002 - Regulamenta Procedimentos das URHs sobre Declaração de Família dos servidores

Orientação Normativa Iprem-SP nº 01, 31/01/2002 - Fixa Orientação Normativa para contribuições recolhidas e pensões concedidas e alterações.

Orientação Normativa Iprem-SP nº 03, 08/07/2003 - Garante o benefício de pensão por morte ao menor sob guarda e ao separado de fato.

Portaria MPS nº 916 e alterações, 17/07/03 - Aprova o Plano de Contas, o Manual das Contas, os Demonstrativos e as Normas de Processamento Contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, constantes dos anexos I,II,III e IV, da Portaria. Lei Federal nº 10.887 21/06/04 - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda 41/2003, altera dispositivos das Leis 9.717/1998, 8.213/1991, 9.532/1997 e dá outras providências

Emenda Constitucional nº 47, 06/07/05 - Modifica a previdência dos servidores públicos com regras de transição, paridade, contribuição de aposentados e pensionistas e dá outras disposições.

Lei Municipal nº 13.973, 12/05/05 - Dispõe sobre as contribuições para o RPPS dos servidores públicos do Município de São Paulo que especifica e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 46.860, 28/12/05 - Regulamenta a Lei 13.973, de 12/05/2005, que dispõe sobre as contribuições para o RPPS do Município de São Paulo

Decreto Municipal nº 46.861, 28/12/05 - Dispõe sobre a concessão de aposentadorias e pensões dos servidores do Município de São Paulo.

Decreto Municipal nº 49.721, 08/07/08 - Introduce modificações no Decreto nº 46.860, de 27/12/2005, que regulamenta a Lei nº 13.973, de 12/05/2005, relativa às contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo - RPPS, e no Decreto nº 46.861, de 27/12/2005, que dispõe sobre a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos do Município de São Paulo -ANEXO 1, ANEXO 2, ANEXO 3, ANEXO 4

Portaria MPS nº 204 e alterações, 10/07/08 - Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.

Portaria MPS nº 403, 10/08/08 - Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS.

Portaria MPS nº 402, 10/12/08 - Disciplina parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS.

Portaria MPS nº 83, 18/03/09 - Altera as portarias MPS 204 de 10/07/2008 e nº 402 de 10/12/2008.

Orientação Normativa-MPS nº 2 e alterações, 31/03/09 - Dispõe sobre a normas para os Regimes Próprios de Previdência Social .

Lei Municipal nº 15.080, 17/12/09 - Dispõe sobre o benefício da pensão por morte; autoriza o Instituto de



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
--------	-----------	-------

03

Instituto de Previdência Municipal de São Paulo

IPREM

Previdência Municipal de São Paulo IPREM a alienar os créditos e os imóveis que indica, bem como a aceitar a liquidação antecipada dos créditos decorrentes de contratos de financiamentos imobiliários dos Planos 43 e 44, mediante a concessão de descontos, nas condições que especifica.

Decreto nº 52.397, 07/06/2011-Introduz alterações no Decreto nº 46.861, de 27 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos do Município de São Paulo, para o fim de disciplinar a aplicação de prazos de decadência e prescrição no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo - RPPS; altera a redação do artigo 1º do Decreto nº 42.718, de 16 de dezembro de 2002, que dispõe sobre delegação de competências aos Secretários Municipais.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	SFMSP

Descrição da Legislação

Lei Nº 8.383 - 20/04/1976 - Reorganiza o Serviço Funerário e dá outras providências.

Lei Nº 11.479 - 14/01/1994 - Dispõe sobre dispensa de pagamento ao S.F.M.S.P. de taxas de emolumentos e tarifas devidos em razão de realização de funeral.

Lei Nº 13.568 - 30/04/2003 - Dispõe sobre dispensa de pagamento ao S.F.M.S.P. de taxas de emolumentos e tarifas devidos em razão de realização de funeral.

Lei Nº 14.268 - 06/02/2007 - Dispõe sobre gratuidade dos serviços de exumação e dos meios a ele necessários a população de baixa renda.

Decreto Nº 43.560 - 01/08/2003 - Dispõe sobre dispensa de pagamento ao S.F.M.S.P. de taxas de emolumentos e tarifas devidos em razão de realização de funeral.

Decreto Nº 35.198 - 15/06/2005 - Dispõe sobre dispensa de pagamento ao S.F.M.S.P. de taxas de emolumentos e tarifas devidos em razão de realização de funeral.

Decreto Nº 48.339 - 10/05/2007 - Dispõe sobre gratuidade dos serviços de exumação e dos meios a ele necessários a população de baixa renda.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
09	Camara Municipal de São Paulo	CMSP

Descrição da Legislação

LEI ORGÂNICA 04/04/1990 Lei Orgânica do Município de São Paulo.

RESOLUÇÃO 2 26/04/1991 Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo.

LEI 13.637 10/09/2003 Dispõe sobre a reorganização administrativa da Câmara Municipal de São Paulo e de seu quadro de pessoal, procede às adaptações necessárias às normas das emendas constitucionais nº 19/98 e 20/98 e dá outras providências.

LEI 13.638 10/09/2003 Dispõe sobre a organização administrativa direta e institucional da Câmara Municipal de São Paulo.

LEI 13.950 23/02/2005 Altera a redação do § 8º do art. 17 da Lei nº 13.637, de 04 de setembro de 2003, e dá outras providências.

LEI 13.972 11/05/2005 Altera disposições da Lei nº 13.637, de 04/09/03, e da Lei nº 13.638, de 04/09/03, e dá outras providências.

LEI 13.548 02/04/2003 Institui o Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo.

LEI 14.043 02/09/2005 Dispõe sobre a gratificação a ser paga aos guardas civis integrantes do efetivo da Guarda Civil Metropolitana na Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 14.259 03/01/02007 Dispõe sobre a estrutura e atribuições da Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 14.381 07/05/02007 Acresce, revoga e altera dispositivos da Lei nº 13.637, de 4 de setembro de 2003, da Lei nº 14.259, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

LEI 14.613/07 04/12/07 Dá nova redação ao § 8º do art. 43 da Lei nº 13.637, de 04 de setembro de 2003.

LEI 14.889/09 20/01/2009 Dispõe sobre a fixação da data-base para os servidores públicos da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 14.962/09 16/07/2009 Dispõe sobre os reajustes de vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 15.060/09 14/12/2009 Altera disposições das Leis nº 13.637, de 4 de setembro de 2003, e nº 13.638, de 4 de setembro de 2003, e dá outras providências.

LEI 15.138/10 25/03/2010 Dispõe sobre a aplicação do art. 1º da Lei nº 14.889/2009, e dá outras providências.

DECRETO 44.463 6/3/2004 Regulamenta a Lei nº 13.548, de 1º de abril de 2003, que institui o Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo.

RESOLUÇÃO 14/03 19/12/2003 Dispõe sobre organização dos Gabinetes das Lideranças de Representações Partidárias prevista no artigo 5º da Lei nº 13.637, de 4 de setembro de 2003.

RESOLUÇÃO 9/2009 23/09/2009 Altera a redação da alínea "b" do § 3º do art. 112, da Resolução nº 02, de 26 de abril de 1991, Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

RESOLUCAO 15/2009 10/12/2009 Dispõe sobre a neutralização de emissão de carbono gerado pela Câmara Municipal de São Paulo.

RESOLUÇÃO 4/2010 17/03/2010 Altera disposições da Resolução nº 2, de 26 de abril de 1991, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO 1/2011 03/05/2011 Fixa os bens municipais necessários aos serviços da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.

ATO 847/04 8/5/2004 Estabelece rotinas para a implantação e o controle do Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo e fixa seu plano de ação.

ATO 849/04 8/5/2004 Dá nova redação ao artigo 2º do Ato nº 838/04.

ATO 851/04 2/6/2004 Disciplina a concessão da Gratificação de Nível de Assessoria aos Gabinetes de Vereadores, e dá outras providências.

ATO 945/06 11/12/2006 Dispõe sobre revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de São Paulo, na forma prevista no art. 1º da Lei nº 13.303, de 18 de janeiro de 2002 e com base no art. 5º da Lei nº 14.115, de 21 de dezembro de 2005; sobre reajuste quadrimestral da remuneração dos mesmos servidores, na forma do disposto no art. 2º da Lei nº 13.303/02 e no Decreto nº 46.779, de 12 de dezembro de 2005; acrescenta a alínea "b.1" inciso II do §1º do art. 7º do ATO nº 830, de 12 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

ATO 950/07 11/01/2007 Altera o limite no §1º do artigo 17 da Lei 13637, de 04 de setembro de 2003.

ATO 957/07 07/03/2007 Estabelece normas e competências para a organização visual e de mobiliário das áreas comuns externas e internas do Palácio Anchieta.

ATO 971/07 09/05/2007 Regulamenta o artigo 43 da Lei nº 13.637, de 04 de setembro de 2003, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 14.381/2007.

ATO 974/07 31/05/2007 Regulamenta o art. 28 da Lei nº 14.381, de 10 de maio de 2007, e dá outras providências.

ATO 975/07 31/05/2007 Regulamenta a concessão da Gratificação Legislativa de Incentivo à Especialização e Produtividade - GLIEP, e dá outras providências.

ATO 976/07 31/05/2007 Regulamenta o disposto no art. 21 da Lei nº 13.637, de 04 de setembro de 2003, com as alterações da Lei nº 14.381, de 10 de maio de 2007, e dá outras providências.

ATO 978/07 31/05/2007 Regulamenta as disposições do art. 20-E da Lei nº 13.638, de 4 de setembro de 2003,



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
09	Camara Municipal de São Paulo	CMSP
	introduzido pelo art. 25 da Lei nº 14.381, de 10 de maio de 2007, e dá outras providências. ATO 979/07 31/05/2007 Acresce parágrafo único ao art. 1º do Ato nº 833, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências. ATO 980/07 31/05/2007 Acresce parágrafo único ao art. 1º do Ato nº 832, de 30 de dezembro de 2003, e dá outras providências. ATO 981/07 31/05/2007 Dispõe sobre a organização em equipes, por fluxos de trabalho, dentro da estrutura administrativa da Câmara Municipal de São Paulo. ATO 982/07 13/06/2007 Regulamenta o parágrafo único do artigo 5º da Lei 13.638, de 04 de setembro de 2003, com redação dada pelo artigo 21, da Lei 14.381, de 07 de maio de 2007, e dá outras providências. ATO 985/07 14/06/2007 Acresce parágrafo único ao art. 6º do Ato 975, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências. ATO 987/07 19/06/2007 Altera disposições dos incisos II e III do art. 8º do Ato nº 981, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências. ATO 988/07 27/06/2007 Acrescenta o inciso VI ao §1º do art. 7º do Ato 981/07, e dá outras providências. ATO 994/07 27/08/2007 Regulamenta o Programa de Estágio de Estudantes na Câmara Municipal de São Paulo. ATO 995/07 27/08/2007 Fixa limites para o comissionamento de servidores para prestar assessoria às Comissões Permanentes e Temporárias. ATO 1000/07 03/10/2007 Regulamenta o disposto no art. 21 da Lei 13.637/03, com as alterações da Lei 14.381/07, e dá outras providências. ATO 1001/07 17/10/2007 Altera o disposto no art. 17 do Ato 994/07. ATO 1011/07 12/12/2007 Especifica, regulamenta o uso e estabelece os procedimentos dos serviços de telecomunicações na Câmara Municipal de São Paulo. ATO 1014/08 08/01/2008 Dispõe sobre pedidos de pagamento de vales-refeição suplementares em virtude de realização de jornada extraordinária de serviço. ATO 1032/08 26/08/2008 Disciplina a concessão do Auxílio-Refeição na Câmara Municipal de São Paulo. ATO 1034/08 22/10/2008 Disciplina a aplicação, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, dos Decretos nº 46.860 e nº 46.861, ambos de 27 de dezembro de 2005, com a redação que lhes foi conferida pelo Decreto nº 49.721, de 8 de julho de 2008, consolidando os Atos nº 956, de 7 de março de 2007 e de nº 1003, de 31 de outubro de 2007. ATO 1037/08 05/11/2008 Regulamenta a Lei nº 14.720, de 25 de abril de 2008, e dá outras providências. ATO 1059/09 15/04/2009 Atualiza a descrição e os requisitos de provimento dos cargos de nomeação em caráter efetivo do Quadro de Pessoal do Legislativo, e dá outras providências. ATO 1067/09 24/06/2009 Dá nova redação aos incisos I e V do § 1º do artigo 8º do Ato nº 981/2007, e dá outras providências. ATO 1068/09 24/06/2009 Determina os procedimentos a serem adotados quanto às concessões de aposentadorias, de acordo com a legislação vigente. ATO 1.074/09 12/08/2009 Altera a redação do § 1º do art. 5º do Ato nº 1.032/2008. ATO 1.078/09 26/08/2009 Altera a redação dos parágrafos 6º e 7º do art. 8º do Ato nº 981, de 31 de maio de 2007. ATO 1.088/09 28/10/2009 Altera o Ato nº 996/07, que adota no âmbito desta Edilidade o Decreto nº 17.616/81. ATO 1.094/09 10/11/2009 Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para dar maior publicidade e transparência à consignação em folha de pagamento. ATO 1.104/09 17/12/2009 Altera e consolida o Regimento Interno da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, e dá outras providências. ATO 1.105/09 18/12/2009 Cria e regulamenta o Centro de Educação Infantil da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências ATO 1.108/09 18/03/2010 Regulamenta o desconto e o repasse da contribuição sindical obrigatória recolhida dos servidores da Câmara Municipal de São Paulo em regime jurídico disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. ATO 1126/10 06/10/2010 Disciplina a produção e disponibilização de conteúdo no site da Câmara Municipal de São Paulo na Internet. ATO 1128/10 29/11/2010 Regulamenta a concessão da Gratificação Legislativa de Incentivo à Especialização e Produtividade - GLIEP - aos servidores celetistas aposentados reintegrados por força de decisão judicial, e dá outras providências. ATO 1131/11 26/01/2011 Institui a Escola do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo. ATO 1132/11 07/02/2011 Institui a Ouvidoria do Parlamento na Câmara Municipal de São Paulo. ATO 1135/11 21/02/2011 Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, cria Núcleo Técnico de Controle Interno, e dá outras providências. ATO 1137/11 24/02/2011 Dispõe sobre a implementação do sistema de logística reversa no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
09	Camara Municipal de São Paulo	CMSP
	ATO 1140/11 25/03/2011 Dispõe sobre os preceitos relativos ao "Trabalho Decente" no âmbito das contratações de obras e serviços da Câmara Municipal de São Paulo.	
	ATO 1142/11 30/03/2011 Dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, nos termos que especifica.	
	ATO 1148/11 28/04/2011 Altera o limite previsto no § 1º do artigo 17 da Lei nº 13.637, de 04 de setembro de 2003.	
	ATO 1156/11 20/06/2011 Dispõe sobre a implementação do Programa de Dados Abertos do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.	
	ATO 1161/11 04/07/2011 Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras e serviços de engenharia pela Câmara Municipal de São Paulo.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
10	Tribunal de Contas	TCMSP

Descrição da Legislação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL art. 31 e 75 5/10/1988

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO art. 150 e 151 8/10/1989

LEI Orgânica do Município de São Paulo art. 48, 49 e 53 18/4/1990

LEI 9.167 3/12/1980 dispõe sobre a reorganização, competência, jurisdição e funcionamento do T.C.M.S.P - Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 13.877 23/7/2004 Dispõe sobre a reorganização administrativa do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e de seu Quadro de Pessoal, altera dispositivos das LEIS nº 9.167, de 3 de dezembro de 1980, e nº 11.548, de 21 de junho de 1994, procede às adaptações necessárias às normas da EC 19/98 e 20/98 e dá outras providências.

LEI 14.706 28/2/2008 Acresce, altera e revoga dispositivos da LEI 13.877, de 23 de julho de 2004, com fundamento no art. 35 da LEI 14.381, de 7 de maio de 2007, e dá outras providências.

LEI 14.916 28/4/2009 Dispõe sobre a atribuição de gratificação aos servidores que especifica; cria cargos no quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e dá outras providências.

LEI 14.891 20/1/2009 Dispõe sobre fixação de data-base para os servidores públicos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e dá outras providências.

LEI 15.025 10/11/2009 Institui o Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
11	Secretaria do Governo Municipal	SGM

Descrição da Legislação

LEI 6.882 de 18 de maio de 1966 Dispõe sobre reorganização parcial da estrutura administrativa da Prefeitura
LEI 13.165 de 05 de julho de 2001 - Cria a Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI e dá outras providências.

LEI 13.166 de 05 de julho de 2001 Cria a Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social - SMCIS (PL 284/01)

LEI 13.167 de 05 de julho de 2001 - Cria a Ouvidoria Geral do Município de São Paulo e dá outras providências.

LEI 13.169 de 11 de julho de 2001 Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão, e dá outras providências. (PL 281/01)

LEI 13.292 de 14 de janeiro de 2002 - Institui, no Município de São Paulo, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, criada pelo artigo 238 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 13.519 de 07 de fevereiro de 2003 Altera artigos 186, 189, 199, 200, 201, 209, 216 e 217 da LEI 8.989, de 29/10/79, que dispõe sobre Estatuto dos Funcionários Públicos do Município São Paulo, bem como artigo 12 da LEI 10.182, de 30 de outubro de 1986, o qual dispõe sobre competências Departamento Procedimentos.

LEI 13.430 de 13 de setembro de 2003 Plano Diretor Estratégico. (PL 290/02). Publica Suplemento, conforme DOM de 19/09/02, P.1. OBS: Retificação DOM 07/11/02.P.2

LEI 14.010 de 23 de junho de 2005 Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal e dá outras providências.

LEI 14.349 de 05 de abril de 2007 - Cria a Corregedoria Geral do Município na prefeitura do Município de São Paulo, vinculada diretamente à Secretaria do Governo Municipal.

DECRETO 16.640 de 26 de abril de 1980 Dispõe sobre a reorganização do Gabinete do Prefeito, cria a Secretaria do Governo Municipal e dá outras providências.

DECRETO 22.339 de 21 de junho de 1986 Consolida dispositivos referentes à organização do gabinete do Prefeito, promove sua reorganização parcial e dá outras providências.

DECRETO 40.265 de 29 de janeiro de 2001 Institui Coordenadorias no Gabinete da Prefeita, vinculadas ao Secretario Municipal de Comunicação e Informação Social.

DECRETO 40.987 de 08 de agosto de 2001 Introduce alteração no DECRETO 37.019 de 25/08/1997 (Canal de TV educativo-cultural).

DECRETO 41.621 de 18 de janeiro de 2002 Regulamenta a LEI 13.188, de 16/10/2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de a Prefeitura Municipal de São Paulo disponibilizar Lista e Fotos de Pessoas Desaparecidas em seu "Site" na "Internet".

DECRETO 42.664 de 29 de novembro de 2002 Regulamenta o artigo 16 da LEI 13.396, de 26/07/02, o qual cria a Coordenadoria Geral do Programa das Comissões Cíveis Comunitárias.

DECRETO 42.867 de 17 de fevereiro de 2003 Altera os artigos 2 e 3 do DECRETO 41.621, de 18/01/02.

DECRETO 43.233 de 22 de maio de 2003 Regulamenta os Procedimentos Administrativos Disciplinares, bem como a LEI 13.519, 06/02/03, que altera dispositivos da LEI 8.989, 29/10/79, e da LEI 10.182, 30/10/86, e revoga os DECRETOS 35.912, 26/02/96 e 37.698, 11/11/98.

DECRETO 45.683 de 01 de janeiro de 2005 - Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Admin.Pública Mun. Direta.

DECRETO 45.820 de 05 de abril de 2005 - Reorganiza as atividades de Governo Eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo.

DECRETO 46.856 de 26 de dezembro de 2005 - Reorganiza as atividades do Governo Eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo.

DECRETO 46.957 de 31 de março de 2006 - Dispõe sobre a organização administrativa das atividades de comunicação, na Secretaria do Governo Municipal, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

DECRETO 49.963 de 27 de agosto de 2008 - Disciplina a organização e o funcionamento da Assessoria Policial Militar do Gabinete do Prefeito.

DECRETO 50.378 de 13 de janeiro de 2009 - Transfere para a Secretaria Executiva de Comunicação, da Secretaria do Governo Municipal, a Central de Atendimento 156, o Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na Internet, o Comitê Gestor do Serviço de Atendimento ao Cidadão, a subordinação técnica do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC e as atribuições previstas na Lei nº 13.166, de 5 de julho de 2001, que especifica.

DECRETO 50.379 de 14 de janeiro de 2009 - Fixa as incumbências do Secretário Especial de Direitos Humanos.

DECRETO 50.380 de 14 de janeiro de 2009 - Fixa as incumbências do Secretário Especial de Relações Governamentais.

DECRETO 50.636 de 27 de maio de 2009 - Dispões sobre a vinculação da corregedoria Geral do Município diretamente ao Gabinete do Prefeito.

DECRETO 50.995 de 16 de novembro de 2009 - Altera a denominação da Secretaria Municipal do Trabalho para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, bem como dispõe sobre sua reorganização e



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
--------	-----------	-------

11	Secretaria do Governo Municipal	SGM
----	---------------------------------	-----

seu quadro de cargos de provimento em comissão; institui o Conselho Superior de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo, vinculado ao Gabinete do Prefeito; cria o Programa Agência de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo - ADSAMPA e o Comitê de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo; transfere a vinculação da Companhia São Paulo de Parcerias - SPP e as atribuições de gestão dos CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), conforme especifica.

DECRETO 51.096 de 10 de dezembro de 2009 - Transfere para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho a gestão, a execução, a operacionalização e o controle do projeto "Mapeamento das Atividades Ligadas às Áreas das Ciências da Vida, Saúde e Biotecnologia na Cidade de São Paulo", a que se refere o Decreto nº 48.593, de 7 de agosto de 2007.

DECRETO 51.471 de 10 de maio de 2010 - Transfere cargo de provimento em comissão para o Gabinete do Prefeito, vinculando-o à execução das atividades relacionadas aos direitos humanos, conforme previsto no Decreto nº 50.379, de 14 de janeiro de 2009.

DECRETO Nº 52.267, DE 20 DE ABRIL DE 2011 - Fixa as incumbências do Secretário Especial de Articulação para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

DECRETO Nº 52.275, DE 26 DE ABRIL DE 2011 - Fixa as incumbências do Secretário Especial de Articulação para Grandes Eventos.

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUTUR

LEI 11.198 de 19 de maio de 1992 - Cria o Plano Turístico Municipal - PLATUM, e da outras providencias.

DECRETO 46.649 de 21 de novembro de 2005 - Regulamenta a Lei 11.198, de 19 de maio de 1992, dispondo sobre o Conselho Municipal De Turismo - COMTUR e o Fundo Municipal de Turismo - FUTUR

SÃO PAULO TURISMO - SPTURIS

DECRETO 46.356 de 20 de setembro de 2005 Dispõe sobre a atuação do Poder Público Municipal, por meio da São Paulo Turismo S/A nos eventos que especifica.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	SMSP
	Descrição da Legislação	
	LEI MUNICIPAL Nº 10.569 - 04/07/1988 - CRIA E ESTRUTURA A SUPERINTENDENCIA DAS USINAS DE ASFALTO-SPUA, COM OS CARGOS CORRESPONDENTES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS	
	LEI MUNICIPAL Nº 13.299 - 16/01/2002 - DISPOE SOBRE A PARTICIPACAO DOS INTEGRANTES DO PODER EXECUTIVO NOS CONSELHOS COMUNITARIOS DE SEGURANCA - CONSEG, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. (PL 214/01)	
	LEI MUNICIPAL Nº 13.399 - 02/08/2002 - DISPOE SOBRE A CRIACAO DE SUBPREFEITURAS NO MUNICIPIO DE SAO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. (PL 546/01)	
	LEI MUNICIPAL Nº 13.682 - 16/12/2003 - ESTABELECE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SUBPREFEITURAS CRIADAS P/ L N.13.399/02, CRIA RESPECTIVOS CARGOS PROVIMENTO EM COMISSAO, E A DA...(PL 789/03) OBS.: REPUBLICA COM ANEXOS SUPLEMENTO DOM 18/12/03. REPUBLICACAO DO SUPLEMENTO DE 08/01/04.	
	LEI MUNICIPAL Nº 13.881 - 30/07/2004 - DISPOE SOBRE A CRIACAO, COMPOSICAO, ATRIBUICOES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. (PL 001/01)	
	LEI MUNICIPAL Nº 13.939 - 27/12/2004 - PRORROGA POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS O PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 21 DA LEI N. 13399, DE 1. DE AGOSTO DE 2002, PARA FORMALIZACAO, MEDIANTE LEI, DAS NOVAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS CENTRAIS E DE OUTRAS MEDIDAS DAI DECORRENTES QUE ESPECIFICA. (PL 544/04)	
	LEI MUNICIPAL Nº 14.007 - 20/06/2005 - CRIA, DENOMINA E IMPLANTA O CENTRO DE EMPREGO E SOLIDARIEDADE AO TRABALHADOR, NAS REGIOES DE CADA SUBPREFEITURA DA CAPITAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, (PL 141/05)	
	LEI MUNICIPAL Nº 14.059 - 10/10/2005 - ALTERA A REDACAO DO ART. 7., ITEM 2, DA LEI N. 13399/2003, QUE CRIA AS SUBPREFEITURAS. (PL 219/05)	
	LEI MUNICIPAL Nº 14.675 - 23/01/2008 - INSTITUI O PLANO EMERGENCIAL DE CALÇADAS - PEC	
	LEI MUNICIPAL Nº 14.907 - 11/02/2009 - DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE RECIPIENTES PARA COLETA DE RESÍDUOS NOS ESTABELECIMENTOS DESCRITOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	LEI MUNICIPAL Nº 14.969 - 31/07/2009 - INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, O PROGRAMA DE PREVENÇÃO A INCENTIVOS E DE PROTEÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APAs e NOS PARQUES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 42.237 - 01/08/2002 - REGULAMENTA A LEI N. 13399, DE 1. DE AGOSTO DE 2002, QUE DISPOE SOBRE A CRIACAO DE SUBPREFEITURAS NO MUNICIPIO DE SAO PAULO, NO QUE SE REFERE A EXECUCAO DOS SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PREDIOS, INSTALACOES E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, BEM COMO DE PEQUENAS OBRAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 46.958 - 01/02/2006 - FIXA COMPETÊNCIAS RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO DAS POSTURAS MUNICIPAIS PREVISTAS NA LEI Nº 13.478, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, A QUAL DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 42.239 - 01/08/2002 - REGULAMENTA A LEI N. 13399, DE 1 DE AGOSTO DE 2002, QUE DISPOE SOBRE A CRIACAO DE SUBPREFEITURAS NO MUNICIPIO DE SAO PAULO E DISCIPLINA A EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS, CONFORME O DISPOSTO NAS LEIS 8513, DE 3 DE JANEIRO DE 1977, E N. 8658, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1977, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 52.218 - 29/03/2011 - CRIA OS CONSELHOS TUTELARES DE BELA VISTA, BRASILÂNDIA, CANGAÍBA, GRAJAÚ II, PARQUE SÃO RAFAEL, PEDREIRA E RIO PEQUENO/RAPOSO TAVARES E REORGANIZA OS DEMAIS CONSELHOS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO; REVOGA OS DECRETOS Nº 43.045, DE 2 DE ABRIL DE 2003, E Nº 49.228, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	SMSP
	DECRETO MUNICIPAL Nº 43.796 - 16/09/2003 - DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DE MERCADOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPALDE ABASTECIMENTO - SEMAB PARA AS SUBPREFEITURAS QUE ESPECIFICA.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 43.797 - 16/09/2003 - DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DE SACOLOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPALDE ABASTECIMENTO - SEMAB PARA AS SUBPREFEITURAS QUE ESPECIFICA.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 43.800 - 16/09/2003 - TRANSFERE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO - SEMAB PARA AS SUBPREFEITURAS, AS ATRIBUICOES RELATIVAS A INSTALACAO E CONTROLE DO FUNCIONAMENTO DE BANCAS DE FLORES NAS VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 44.034 - 24/10/2003 - INTRODUZ ALTERACOES NO DECRETO N. 43797, DE 16 DE SETEMBRO DE 2003, QUE DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DE SACOLOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DEABASTECIMENTO - SEMAB PARA AS SUBPREFEITURAS QUE ESPECIFICA.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 44.381 - 17/02/2004 - DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DA ADMINISTRACAO, OPERACIONALIZACAO E FISCALIZACAO DA CAMPANHA DO ALIMENTO MAIS BARATO INSTITUIDA PELO DECRETO N. 36208, DE 9 DE JULHO DE 1996, PARA AS SUBPREFEITURAS.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 46.398 - 28/09/2006 - DISPOE SOBRE ATRIBUICOES E COMPETENCIAS RELATIVAS A ADMINISTRACAO DOS MERCADOS E SACOLOS MUNICIPAIS.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 46.906 - 11/01/2006 - AUTORIZA AS SUBPREFEITURAS A EXECUTAR SERVICOS DE AMPLIACAO DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA NAS CONDICoes QUE ESPECIFICA.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 47.492 - 19/07/2006 - DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DA SUPERVISAO GERAL DE ABASTECIMENTO E DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, AMBOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENACAO DAS SUBPREFEITURAS.	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 48.224 - 23/03/2007 - CRIA A ZELADORIA URBANO-AMBIENTAL NO ÂMBITO DE CADA SUBPREFEITURA	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 48.379 - 25/05/2007 - DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE PARTE DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO PARA AS SUBPREFEITURAS, EM FAZE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 13.885, DE 25 DE AGOSTO DE 2004, CONFORME ESPECÍFICA	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 48.409 - 01/06/2007 - ATRIBUI ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA, A EXECUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE TÚNEIS, PASSAGENS INFERIORES, ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO, RESERVATÓRIOS DE CONTENÇÕES (PISCINÕES) E OUTROS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS DETENTOTES DE SISTEMAS ELETRÔNICOS, ELÉTRICOS, ELETROME CÂNICOS, MECÂNICOS E CIVIS; REVOGA O DECRETO Nº 48.100 DE 16/1/2007	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 48.931 - 14/11/2007 - CONFERE NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 48.409, DE 1º DE JUNHO DE 2007	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 49.461 - 30/04/2008 - CRIA A SUPERVISÃO TÉCNICA DE GESTÃO DE LICENCIAMENTO ELETRÔNICO DE ATIVIDADES - STLEA, SUBORDINADA À SUPERVISÃO GERAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - SGUOS, DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - SMSP	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 49.834 - 28/07/2008 - ATRIBUI COMPETÊNCIA À SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS PARA IMPLANTAR O PARQUE MUNICIPAL PREFEITO MÁRIO COVAS, CRIADO E DENOMINADO PELO DECRETO Nº 49.418, DE 18 DE ABRIL DE 2008	
	DECRETO MUNICIPAL Nº 52.062 - 30/12/2010 - CONFERE NOVA REGULAMENTAÇÃO AO ARTIGO 50 DA LEI Nº 14.223, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006, O QUAL DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	SMSP
	<p>COOPERAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA, VISANDO À EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE MELHORIAS URBANAS, AMBIENTAIS E PAISAGÍSTICAS, BEM COMO À CONSERVAÇÃO DE ÁREAS MUNICIPAIS, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 24 DA LEI Nº 14.517, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007; ACRESCE O § 3º AO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 40.384, DE 3 DE ABRIL DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA; REVOGA O DECRETO Nº 50.077, DE 6 DE OUTUBRO DE 2008.</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 50.330 - 17/12/2008 - DELEGA COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO NA CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO QUE ESPECIFICA</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 50.426 - 13/02/2009 - DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO MERCADO MUNICIPAL RINANDO RIVETTI - LAPA, DA SUPERVISÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR, DA SUBPREFEITURA DA LAPA, PARA A SUPERVISÃO DE MERCADOS E FRIGORÍFICOS MUNICIPAIS, DA SUPERVISÃO GERAL DE ABASTECIMENTO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 51.881 - 26/10/2010 - REVOGA O DECRETO Nº 50.684, DE 24 DE JUNHO DE 2009, QUE DETERMINA A ADOÇÃO DE MEDIDAS TENDENTES À TRANSFERÊNCIA DAS JUNTAS DO SERVIÇO MILITAR E DAS DELEGACIAS DE SERVIÇO MILITAR PARA AS SUBPREFEITURAS.</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 50.755 - 28/07/2009 - AUTORIZA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, A GESTÃO E A EXECUÇÃO, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS, CONCORRENTE COM AS SUBPREFEITURAS, DOS SERVIÇOS QUE ESPECIFICA, REFERENTES À DESPOLUIÇÃO DE CÓRREGOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CÓRREGO LIMPO</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 50.779 - 10/08/2009 - REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2010 E DO PLANO PLURIANUAL</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 50.917 - 13/10/2009 - ATRIBUI À SUPERINTENDÊNCIA DAS USINAS DE ASFALTO - SPUA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS, A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, CAPEAMENTO E RECAPEAMENTO DE VIAS PÚBLICAS, CONFORME ESPECIFICA.</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 50.935 - 21/10/2009 - CONFERE NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 3º DO DECRETO Nº 50.917, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009, QUE ATRIBUI À SUPERINTENDÊNCIA DAS USINAS DE ASFALTO - SPUA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS, A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, CAPEAMENTO E RECAPEAMENTO DE VIAS PÚBLICAS, CONFORME ESPECIFICA.</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 51.138 - 24/12/2009 - DELEGA COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NA ASSINATURA DO CONVÊNIO A SER CELEBRADO COM O DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE, PARA FINS QUE ESPECIFICA.</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 51.801 - 21/09/2010 - CONFERE NOVA REGULAMENTAÇÃO À LEI Nº 13.727, DE 12 DE JANEIRO DE 2004, QUE CRIA O PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA - PROAURP NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DEFINE SUA DIRETRIZES; REVOGA O DECRETO Nº 45.665, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004.</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 51.938 - 22/11/2010 - CONFERE ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO TRABALHO AS ATRIBUIÇÕES DECORRENTES DA GUARDA PROVISÓRIA, PELO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA.</p> <p>DECRETO MUNICIPAL Nº 52.571 - 18/08/2011 - ATRIBUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, À SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS, A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPOSIÇÃO DAS PLACAS E UNIDADES IDENTIFICADORAS DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
13	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	SEMPLA

Descrição da Legislação

LEI Nº 14.879, DE 7 DE JANEIRO DE 2009 (Projeto de Lei nº 673/08, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo). Cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU; introduz alterações nas Leis nº 13.396, de 26 de julho de 2002, nº 13.866, de 1º de julho de 2004, e nº 13.292, de 14 de janeiro de 2002, bem como dispõe sobre os cargos de provimento em comissão que especifica. (Art.19- Ficam transferidos da Secretaria Municipal de Planejamento, para a Secretaria ora criada, as Unidades elencadas nos incisos I ao VIII, suas estruturas organizacionais, cargos, atribuições, bens patrimoniais, serviços, acervo e pessoal. - Art. 28 ¿ Em decorrência das modificações, o Executivo, mediante Decreto, reorganizará a Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana)

Decreto nº 51.820 de 27 de setembro de 2010

Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante a fusão das Secretarias Municipais de Planejamento e de Modernização, Gestão e Desburocratização; a alteração da denominação de cargos de provimento em comissão e da vinculação das entidades da administração indireta que especifica.

Decreto nº 52.042, de 28 de dezembro de 2010

Revoga a alínea "c" do inciso IV do artigo 3º e o inciso II do artigo 49, ambos do Decreto nº 51.820, de 27 de setembro de 2010.

Decreto nº 52.269, de 20 de abril de 2011

Institui o Programa Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação - PROTIC; reformula o Programa Municipal de Desburocratização e o Comitê Municipal de Desburocratização; cria, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação e Comunicação - COMTIC, o Departamento de Gestão de Documentos Públicos - DGDP e a Divisão de Gestão de Parcerias Público-Terceiro Setor - DPTS; altera disposições dos Decretos nº 51.820, de 27 de setembro de 2010, e nº 45.992, de 22 de junho de 2005; altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

Decreto nº 52.464, de 4 de julho de 2011.

Dispõe sobre a vinculação e a supressão de unidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; altera disposições do Decreto nº 51.820, de 27 de setembro de 2010, que dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

Lei nº 8.731, de 12 de junho de 1978 e legislação subsequente

Dispõe sobre a criação do Departamento de Materiais - DEMAT, dá Secretaria de Serviços Internos - SSI, e da outras providencias.

Lei nº 9.158, de 1º de dezembro de 1980

Dispõe sobre a criação de comissões de licitação permanente, e dá outras providencias.

Lei nº 9.409, de 24 de dezembro de 1981

Dispõe sobre Gratificação aos Integrantes de Órgãos de Deliberação Coletiva, e dá outras providencias.

Decreto nº 22.428, de 4 de julho de 1986, e legislação subsequente

Cria o Conselho de Política Salarial das Empresas Municipais - CPSEM, e dá outras providências.

Decreto nº 28.171, de 16 de outubro de 1989

Altera a Tabela Anexa ao Decreto nº 17.196, de 24 de fevereiro de 1981, na parte relativa à Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

Decreto nº 28.656, de 9 de abril de 1990, e legislação subsequente

Estabelece Mecanismos necessários à Implantação de Processo de Avaliação de Documentos Públicos Municipais.

Decreto nº 28.755, de 12 de junho de 1990, e legislação subsequente

Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 27.685, de 6 de março de 1989, com a alteração introduzida pelo Decreto nº 28.240, de 9 de novembro de 1989.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
13	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	SEMPLA
	Lei nº 11.418, de 27 de setembro de 1993, (desativado o Conselho pelo Decreto nº 51.820, de 2010). Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Telecomunicações.	
	Decreto nº 42.056, de 28 de maio de 2002, e legislação subsequente Altera a denominação do Departamento de Materiais - DEMAT, da Secretaria Municipal de Gestão Pública - SGP, e dá outras providências.	
	Decreto nº 44.279, de 24 de dezembro de 2003 Dispõe sobre o processo de licitação e regulamenta dispositivos da Lei nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002.	
	Decreto nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005 (caput do artigo 6º, alterado pelo Decreto nº 51.820, de 2010) Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.	
	Decreto nº 45.952, de 3 de junho de 2005, e legislação subsequente Cria a Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo - CMPT.	
	Decreto nº 45.992, de 22 de junho de 2005, e legislação subsequente Dispõe sobre o Conselho Municipal de Informática, o Sistema de Tecnologia da Informação, a aquisição e a contratação de bens e serviços de informática.	
	Decreto nº 46.654, de 22 de novembro de 2005, e legislação subsequente Institui o Programa Municipal de Modernização e Desburocratização.	
	Decreto nº 47.266, de 11 de maio de 2006 Confere nova redação aos artigos 5º, 6º, 12, 13 e 15 do Decreto nº 45.992, de 22 de junho de 2005, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Informática, o Sistema de Tecnologia da Informação, a aquisição e a contratação de bens e serviços de informática, alterado pelo Decreto nº 46.631, de 11 de novembro de 2005.	
	Decreto nº 49.076, de 20 de dezembro de 2007 Dispõe sobre a reativação e reorganização da Coordenadoria de Administração e Finanças - CAF, da Secretaria Municipal de Gestão, e a transferência dos cargos de provimento em comissão que especifica.	
	Decreto nº 49.286, de 6 de março de 2008, e legislação subsequente Altera a denominação e reorganiza a Comissão Municipal de Controle de Preços de Materiais e Serviços - COMPREMS, do Departamento de Gestão de Suprimentos e Serviços, da Secretaria Municipal de Gestão, estabelecendo os critérios e condições para a sua atuação.	
	Decreto nº 50.813, de 25 de agosto de 2009, e legislação subsequente Cria a Coordenadoria de Gestão do Conhecimento e Capacitação - CGC, na Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização - SMG; reorganiza a Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP, e altera a lotação e a denominação dos cargos de provimento em comissão que especifica. Decreto nº 50.996, de 16 de novembro de 2009 Reorganiza a Secretaria Municipal de Planejamento, SEMPLA e dispõe sobre o seu quadro de cargos de provimento em comissão, bem como cria o Conselho Consultivo do Programa de Metas.	
	Decreto nº 51.714, de 13 de agosto de 2010 (artigos 100 a 105) Regulamenta a Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 14.614, de 7 de dezembro de 2007, e nº 14.402, de 21 de maio de 2007; dispõe sobre a operação do Sistema Municipal de Processos, SIMPROC e a Comissão Permanente de Processos Extraviados - CPPE.	
	Decreto nº 52.069, de 5 de janeiro de 2011 Atribui à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão a realização das licitações destinadas a aquisições e contratações de serviços para a Fundação Paulista de Educação e Tecnologia.	
	Decreto nº 52.569, de 16 de agosto de 2011 Confere nova redação do artigo 2º e do inciso I do artigo 3º, ambos do Decreto nº 45.952, de 3 de junho de 2005, que criou a Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo - CMPT, alterado pelo Decreto nº 49.500, de 16 de maio de 2008.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
14	Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB

Descrição da Legislação

DECRETO 14.451 24/03/77 Responsabiliza a SEHAB pela execução da política habitacional, controla o uso e ocupação do solo e promove a preservação da paisagem e do meio ambiente.

LEI 10.237 19/12/1986 Reestrutura a Secretaria da Habitação e Desenvolvimento urbano, cria cargos correspondentes e dá outras providências.

DECRETO 28.607 22/3/1990 Cria o Departamento de Reg. De Parcelamento do solo - RESOLO, altera parcialmente a estrutura do Departamento de Parcelamento do solo e Intervenções Urbanas - PARSOLO da SEHAB e dá outras providências.

DECRETO 32.329 26/9/1992 Regulamenta a LEI 11.228/92 - Código de obras e Edificações e dá outras providências.

LEI 11.775 30/5/1995 autoriza a regularização de parcelamentos do solo para fins urbanos, implantados irregularmente no Município de São Paulo, a partir de 02/11/1972 e dá outras providências (PL 136/94).

Lei 12.349 11/6/1997 Estabelece programas de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para a sua implantação e dá outras providências.

DECRETO 45.683 2/1/2005 Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.

DECRETO 48.379 25/5/2007 Dispõe sobre a transferência de parte das competências da Secretaria Municipal de Habitação para as Subprefeituras.

DECRETO 50.822 28/08/2009 Dispõe sobre a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU e sua transferência da Secretaria Municipal de Habitação para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME

Descrição da Legislação

- LEI 7.037 14/6/1967 Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Ensino, do Departamento de Assistência Escolar, e dá outras providências.
- LEI 7.198 31/10/1968 Dispõe sobre a reclassificação de cargos para cujo provimento é exigida a apresentação de Diploma de Curso Superior de Biblioteconomia e Pedagogia, e dá outras providências.
- LEI 7.693 11/1/1972 Dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento do Depto. Municipal de Ensino, e dá outras providências.
- LEI 7.725 5/5/1972 Dispõe sobre a forma de provimento dos cargos de Educador Recreativo, e dá outras providências.
- LEI 8.029 26/3/1974 Altera a forma de provimento do cargo de Chefe de Seção de Almoxarifado do Depto. Municipal de Ensino, e dá outras providências.
- LEI 8.209 5/3/1975 Organiza o quadro do Ensino Municipal, institui a Carreira do Magistério Municipal e dá outras providências.
- LEI 8.381 14/4/1976 Dá nova redação ao artigo 13, da Lei 8.209/75.
- LEI 8.384 21/4/1976 Dispõe sobre a concessão de afastamentos a professores substitutos do ensino municipal, e dá outras providências.
- LEI 8.389 20/5/1976 Institui o Ensino Municipal Supletivo.
- LEI 8.438 21/9/1976 Dispõe sobre a organização da educação de deficientes auditivos no ensino municipal, e dá outras providências.
- LEI 8.519 4/1/1977 Dispõe alterações da Lei 8.209/75 e dá outras providências.
- LEI 8.694 1/4/1978 Altera o quadro de pessoal de SME e dá outras providências.
- LEI 9.265 29/5/1981 Altera o quadro do Ensino Municipal e dá outras providências.
- LEI 9.724 3/7/1984 Dispõe sobre alterações no Quadro do Ensino Municipal, e dá outras providências.
- LEI 9.874 19/1/1985 Reestrutura a carreira do Magistério, institui a evolução funcional e dá outras providências.
- LEI 9.890 14/5/1985 Revoga o art. 21 da Lei 7.037/67 com a redação dada pela Lei 7.505/70 e dá outras providências
- LEI 9.904 8/6/1985 Dispõe sobre requisito para provimento de cargos e preenchimento de função que especifica, e dá outras providências.
- LEI 10.005 3/12/1985 Autoriza o Executivo a ofertar anualmente as escolas municipais, pequenas Bibliotecas-Prêmio, e aos alunos, livros como incentivo a leitura, e dá outras providências.
- LEI 10.206 5/12/1986 Altera parcialmente a Lei 9.874, de 18/01/85 e dispõe sobre cargos de ensino na área de Educação de Deficientes Auditivos.
- LEI 10.230 16/12/1986 Dispõe sobre a extensão, aos titulares de cargos de educador musical, da evolução funcional de que trata a Lei 9.874/85, e dá outras providências.
- LEI 10.322 13/5/1987 Confere nova redação ao artigo 2º da Lei 9.724/84, e dispõe sobre outras providências.
- LEI 10.332 4/7/1987 Dispõe sobre a transformação de cargos de Orientador Pedagógico de 1º Grau em Supervisor de Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências.
- LEI 10.405 3/12/1987 Dispõe sobre a criação de cargos de Delegado Regional de Educação e de Chefe de Seção, e dá outras providências.
- LEI 10.429 25/2/1988 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.
- LEI 10.451 23/3/1988 Dispõe sobre a criação de cargos de Professor de Bandas e Fanfarras, e dá outras providências.
- LEI 10.644 8/10/1988 Dispõe sobre a criação e reestruturação de Unidades de SME e dá outras providências.
- LEI 10.949 25/1/1991 Dispõe sobre o desenvolvimento de Programas Culturais e Esportivos, durante o período de recesso escolar de inverno e verão nas Escolas Municipais, e dá outras providências.
- LEI 11.036 12/6/1991 Dispõe sobre o serviço noturno de servidores que atuam na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.
- LEI 11.056 5/9/1991 Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênios com entidades, reconhecidas como de utilidade pública, que mantenham cursos básicos ou especiais de alfabetização para crianças excepcionais.
- LEI 11.229 27/6/1992 Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.
- LEI 11.345 15/4/1993 Dispõe sobre a adequação das edificações a pessoas portadoras de deficiências, e dá outras providências.
- LEI 11.369 18/5/1993 Cria uma classe especial para alunos excepcionais mentais educáveis a cada nova implantação de Escola Municipal.
- LEI 11.434 13/11/1993 Dispõe sobre a organização dos quadros dos profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- LEI 11.622 15/7/1994 Dispõe sobre a implantação de hortas e pomares escolares na Rede de Ensino do Município.
- LEI 11.832 29/6/1995 Dispõe sobre a introdução do estudo da língua espanhola nas Escolas Municipais de 1º e 2º Graus, e dá outras providências.
- LEI 11.833 29/6/1995 Dispõe sobre a criação da Brinquedoteca Circulante para atendimento de EMELs, da Rede



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME
	Municipal de Ensino de São Paulo, que por impossibilidade técnica, não disponham de espaço físico adequado para o seu fixo funcionamento.	
	LEI 11.997 17/1/1996 Determina obrigatoriedade da construção de Zeladoria nas Creches, Postos de Saúde e Escolas Municipais.	
	LEI 12.017 3/4/1996 Dispõe sobre a inclusão de estudos básicos de Direitos Humanos nas Escolas Municipais de 1º e 2º Grau como conteúdo curricular, e dá outras providências.	
	LEI 12.120 29/6/1996 Dispõe sobre a obrigatoriedade de pára-raios em Creches, Escolas e Postos de Saúde Municipais.	
	LEI 12.148 6/7/1996 Dispõe sobre a criação de unidades volantes de serviço odontológico para atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino.	
	LEI 12.274 20/12/1996 Dispõe sobre a inclusão da disciplina de Educação Física no currículo das EMElS.	
	LEI 12.285 28/12/1996 Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência ininterrupta de policiais nas escolas municipais.	
	LEI 12.392 25/6/1997 Dispõe o ensino da Língua Italiana nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.	
	LEI 12.396 3/7/1997 Dispõe sobre a reorganização parcial do Quadro do Magistério Municipal; altera as Leis 11.229 de 26/06/92 e 11.434, de 12/11/93, readequa as Escalas de Padrões de Vencimentos que especifica, e dá outras providências.	
	LEI 12.405 4/7/1997 Dispõe sobre a instalação de cursos de informática na Rede Municipal de Ensino, alterando o Decreto 34.160 de 09/05/94.	
	LEI 12.545 7/1/1998 Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, e dá outras providências.	
	LEI 12.556 9/1/1998 Institui o Programa de Saúde Auditiva para Criança no Município.	
	LEI 12.753 5/11/1998 Institui no Município de São Paulo o Programa de Integração e Escolarização de Deficientes Visuais.	
	LEI 12.756 27/11/1998 Institui o Programa "Oficinas Pedagógicas", e dá outras providências.	
	LEI 13.148 20/6/2001 Dispõe sobre a inclusão de Estudos Básicos sobre Tratamento e Destinação do lixo no currículo das Escolas Municipais, e dá outras providências.	
	LEI 13.168 7/7/2001 Apoio à Educação, altera a forma de provimento do cargo de Agente Escolar, e dá outras providências.	
	LEI 13.232 5/12/2001 Obriga a divulgação da demanda atendida e potencial (não atendida), bem como o índice de evasão, repetência e aprovação de alunos, nas escolas municipais de educação infantil (EMElS) e nas escolas municipais de 1º Grau.	
	LEI 13.245 27/12/2001 Define as despesas que poderão ser consideradas no cômputo do percentual das receitas destinadas à educação, nos termos dos artigos 200, 203 e 208 da LOMSP.	
	LEI 13.256 29/12/2001 Institui curso gratuito de formação em serviço, em nível superior, para funcionários municipais, que especifica, e dá outras providências.	
	LEI 13.261 29/12/2001 Dispõe sobre novas contratações por tempo determinado, e altera redação dada ao artigo 3º da Lei 10.793, de 21/12/89 e ao artigo 7º das disposições estatutárias transitórias da Lei 11.229, de 26/06/92.	
	LEI 13.323 8/2/2002 Dispõe sobre a obrigatoriedade de complementação do material escolar para alunos do 1º Grau da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.	
	LEI 13.326 14/2/2002 Define requisitos necessários para que o programa de integração das creches no sistema municipal de ensino atenda ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	
	LEI 13.328 14/2/2002 Dispõe sobre o funcionamento de creches no horário noturno e dá outras providências.	
	LEI 13.371 5/6/2002 Dispõe sobre o uso de uniformes pelos alunos da rede municipal de ensino.	
	LEI 13.431 25/9/2002 Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para o exercício de funções de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI.	
	LEI 13.434 28/9/2002 Acrescenta artigo à Lei nº 12.410, de 03 de julho de 1.997, e dá outras providências.	
	LEI 13.464 5/12/2002 Dispõe sobre a garantia de assistência aos alunos da Rede Municipal de Ensino com problemas no aprendizado e na integração escolar.	
	LEI 13.500 8/1/2003 Introduce alterações na Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1.993, que dispõe sobre a organização dos Quadros dos Profissionais de Educação da PMSP, e dá outras providências.	
	LEI 13.565 29/4/2003 Dispõe sobre contratação por tempo determinado, Gratificação por Desenvolvimento Educacional e regulamentação dos CIPs e CCIs, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.	
	LEI 13.574 13/5/2003 Dispõe sobre a transformação e inclusão no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação dos cargos de ADIs, Pedagogo e Diretor de Equipamento Social, e dá outras providências.	
	LEI 13.652 26/9/2003 Dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores públicos municipais, introduz alterações na legislação de pessoal do Município de São Paulo e dá outras providências.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME
	LEI 13.695 20/12/2003 Dispõe sobre a revalorização salarial e a transferência, para o Quadro dos Profissionais de Educação, dos cargos providos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil; transforma cargos vagos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil; e concede abono aos atuais titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social lotados nos Centros de Educação Infantil.	
	LEI 13.697 23/12/2003 Dispõe sobre a criação do Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta, no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	LEI 13.716 8/1/2004 Dispõe sobre a estrutura e a criação de cargos de provimento em comissão dos Centros Educacionais Unificados e das Unidades de Saúde municipais, altera a LEI 13.780, de 11/02/2004, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Atenção do Escolar e dá outras providências.	
	LEI 13.941 29/12/2004 Institui o Programa EDUCOM - Educomunicações pelas ondas do rádio, no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	LEI 13.991 11/6/2005 Institui o Programa de Transferências de Recursos Financeiros às APMs das U.E.s da Rede Municipal de Ensino.	
	LEI 14.058 11/10/2005 Institui o Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo-MOVA/SP, junto a Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.	
	LEI 14.063 15/10/2005 Institui o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.	
	LEI 14.064 15/10/2005 Dispõe sobre a inclusão de calçado padrão tênis como item do uniforme escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, de fornecimento obrigatório pelo Poder Público.	
	LEI 14.093 30/11/2005 Institui no Município de São Paulo, o Programa Educação Comunitária, e dá outras providências.	
	LEI 14.127 6/1/2006 Dispõe sobre a criação do Programa de Informação sobre demanda por acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na Rede Municipal de Ensino Público, e dá outras providências.	
	LEI 14.153 6/5/2006 Inclui no calendário oficial do Município evento Primavera dos Livros e dá outras providências.	
	LEI 14.244 29/11/2006 Institui a Gratificação de Regência, a Gratificação de Atividade Educativa, a Gratificação de Apoio Educacional, a Gratificação de Atribuição Educacional, a Gratificação Especial para Especialistas, a Gratificação de Apoio à Educação, a Gratificação por Desenvolvimento Sócio-Educativo e o Abono Complementar, a serem concedidas aos servidores que especifica.	
	LEI 14.254 28/12/2006 Dispõe sobre a ampliação das bolsas-treinamento e a revalorização das bolsas-auxílio previstas na Lei nº 13.392, de 17 de julho de 2002.	
	LEI 14.411 25/5/2007 Institui a Gratificação Especial para Especialistas, a ser concedida aos titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social, no valor e condições que especifica, bem como altera os arts. 1º e 17 da Lei nº 14.244, de 29/11/06.	
	LEI 14.464 4/7/2007 Altera parcialmente o quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; e estende a Gratificação de Apoio à Educação, instituída pelo art. 7º da Lei nº 12.244, de 29 de novembro de 2006, aos servidores que especifica.	
	LEI 14.479 14/7/2007 Dispõe sobre a entrega do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA no ato da matrícula nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.	
	LEI 14.650 21/12/2007 Dá nova redação aos arts. 2º, 3º e 4º e revoga o art. 5º da Lei 14.063, de 14 de outubro de 2005, que institui o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.	
	LEI 14.660 27/12/2007 Dispõe sobre as alterações das Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992, nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 e legislação subsequente, reorganiza o Quadro dos Profissionais da Educação, com as respectivas carreiras, criado pela Lei 11.434, de 12 de novembro de 1993 e legislação subsequente, reorganiza o Quadro dos Profissionais da Educação, com as respectivas carreiras, criado pela Lei 11.434, de 1993, e consolida o Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal.	
	LEI 14.709 4/4/2008 Dispõe sobre a reajustamento das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais da Educação, a absorção das gratificações instituídas pela Lei 14.244, de 29/11/06, na forma que especifica e introduz alterações na Lei 14.660, de 26/12/07.	
	LEI 14.715 10/4/2008 Altera dispositivos das Leis nº 9.480, de 8/6/82 e 10.224, de 15/12/86, ambas com as modificações introduzidas pela legislação subsequente, as quais dispõem, respectivamente, sobre as carreiras de Agente de Apoio Fiscal e de Agente Vistor, concede a Gratificação por Desempenho de Atividade, instituída pela Lei 14.660, de 27/11/07, aos servidores que especifica e altera dispositivos das Leis 14.591, de 13/11/07, 14.600 de 27/11/07 e 14.660, de 26/12/07.	
	LEI 14.876 6/1/2009 Dispõe sobre a alteração de dispositivos das Leis nº 13.271, de 5 de janeiro de 2002, nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, nº 14.709, de 03 de abril de 2008, e nº 14.715, de 8 de abril de 2008, e a contratação de pessoal, por tempo determinado, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e Autarquia Hospitalar M ^o } Æ Æ	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME
	LEI 14.896 4/2/2009 Dispõe sobre a inclusão de artigo na Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, e dá outras providências.	
	LEI 14.912 27/3/2009 Confere nova redação ao § 4º do artigo 77 da Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992.	
	LEI 14.915 23/4/2009 Institui os Prêmios "Professor Emérito de São Paulo" e "Professor em Destaque", a serem concedidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, nas condições que especifica.	
	LEI 14.938 1/7/2009 Institui o Prêmio de Desempenho Educacional e revoga as leis e dispositivos legais que especifica.	
	LEI 14.957 17/7/2009 Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas de educação básica do Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	LEI 14.961 17/7/2009 Institui no âmbito do Município de São Paulo, o Prêmio de Incentivo ao Jovem Autor e dá outras providências.	
	LEI 14.964 21/7/2009 Dispõe sobre a padronização do uniforme escolar na rede municipal de ensino, e dá outras providências.	
	LEI 14.978 12/09/2009 Dispõe sobre a instituição de Conselhos Regionais de Gestão Participativa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação: altera o art. 3º da Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005.	
	LEI 15.123 23/1/2010 Dispõe sobre a capacitação e a orientação dos servidores das creches do Município de São Paulo para a prestação de primeiro socorros.	
	DECRETO 10.076 1/8/1972 Regulamenta a Lei 7693/72 e dá outras providências.	
	DECRETO 12.115 30/6/1975 Dispõe sobre a regulamentação da Lei 8.209/75 e dá outras providências.	
	DECRETO 14.639 4/8/1977 Regulamenta disposição da Lei nº 8.519/77.	
	DECRETO 15.002 1/4/1978 Dispõe sobre a reorganização administrativa da SME, e dá outras providências.	
	DECRETO 15.060 17/5/1978 Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.694/78, e dá outras providências.	
	DECRETO 15.199 11/8/1978 Dá nova redação ao § único do artigo 2º do Decreto 15.060/78.	
	DECRETO 16.705 7/6/1980 Dispõe sobre a criação da Biblioteca Pedagógica do Departamento de Planejamento, Orientação e Controle, da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.	
	DECRETO 16.975 24/10/1980 Dispõe sobre a transformação de unidades, cargos e funções da SME.	
	DECRETO 17.786 16/1/1982 Dispõe sobre alteração do § único do artigo 1º do Decreto 15.060/78.	
	DECRETO 20.247 19/10/1984 Regulamenta o acesso, dentro do Quadro do Ensino Municipal, previsto nos artigos 82 e seguintes da Lei 8.989/79 e no artigo 12 da Lei 8.209/75.	
	DECRETO 21.862 16/1/1986 Reorganiza a estrutura atual da SME, e dá outras providências.	
	DECRETO 21.864 17/1/1986 Revoga os incisos VIII e IX do artigo 10 do Decreto 21.862/86.	
	DECRETO 22.033 19/3/1986 Altera dispositivos do Decreto 21.862/86, que estruturou a Secretaria Municipal de Educação e do Bem Estar Social, e dá outras providências.	
	DECRETO 22.144 24/4/1986 Altera art. 6º do Decreto nº 21.862/86 que reorganizou a estrutura da SME e Bem Estar Social, e dá outras providências.	
	DECRETO 26.469 21/7/1988 Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto 20.247/87.	
	DECRETO 27.813 13/6/1989 Dispõe sobre a reorganização parcial da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.	
	DECRETO 28.312 24/11/1989 Institui o Programa Classes Comunitárias junto a SME, e dá outras providências.	
	DECRETO 28.379 8/12/1989 Dispõe sobre a transferência de cargos que especifica, e dá outras providências.	
	DECRETO 29.883 2/7/1991 Regulamenta a Lei nº 10.949, de 24/01/91.	
	DECRETO 30.475 5/11/1991 Regulamenta a Lei nº 11.036 que dispõe sobre serviço noturno de servidores que atuam na Rede Municipal de Ensino.	
	DECRETO 30.516 12/11/1991 Dá nova redação ao inciso II do artigo 2º do Decreto 30.475/91.	
	DECRETO 31.117 17/1/1992 Dispõe sobre a lotação de pessoal operacional das Escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.	
	DECRETO 31.384 30/3/1992 Regulamenta o disposto na Lei nº 11.056, de 04/09/91, e dá outras providências.	
	DECRETO 31.827 2/7/1992 Dá nova redação ao "caput" do artigo 4º do Decreto 29.883/91, que regulamenta a Lei 10.949/91 - Desenvolvimento de Programas Culturais e Esportivos, durante o período de recesso escolar de inverno e verão nas escolas municipais.	
	DECRETO 32.952 31/12/1992 Regulamenta o disposto no § único e incisos do artigo 93 e § único e incisos do artigo 103, ambos da Lei 11.229/92.	
	DECRETO 33.252 3/6/1993 Dispõe sobre a instituição do Programa de Ensino Pré-Profissionalizante, e dá outras providências.	
	DECRETO 33.640 1/9/1993 Altera artigo 2º do Decreto 31.117/92, e dá outras providências.	
	DECRETO 33.892 17/12/1993 Dispõe sobre o restabelecimento do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.	
	DECRETO 33.893 17/12/1993 Institui o Programa de Ação Cultural.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME
	DECRETO 33.895 17/12/1993 Dispõe sobre a instituição do Programa Adote uma Escola, e dá outras providências.	
	DECRETO 34.129 29/4/1994 Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 33.252 de 02/06/93.	
	DECRETO 34.160 10/5/1994 Institui laboratórios de informática nas Escolas Municipais, e dá outras providências.	
	DECRETO 34.441 19/8/1994 Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.	
	DECRETO 35.458 1/9/1995 Institui o "Plano de Saúde Preventiva do Escolar-Programa Presente", e dá outras providências. (PROGRAMA LEVE LEITE)	
	DECRETO 35.735 5/12/1995 Dispõe sobre instalação de zeladorias nas escolas da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.	
	DECRETO 35.973 2/2/1996 Regulamenta a Lei nº 11.832, de 28/06/95, e dá outras providências.	
	DECRETO 36.285 6/8/1996 Regulamenta a Lei nº 11.833, de 28/06/95, que dispõe sobre a criação de Brinquedoteca Circulante, para atendimento das EMElS, que especifica, e dá outras providências.	
	DECRETO 36.341 23/8/1996 Regulamenta a Lei nº 11.861, de 31/08/95, que dispõe sobre a implantação, nas Escolas Municipais de 1º e 2º Graus, do Programa de orientação para o Trabalho do Menor, e dá outras providências.	
	DECRETO 36.531 7/11/1996 Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto 35.458, de 31/08/95.	
	DECRETO 36.593 29/11/1996 Dá nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 33.252, de 02/06/93, e dá outras providências.	
	DECRETO 36.645 19/12/1996 Dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Atendimento Integrado - CEMA - INTEGRADO, e dá outras providências.	
	DECRETO 36.780 1/4/1997 Dispõe sobre a criação de Delegacias Regionais de Educação - DREM-12 e DREM-13 na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.	
	DECRETO 36.964 24/7/1997 Estabelece Protocolo de Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Consulado Geral da França e a Associação dos Professores de Francês do Estado de São Paulo, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.037 28/8/1997 Regulamenta a Lei nº 11.622, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a implantação de hortas e pomares escolares na Rede Oficial de Ensino do Município, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.038 28/8/1997 Regulamenta a Lei nº 12.274, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a inclusão da disciplina de Educação Física no currículo das Escolas Municipais de Educação Infantil, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.040 30/8/1997 Fixa o número de cargos da carreira de Agente Escolar do Quadro de Apoio à Educação, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.196 2/12/1997 Regulamenta a Lei nº 12.392, de 24/06/97.	
	DECRETO 37.570 2/12/1997 Regulamenta a Lei nº 12.469, de 16/09/97, que institui a Semana da Gestão Ambiental, no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.586 18/8/1998 Regulamenta a Lei nº 12.434, de 10/07/97, que institui a Semana Educativa de Nutrição Infantil, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.621 9/9/1998 Dispõe sobre a criação do Programa de Ensino Fundamental com duração de 9 anos, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.796 27/1/1999 Dispõe sobre a denominação das Escolas Municipais, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.953 11/5/1999 Dispõe sobre atribuição de competência para suprir as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino com materiais e equipamentos no preparo de Merenda Escolar.	
	DECRETO 38.174 29/7/1999 Dispõe sobre as atribuições dos integrantes de cargos da carreira de Auxiliar Técnico de Educação - Classe I e II do Quadro de Apoio à Educação, da SME, e dá outras providências.	
	DECRETO 39.786 31/8/2000 Reorganiza o Conselho de Alimentação Escolar, criado pelo Decreto 35.412, de 18/08/95, e dá outras providências.	
	DECRETO 40.704 9/6/2001 Dá nova redação ao artigo 4º do Decreto 29.883, de 01/07/91, modificado pelo Decreto 31.827/92, e dá outras providências.	
	DECRETO 41.588 29/12/2001 Transfere os Centros de Educação Infantil da rede direta da Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS para a Secretaria Municipal de Educação - SME, e dá outras providências.	
	DECRETO 41.971 7/5/2002 Regulamenta a Lei 13.232, de 04/12/01, que obriga a divulgação da Demanda Atendida e Potencial (não Atendida), bem como nos índices de evasão, repetência e aprovação de alunos nas EMElS e EMEFs.	
	DECRETO 42.071 4/6/2002 Regulamenta o artigo 26 da Lei nº 11.229, de 26/06/92, no que se refere à fixação dos quadros de lotação dos cargo de Professor Adjunto nos NAEs, da SME.	
	DECRETO 42.214 23/7/2002 Regulamenta a Lei 12.556, de 08/01/98, que institui o Programa de Saúde Auditiva para crianças no Município de São Paulo.	
	DECRETO 42.248 6/8/2002 Regulamenta a Lei nº 13.326, de 13/02/02, que define os requisitos necessários para	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME
	que o programa de integração das creches no Sistema Municipal de Ensino atenda ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DECRETO 42.640 23/11/2002 Introduce modificações no Decreto nº 37.827, de 17 de fevereiro de 1999, que regulamenta a Lei nº 12.410, de 03 de julho de 1997. DECRETO 43.052 5/4/2003 Cria os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs. DECRETO 44.389 19/2/2004 Dispõe sobre a criação de Centros de Educação e Cultura Indígena. DECRETO 45.122 13/8/2004 Consolida a regulamentação das Leis 11.345, de 14/04/93; 11.424, de 30/09/93. 12.815, de 06/04/99 e 12.821, de 07/04/99, que dispõem sobre a adequação das edificações a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. DECRETO 45.415 19/10/2004 Estabelece diretrizes para política de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema municipal de ensino. DECRETO 45.560 2/12/2004 Cria o Núcleo de Apoio ao Professor e ao Aluno do Ensino Médio. DECRETO 45.652 24/12/2004 Dá nova redação ao § único do artigo 7º do Decreto nº 45.415, de 18 de outubro de 2004, que estabelece diretrizes para a política de atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema municipal de ensino. DECRETO 45.654 28/12/2004 Dispõe sobre a criação e organização de salas de leitura, espaços de leitura e núcleos de leitura na rede municipal de ensino, nas condições que especifica. DECRETO 45.787 24/3/2005 Dispõe sobre a transferência das Coordenadorias de Educação das Subprefeituras que especifica para SME. DECRETO 45.871 6/5/2005 Dispõe sobre a evolução funcional dos titulares de cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil, da classe II, da Carreira do Magistério Municipal; confere nova redação ao § 3º do artigo 10 e aos artigos 11 e 20, todos do Decreto 33.792, de 3/11/93. DECRETO 45.924 25/5/2005 Regulamenta a Lei nº 13.778, de 11/02/04, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Saúde Vocal. DECRETO 45.942 2/6/2005 Cria o Centro Municipal de Capacitação e Treinamento, Unidade II, Itaim Paulista. DECRETO 45.951 4/6/2005 Fixa o número de cargos de Supervisor Escolar nas Coordenadorias de Educação da SME. DECRETO 45.986 17/6/2005 Regulamenta a Lei nº 13.780, de 11/02/04, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Atenção à Saúde do Escolar. DECRETO 46.017 2/7/2005 Institui o Programa São Paulo é Uma Escola nas Unidades Educacionais que especifica. DECRETO 46.064 14/7/2005 Regulamenta a evolução funcional assegurada aos titulares de cargos efetivos do Quadro de Apoio à Educação, do Quadro dos Profissionais de Educação, pelo art. 29 da Lei 11.434, de 12/11/93, com as modificações introduzidas pelas Leis 13.652, de 25/09/03 e 13.861, de 29/06/04. DECRETO 46.079 16/7/2005 Regulamenta a Lei nº 13.371, de 04/07/02, que dispõe sobre o uso de uniformes pelos alunos da Rede Municipal de Ensino. DECRETO 46.143 29/7/2005 Delega competência ao Secretário Municipal de Educação. DECRETO 46.146 29/7/2005 Dispõe sobre o pagamento da Gratificação por Desenvolvimento Educacional, instituída pelas Leis 13.273 e 13.274, ambas de 04/01/02. DECRETO 46.211 16/8/2005 Regulamenta o Programa EDUCOM - Educomunicação pelas ondas do rádio, instituído no Município de São Paulo, pela Lei 13.941, de 28/12/04. DECRETO 46.213 16/8/2005 Introduce alterações nos artigos 3 e 7 e revoga o 5, todos do Decreto nº 45.654, de 27/12/04, que dispõe sobre a criação e organização de Salas de Leitura, Espaços de Leitura e Núcleos de Leitura da Rede Municipal de Ensino. DECRETO 46.230 24/8/2005 Regulamenta a Lei nº 13.991, de 10/06/05, que institui o PTRF às APMs das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino. DECRETO 46.490 14/10/2005 Regulamenta a Lei nº 13.256, de 28/12/01, que prevê a instituição de curso gratuito de formação em serviços, de nível superior, para os servidores municipais que especifica. DECRETO 46.701 2/12/2005 Delega competência ao Secretário Municipal de Educação para aprovar o Regimento padrão dos CEUs. DECRETO 46.754 10/12/2005 Dispõe sobre a instituição do Centro Municipal de Capacitação e Treinamento - CMCT/Ermelino Matarazzo, vinculado a Coordenadoria de Educação da Penha. DECRETO 46.909 14/1/2006 Dispõe sobre a transferência dos equipamentos, que especifica, das Subprefeituras, para a SME. DECRETO 47.050 10/3/2006 Regulamenta a Lei nº 14.093, de 29/11/05, que institui no Município de São Paulo o Programa Educação Comunitária. DECRETO 47.124 25/3/2006 Institui o "Programa Ação Família - Viver em Comunidade" no Município de São Paulo. DECRETO 47.155 31/3/2006 Regulamenta a Lei nº 14.127, de 05/01/006, que dispõe sobre a criação do Programa	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME
	<p>de Informação sobre demanda por acesso e permanência de crianças, jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino.</p> <p>DECRETO 47.338 2/6/2006 Altera a lotação dos cargos de provimento em comissão das unidades de esportes das Subprefeituras transferidas para SME nos termos do Decreto nº 46.909, de 13/01/06.</p> <p>DECRETO 47.339 2/6/2006 Altera a redação do artigo 11 do Decreto 33.792, de 3/11/93, que regulamenta a apuração de tempo e apresentação de titulação para fins de evolução funcional dos integrantes da Carreira do Magistério Municipal.</p> <p>DECRETO 47.476 18/7/2006 Regulamenta a Lei nº 14.153, de 05 de maio de 2006, que inclui no Calendário Oficial do Município o evento Primavera dos Livros.</p> <p>DECRETO 47.540 4/8/2006 Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 41.031, de 22 de agosto de 2001, que regulamenta a Lei nº 12.480, de 25/09/97, a qual dispõe sobre o "Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo".</p> <p>DECRETO 47.683 14/9/2006 Regulamenta a Lei 14.063, de 14/10/2005, que institui o Sistema de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>DECRETO 48.083 4/1/2007 Autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras, em caráter excepcional, da gestão e execução dos serviços que especifica.</p> <p>DECRETO 48.107 24/1/2007 Altera o Decreto nº 48.083, de 4/1/07, que autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras, em caráter excepcional, da gestão e execução dos serviços que especifica.</p> <p>DECRETO 48.392 29/5/2007 Institui o Programa Clube Escola.</p> <p>DECRETO 48.648 24/8/2007 Institui o Programa Sábado na Escola.</p> <p>DECRETO 48.704 10/9/2007 Confere nova regulamentação ao Programa Municipal de Atenção à Saúde do Escolar, criado pela Lei 13.780, de 11 de fevereiro de 2004, alterando sua denominação para Programa Aprendendo com Saúde.</p> <p>DECRETO 49.052 15/12/2007 Transfere cargos do Quadro Específico de Cargos de Provimento em comissão de que trata o Decreto nº 45.751, de 4/3/2005, para a Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>DECRETO 49.171 1/2/2008 Dispõe sobre a estrutura dos Centros Educacionais Unificados criados pelo Decreto nº 49.121, de 4 de janeiro de 2008.</p> <p>DECRETO 49.242 23/2/2008 Regulamenta a opção pela Jornada de 40 (quarenta) horas de trabalho semanal - J-40 prevista no § 2º do artigo 107 da Lei 14.660, de 26 de dezembro de 2007, para os titulares de cargos de Especialista em Informações Técnicas, Culturais e Desportivas, no desempenho exclusivo das atribuições específicas de Educação Física.</p> <p>DECRETO 49.550 31/5/2008 Dá nova redação aos artigos 3º, 8º e 9º do Decreto 47.683, de 14 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005, a qual institui o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, alterada pela Lei nº 14.650, de 20 de dezembro de 2007.</p> <p>DECRETO 49.589 10/6/2008 Dispõe sobre o pagamento da remuneração relativa às jornadas de trabalho dos profissionais de educação docentes.</p> <p>DECRETO 49.693 3/7/2008 Regulamenta a Lei nº 14.479, de 11 de julho de 2007, que dispõe sobre a entrega do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no ato da matrícula nas escolas da Rede Municipal de Ensino.</p> <p>DECRETO 49.697 4/7/2008 Prorroga o prazo estabelecido no artigo 3º do Decreto nº 48.083, de 4 de janeiro de 2007, que autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras, em caráter excepcional, da gestão e execução dos serviços que especifica.</p> <p>DECRETO 49.731 11/7/2008 Dispõe sobre a criação e organização de salas de leitura, espaços de leitura e núcleos de leitura na rede municipal de ensino, nas condições que especifica.</p> <p>DECRETO 49.961 28/8/2008 Atribui competência à Secretaria Municipal de Educação para adoção das providências previstas no artigo 2º do Decreto nº 35.458, de 31 de agosto de 1995.</p> <p>DECRETO 50.336 20/12/2008 Aprova o regulamento do Sistema de estagiários da Prefeitura do Município de São Paulo.</p> <p>DECRETO 50.362 30/12/2008 Transfere o Departamento da Merenda Escolar - DME para a Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>DECRETO 50.401 29/1/2009 Dispõe sobre delegação para execução orçamentária, nos termos que especifica.</p> <p>DECRETO 50.520 25/3/2009 Transfere o Departamento de Logística, da Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços, da Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização para a Secretaria Municipal de Educação, bem como o respectivo cargo de provimento em comissão; altera a lotação dos cargos que especifica.</p> <p>DECRETO 50.678 23/6/2009 Autoriza a transferência, para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras, em caráter excepcional, da gestão e execução de serviços que especifica.</p> <p>DECRETO 50.814 27/08/09 Regulamenta a Lei nº 14.915, de 22 de abril de 2009, que institui os Prêmios "Professor Emérito de São Paulo" e "Professor em Destaque", a serem concedidos no âmbito da Secretaria</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação Municipal de Educação, nas condições que especifica. DECRETO 50.883 25/9/2009 Regulamenta a Lei nº 14.961, de 16 de julho de 2009, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Prêmio de Incentivo ao Jovem Autor. DECRETO 51.285 11/2/2010 Regulamenta a Lei nº 14.978, de 11 de setembro de 2009, na parte que dispõe sobre a instituição de Conselhos Regionais de Gestão Participativa no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. DECRETO 51.290 12/2/2010 Regulamenta a Lei nº 14.957, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas da Educação Básica do Município de São Paulo. DECRETO 51.450 30/4/2010 Estabelece a padronização do uniforme escolar da rede municipal de ensino de que tratam as Leis nº 13.371, de 4 de junho de 2002 e nº 14.964, de 20 de julho de 2009. DECRETO 51.762 4/9/2010 Regulamenta o artigo 83 da Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a transformação de cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil em cargos de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I mediante opção de seus respectivos titulares. DECRETO 51.946 26/11/2010 Regulamenta a evolução funcional dos integrantes da carreira de Agente Escolar, nos termos previstos no artigo 7º da Lei nº 15.215, de 25 de junho de 2010, e substitui a Tabela "B" do Anexo Único do Decreto 50.648, de 1º de junho de 2009. DECRETO 52.010 17/12/2010 Altera disposições do Decreto nº 51.450, de 29 de abril de 2010. DECRETO 52.319 18/5/2011 Confere nova redação ao artigo 8º do Regulamento do Sistema de Estágios da Prefeitura do Município de São Paulo, aprovado na forma do Anexo Único do Decreto nº 50.336, de 19 de dezembro de 2008. DECRETO 52.342 27/5/2011 Institui o Programa Ampliar nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino. PORTARIA CONJUNTA SEADS/SME 1 2/8/2006 Institui Comissão Especial para estudo de procedimentos relativos à transferência das 45 (quarenta e cinco) creches sob jurisdição da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social para o Sistema Municipal de Ensino. PORTARIA INTERSECRETARIAL 1 de 9/2/2007 Cria o Serviço de Atendimento Especial - ATENDE ESCOLAR, para atender alunos com deficiência e comprometimento motor, regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino da SME. PORTARIA INTERSECRETARIAL 2, de 2/10/2007 Institui as "Olimpíadas Estudantis da Rede Municipal de Ensino", constituídas das modalidades de: Basquetebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Natação, Atletismo, Xadrez por Equipes, Ginástica Rítmica e Ginástica Artística. PORTARIA 5.403 17/11/2007 Reorganiza o Programa "Ler e Escrever - Prioridade na Escola Municipal" nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio - EMEEFs e Escolas Municipais de Educação Especial - EMEEs. PORTARIA 5.678 21/12/2007 Fixa critérios para conceder repasse de recursos adicionais às Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino que atingirem as metas resultantes da redução de energia elétrica e água. PORTARIA INTERSECRETARIAL 2, 4/7/2008 Institui o Programa de Iniciação Artística nos Centros Educacionais Unificados. PORTARIA 2.929 16/7/2008 Aprova a Indicação CME nº 007/2006 e Deliberação CME nº 03/2006. DELIBERAÇÃO CME 3/2006 16/7/2008 Dispõe sobre o ensino fundamental de nove anos no sistema municipal de ensino de São Paulo. PORTARIA 4.081 1/10/2008 Dispõe sobre a aquisição e distribuição dos Uniformes e Kits Escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. PORTARIA 2.912 22/5/2009 Dispõe sobre a realização da "Prova da Cidade" nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino. PORTARIA 3.969 19/08/2009 Institui normas gerais para celebração de convênios no âmbito da Secretaria Municipal de Educação com Entidades, Associações e Organizações que atendam crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e dá outras providências. PROTOCOLO CME 07/2009 02/09/09 Projeto de implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração na rede municipal de ensino. PORTARIA 5.285 5/12/2009 Dispõe sobre a implantação do ensino fundamental com duração de 9 (nove) anos nas escolas municipais de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. PORTARIA 5.744 10/12/2009 Altera a redação do caput do artigo 10 da Portaria SME nº 671, de 03/02/06 e dá Cláusula Segunda do termo de Convênio constante do Anexo Único da Portaria SME nº 671/06, alterados pela Portaria SME nº 2.087, de 29/04/08. PORTARIA 5.792 15/12/2009 Define normas complementares e procedimentos para a implantação do "Programa nas Ondas do Rádio", nas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEl, Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs, Escolas Municipais de Educação Especial - EMEEs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio - EMEEFs, e dá outras	SME



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
16	Secretaria Municipal de Educação	SME
	providências. PORTARIA 664 21/1/2010 Atualiza o valor do "per capita" e adicional berçário para as creches e Centros de Educação Infantil - CEIs da Rede Conveniada da Cidade de São Paulo. PORTARIA 1.226 9/2/2010 Atualiza o valor do "per capita" para as Entidades de Educação Especial conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação. PORTARIA 1.285 13/3/2010 Estabelece disposições transitórias para a celebração e aditamento de convênios de Educação Especial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. PORTARIA 2.718 8/5/2010 Institui Concurso Literário na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. PORTARIA 2.858 18/5/2010 Institui o Concurso "Professor Artista" da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. PORTARIA INTERSECRETARIAL 2 22/5/2010 Dispõe sobre as "Olimpíadas Estudantis", institui o "I INTERCEUs" e a "I Paraolimpíada Estudantil" da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. PORTARIA 2.750 28/5/2011 Regulamenta o Decreto nº 52.342 de 26/05/11 que institui o Programa "Ampliar" nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. PORTARIA 3.127 23/6/2011 Atualiza o valor do "per capita" e adicional berçário para as Creches e Centros de Educação Infantil - CEIs da Rede Conveniada da Cidade de São Paulo. PORTARIA 3.128 23/6/2011 Fixa o valor mínimo da remuneração dos profissionais docentes, habilitados na forma da lei, em exercício nas instituições conveniadas, conforme disposto nos itens 3.7 do Anexo I e 2.1.2 do Anexo II, ambos da Portaria SME nº 3.969 de 18/08/09, republicada no DOC de 10/09/09 e alterada pela Portaria SME nº 4.338, de 16/08/10. PORTARIA 3.477 9/7/2011 Institui normas gerais para celebração de convênios no âmbito da Secretaria Municipal de Educação com Entidades, Associações e Organizações que atendam crianças na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, define procedimentos para concessão de autorização de funcionamento das instituições conveniadas, e dá outras providências.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
17	Secretaria Municipal de Finanças	SF

Descrição da Legislação

17 Secretaria Municipal de Finanças SF

Descrição da Legislação

Lei nº 14.800, de 25/06/2008 - Autoriza a Procuradoria Geral do Município a não ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos de pequeno valor, de natureza tributária e não tributária; dispõe sobre o cancelamento dos débitos que especifica, quando alcançados pela prescrição; e introduz alterações na Lei nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005.

Lei nº 14.712, de 04/04/2008 - Dispõe sobre a instituição de novas Escalas de Padrões de Vencimentos e alteração da remuneração das carreiras de Procurador do Município do Quadro da Procuradoria Geral do Município e de Auditor-Fiscal Tributário Municipal do Quadro dos Profissionais da Fiscalização.

LEI 14.715/08 - REVOGA PARAGRAFO 2. DO ART. 3. DA LEI.

LEI 15.001/09 - ALTERA PARAGRAFO 1. DO ART. 12, PARAGRAFO 1. DO ART. 23 DA LEI.

Lei nº 14.256, de 29/12/2006 - Institui o Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT no Município de São Paulo e altera a legislação tributária municipal que especifica, bem como dispositivos das Leis nº 8.645, de 21 de novembro de 1977, nº 14.094, de 6 de dezembro de 2005, nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005, nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, e nº 14.133, de 24 de janeiro de 2006, e dá providências correlatas.

LEI 15.044/09 - ALTERA CAPUT DO ART. 24 DA LEI.

LEI 15.406/11 - ACRESCENTA PARAGRAFOS 1., 2., 3. E 4, AO ART. 29 DA LEI.

Lei nº 14.133, de 24/01/2006 - Cria o Programa de Modernização da Administração Tributária.

Lei nº 14.107, de 12/12/2005 - Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e cria o Conselho Municipal de Tributos.

LEI 14.256/06 - ALTERA ARTS. 27, 33, 36, 43, 46, 48, 49, 50, 67 E 68 DA LEI.

LEI 14.449/07 - REVOGA PARAGRAFOS 1. A 6. DO ART. 43 DA LEI.

LEI 14.800/08 - ALTERA ARTS. 68 E 62, TABELA A, DO ANEXO II REDAÇÃO PREVISTA ANEXO ÚNICO DA LEI.

LEI 14.865/08 - ALTERA PARAGRAFOS 5. E 7. DO ART. 10 E PARAGRAFO 1. DO ART.12, ACRESCENTA PARAGRAFO UNICO AO ART. 72, DA LEI.

LEI 14.865 - REVOGA ART. 9 DA LEI.

Lei nº 13.169, de 11/07/2001 - Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão, e dá outras providências.

Lei nº 12.477, de 22/09/1997 - Dispõe sobre a carreira da Fiscalização, organiza o Quadro dos Profissionais da Fiscalização - QPF, e dá outras providências.

DECRETO 37.266/97 - ALTERA TABELAS DE CÁLCULOS DE PRODUTIVIDADE FISCAL, DE QUE TRATA ART. 83, DA LEI.

LEI 12.568/98 - ART. 110 - RETIFICA ANEXO VIII DA LEI - REFERENCIA DE FUNÇÃO INSPETOR SERVIÇOS E NB-2.

LEI 13.400/02 - ART. 6. - A PARCELA E VERBA HONORARIA FICAM EXCLUÍDAS DO LIMITE PREVISTO NA LEI.

Lei nº 11.692, de 14/12/1994 - Reorganiza parcialmente a Secretaria das Finanças, e dá outras providências.

Lei nº 10.568, de 04/07/1988 - Dispõe sobre reestruturação de órgãos da Secretaria das Finanças, altera as respectivas denominações, e dá outras providências.

LEI 14.133/06 - EXTINGUE CARGOS DA LEI QUE ESPECIFICA

Lei nº 10.184, de 06/11/1986 - Organiza a carreira de Inspetor Fiscal, e dá outras providências.

Lei nº 9.720, de 29/06/1984 - Altera a redação das alíneas "A", "B", "C" e "D" do art. 18 da Lei 8.645/77, e dá outras providências.

Lei nº 9.565, de 18/12/1982 - Dispõe sobre a reorganização do Departamento do Tesouro, da Secretaria das



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
17	Secretaria Municipal de Finanças Finanças, e dá outras providências. Lei nº 9.204, de 18/12/1980 - Altera a organização do Departamento de Rendas Imobiliárias - RI, estabelecida pela Lei nº 8.645, de 21/11/1977, e dá outras providências. Lei nº 8.729, de 02/06/1978 - Amplia o número de funções gratificadas do Departamento de Rendas Mobiliárias, e dá outras providências. Lei nº 8.645, de 21/11/1977 - Dispõe sobre a estruturação dos cargos de fiscalização tributária do Quadro de Fiscalização, reorganiza os Departamentos de Rendas Imobiliárias e Mobiliárias, e dá outras providências. LEI 9.204/80 - DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 22 DA LEI. LEI 9.720/84 - ALTERA REDAÇÃO ALINEAS A, B, C, D, DO ART.18 DA LEI. LEI 10.184/86 - ALTERA ARTS. 13, 17, 18 e 19. LEI 12.477/97 - QPF - ART.83 - ALTERA O - CAPUT E AS ALÍNEAS A, B, C E D, DO ART. 18 DA LEI. DECRETO 37.266/97 - ALTERA TABELAS DE CALCULOS DE PRODUTIVIDADE FISCAL PREVISTA NO ART. 18 DA LEI. LEI 14.133/06 - ALTERA ARTS. 17, 18 E 19; REVOGA ARTS. 2. , 14 E 15 DA LEI. LEI 14.256/06 - ALTERA ARTS. 17 E 19 DA LEI. LEI 14.712/08 - ALTERA ART. 18 DA LEI. Lei nº 8.111, de 03/09/1974 - Cria a Secção de Microfilmagem do Departamento de Rendas Imobiliárias, assim como cargos e funções, na Divisão de Cadastro Imobiliário, e dá outras providências. Lei nº 6.118, de 21/11/1962 - Denomina "Seção da Dívida Pública" a "Seção de Escrituração Patrimonial" do Departamento de Contabilidade da Secretaria de Finanças, e dá outras providências. Lei nº 5.732, de 23/08/1960 - Dispõe sobre a criação da Secção de Cobrança do Imposto sobre veículos, e dá outras providências. Lei nº 5.643, de 19/08/1959 - Dispõe sobre o desdobramento do atual Departamento da Receita da Secretaria das Finanças, e dá outras providências. Lei nº 5.107, de 09/01/1957 - Extingue unidades do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças, cria chefias na Divisão de Rendas Diversas, e dá outras providências. LEI 6.226/63 - REVOGA OS ARTS.4 E 5 DA LEI. Lei nº 4.902, de 16/01/1956 - Cria três cargos de Oficial Maior Tesoureiro, e dá outras providências. Decreto nº 47.549, de 04/08/2006 - Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Finanças e altera a denominação e lotação e a forma de provimento dos cargos em comissão que especifica. Decreto nº 47.455, de 13/07/2006 - Regulamenta o Programa de Modernização da Administração Tributária criado pela Lei nº 14.133, de 24 de janeiro de 2006. Decreto nº 47.227, de 28/04/2006 - Regulamenta o funcionamento do Conselho Municipal de Tributos criado pela Lei nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005. DECRETO 48.613/07 - ACRESCENTA INCISO VI AO ART.18 DO DECRETO. Decreto nº 45.683, de 01/01/2005 - Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta. DECRETO 45.810/05 - ACRESCENTA INCISO XX AO ART. 1.; INCISO XIII AO ART. 4.; E INCISOS VII E VIII E PARAGRAFO 4. AO ART. 5. DECRETO 45.810/05 - ACRESCENTA INCISO IV, V, VI, VII E ALTERA O CAPUT E O INCISO III DO ART. 7; REVOGA ART. 2. E INCISO I DO ART. 3 DO DECRETO. DECRETO 46.002/05 - ALTERA INCISO IV DO ARTIGO 5. DO DECRETO. DECRETO 46.209/05 - RENUMERA O PARAGRAFO UNICO DO ARTIGO 1. COMO PARAGRAFO 1. E ACRESCENTA O PARAGRAFO 2. AO ARTIGO 1. DO DECRETO. DECRETO 46.797/05 - REVOGA INCISO IV DO ART. 8. DO DECRETO. DECRETO 50.388/09 - REVOGA O INCISO II DO ART. 5. DO DECRETO.	SF



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
17	Secretaria Municipal de Finanças	SF
	DECRETO 51.820/10 - ALTERA O ART. 6. DO DECRETO.	
	Decreto nº 37.025, de 27/08/1997 - Disciplina o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.	
	Decreto nº 34.097, de 12/04/1994 - Dispõe sobre a revogação do artigo 3º do Decreto nº 21.846, de 03/01/1986, e do Decreto nº 21.856, de 13/01/1986, e dá outras providências.	
	Decreto nº 24.099, de 29/06/1987 - Confere nova redação aos itens "a" e "c", do inciso IV, do artigo 2º, do Decreto nº 20.362, de 05/11/1984, que reestrutura a Divisão da Contabilidade da Secretaria das Finanças.	
	Decreto nº 23.806, de 06/05/1987 - Altera parcialmente a estrutura do Departamento de Rendas Imobiliárias, da Secretaria de Finanças, e dá outras providências.	
	Decreto nº 20.362, de 05/11/1984 - Reestrutura a Divisão da Contabilidade da Despesa do Departamento da Contabilidade da Secretaria das Finanças, e dá outras providências.	
	Decreto nº 19.978, de 20/07/1984 - Altera as Tabelas II e III anexas ao Decreto nº 14.841, de 21/12/1977, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº 17.248, de 27/03/1981, e dá outras providências.	
	Decreto nº 17.380, de 25/06/1981 - Dispõe sobre a criação de Centro Infantil de Proteção a Saúde na Secretaria das Finanças, aprova a Tabela de Lotação de Pessoal, e dá outras providências.	
	Decreto nº 17.248, de 27/03/1981 - Altera a Tabela I, constante do Decreto nº 17.033, de 28/11/1980, e II anexa ao Decreto nº 14.841, de 21/12/1977, e dá outras providências. DECRETO 19.978/84 - ALTERA AS TABELAS II E III DO DECRETO 14841/77 COM AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DECRETO.	
	Decreto nº 17.033, de 28/11/1980 - Altera a Tabela I, anexa ao Decreto nº 14.841, de 21/12/1977, e dá outras providências. DECRETO 17.248/81 - ALTERA A TABELA I ANEXA AO DECRETO.	
	Decreto nº 14.922, de 09/02/1978 - Autoriza o Secretário das Finanças a aprovar o Regimento Interno dos Departamentos de Rendas Imobiliária e Móvel.	
	Decreto nº 14.841, de 21/12/1977 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.645, de 21/11/1977, define critérios para apuração de produtividade, e dá outras providências. DECRETO 17.033/80 - ALTERA TABELA I ANEXA AO DECRETO. DECRETO 17.248/81 - ALTERA A TABELA II ANEXA AO DECRETO. DECRETO 19.978/84 - ALTERA AS TABELAS II E III ANEXAS AO DECRETO.	
	Decreto nº 14.663, de 19/08/1977 - Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Finanças, e dá outras providências. DECRETO 21.288/85 - ALTERA O DECRETO.	
	Decreto nº 14.218, de 30/12/1976 - Transfere, para o Departamento de Rendas Móveis, a parte referente a tributos mobiliários da Seção de Certidões sobre Tributos, e dá outras providências.	
	Decreto nº 11.858, de 14/03/1975 - Dispõe sobre a transferência da Seção da Escrituração de Compras T-23 do Tesouro da Secretaria das Finanças, para o Departamento da Contabilidade, da mesma Secretaria.	
	Decreto nº 11.502, de 11/11/1974 - Regulamenta disposição da Lei nº 8.111, de 03/09/1974, fixando as atribuições da Seção de Microfilmagem do Departamento de Rendas Imobiliárias.	
	Decreto nº 10.820, de 29/12/1973 - Transfere unidade da Divisão do Cadastro Imobiliário do Departamento de Rendas Imobiliárias da Secretaria das Finanças, para o Departamento do Tesouro, da mesma Secretaria.	
	Decreto nº 10.312, de 09/01/1973 - Extingue a Divisão da Arrecadação do Departamento do Tesouro da Secretaria das Finanças, e dá outras providências.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
17	Secretaria Municipal de Finanças	SF

Decreto nº 9.843, de 10/2/1972 - Regulamenta a gratificação de produtividade fiscal instituída pela Lei nº 7.623, de 28/06/1971.

Decreto nº 9.514, de 08/06/1971 - Transfere para o Departamento de Rendas Mobiliárias a Secção de Cobrança de Impostos sobre Veículos; para o Departamento de Rendas Imobiliárias a Secção de Certidões sobre Tributos, e subordina à Diretoria do Departamento do Tesouro a Secção da Pagadoria.

Decreto nº 5.785, de 14/01/1964 - Reestrutura os serviços do Departamento de Rendas Mobiliárias, e dá outras providências.

Decreto nº 4.354, de 09/09/1959 - Dispõe sobre a dependência dos órgãos subordinados ao antigo Departamento da Receita, sua redistribuição pelos Departamentos das Rendas Imobiliárias e Mobiliárias, e dá outras providências.

DECRETO 6.115/65 - COMPLEMENTA O DECRETO.

Decreto nº 1.251, de 15/01/1951 - Altera o regulamento da Secretaria das Finanças, baixado com o Decreto nº 859, de 16/05/1946 e modificado pelo Decreto nº 936, de 15/02/1947.

DECRETO 2.205/53 - ALTERA O DECRETO.

DECRETO 2.134/53 - ALTERA O ART. 98.

DECRETO 2.264/53 - ALTERA REDAÇÃO DO ART. 37.

DECRETO 2.661/54 - ALTERA REDAÇÃO DO ART. 37.

DECRETO 4.036/58 - ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 82 E 83.

DECRETO 4.549/59 - ALTERA REDAÇÃO ART.34 LETRA D, QUE FOI REVOGADO PELO DECRETO 4.781/60.

DECRETO 4.621/60 - ALTERA O ART. 87 E 83, MODIFICADO PELO DECRETO 4.036/58.

Decreto-Lei nº 333, de 27/12/1945 - Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura instituindo Secretaria e dando outras providências.

Decreto-Lei nº 347, de 13/02/1946 - Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria das Finanças, e dá outras providências.

D. 14.663/77 - Extingue a Auditoria da Fazenda criada pelo Decreto-Lei nº 347/46

D.L. 404/47 - Constitui seção as Subdivisões de Contabilidade previstas no Decreto-Lei nº 347/46

Lei 6.118/62 - Altera o art. 14 do Decreto-Lei 347/46

Decreto-Lei nº 394, de 08/02/1947 - Desdobra o atual Departamento da Fazenda da Secretaria das Finanças, e dá outras providências.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
18	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	SMS/FMS

Descrição da Legislação

LEI 10.869 17/7/1990 Dispõe sobre a estrutura dos Distritos de Saúde de Campo Limpo e de Ermelino Matarazzo, da Secretaria Municipal da Saúde; cria cargos, e dá outras providências

LEI 10.944 18/1/1991 cria em todos os Pronto-Socorros Municipais um serviço de farmácia, que deverá funcionar 24 horas por dia, para fornecimento de remédios a título gratuito, aos pacientes atendidos

LEI 10.955 28/1/1991 Dispõe sobre a estrutura dos Distritos de Saúde de Vila Maria, Butantã, Sapopemba e Vila Matilde da Secretaria Municipal da Saúde, cria cargos, e dá outras providências.

LEI 12.546 7/1/1998 Dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 13.271 4/1/2002 Descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial. -Regulamentos e Alterações LEI 13.861/04

LEI 13.563 24/4/2003 Fundo Municipal de Saúde - FMS, revoga a LEI n. 10830, de 4 de janeiro de 1990, e dá outras providências.

LEI 13.716 7/1/2004 Estrutura e a criação de cargos de provimento em comissão dos CEI'S e das unidades de saúde municipais; altera a LEI 13325/02, que institui os conselhos gestores nas unidades de saúde e nos distritos de saúde; autoriza realocação de recursos, e dá outras providências.-Regulamentos e Alterações DECRETOS 44.665/04 e LEI 13.864/04

LEI 13.780 11/02/2004. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Atenção à Saúde do Escolar e dá outras providências.

LEI 14.074 21/10/2005 Institui no âmbito de cada Unidade Básica de Saúde (UBS) o atendimento especializado na prevenção do câncer.

LEI 14.084 27/10/2005 Dispõe sobre a instituição do programa cestão de medicamentos.

LEI 14.132 24/1/2006 Dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações Sociais. Regulamentos e Alterações Lei 14.482/07

LEI 14.159 16/5/2006 Dispõe sobre o pagamento da ajuda de custo que especifica aos agentes de campo que vierem a atuar em campanhas de imunização ou campanhas emergenciais de Saúde pública; acrescenta o inciso XI ao artigo 2º da LEI 10.513/88.

LEI 14.671 14/01/2008. Cria Programa Municipal de Reabilitação da Pessoa com Deficiência Física e Auditiva.

LEI 14.672 14/01/2008. Cria o Programa de Cadastro de Profissionais Portadores de Necessidades Especiais, no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo, para os fins que especifica.

LEI 14.669 15/01/2008. Altera estrutura/atribuições das Autarquias Hospitalares Municipais Regionais, atribui competência a PGM para representar judicialmente o IPREM.

LEI 14.682 31/01/2008. Institui o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde.

LEI 14.725 16/05/2008. Institui Programa de Vacinação Domiciliar aos Idosos impossibilitados no deslocamento até os locais de vacinação.

LEI 14.730 27/05/2008. Altera Lei 10.912 que reorganiza a residência médica em SMS, amplia número de Bolsas concedidas, cria níveis R5 de residência médica.

Lei 14.846, de 08/10/08.

Altera o art. 1º da Lei nº 13.285, de 09/01/2002, que cria o Programa de Prevenção a Diabetes e à Anemia Infantil, na Rede Municipal de Ensino.

Lei 14.872, de 31/12/08.

Dispõe sobre a ampliação dos períodos da licença-gestante, da licença por adoção e da licença-maternidade especial.

Lei 14.876, de 05/01/09.

Dispõe sobre a alteração de dispositivos das Leis nº 13.271, de 5 de janeiro de 2002, nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, nº 14.709, de 3 de abril de 2008, nº 14.713, de 4 de abril de 2008, e nº 14.715, de 8 de abril de 2008, e a contratação de pessoal, por tempo determinado, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e Autarquia Hospitalar Municipal.

Lei 14.899, de 06/02/09.

Institui no Município de São Paulo a Quinzena Municipal de Doação de Sangue.

Lei 14.903, de 06/02/09.

Dispõe sobre a criação do Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais no Município de São Paulo.

Lei 14.904, de 06/02/09.

Institui o Programa de Prevenção à Gravidez Precoce no Município de São Paulo.

Lei 14.905, de 06/02/09.

Cria o Programa de Envelhecimento Ativo.

Lei 14.959, de 16/07/09.

Institui o Programa de Divulgação dos Serviços à Saúde da Mulher.

DECRETO 27.724 6/4/1989 Altera a denominação do Conselho Municipal de Saúde para Conselho Municipal de Saúde.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
18	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde providências. Regulamentos e Alterações DECRETOS 29.147/90, 30.371/91 e 31.476/92 DECRETO 28.625 30/3/1990 Cria o centro de formação dos trabalhadores da Saúde - CEFOR, e dá outras providências DECRETO 30.394 18/10/1991 Revoga o DECRETO n.º 30.371, de 14 de outubro de 1991, que alterou a redação do DECRETO n.º 27.724, de 06 de abril de 1989, e dá outras providências. DECRETO 31.476 27/4/1992 Inclui unidades no anexo III do DECRETO 27.724, de 06 de abril de 1989, e dá outras providências retificação em diário oficial de 31 de dezembro de 1992, acrescentando-se a alínea "f" no artigo 15, dando-se nova redação à alínea "c" do artigo 16, bem como no que tange ao capítulo v e artigo 31 DECRETO 32.773 10/12/1992 consolida as disposições relativas à organização da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, e dá outras providências. Regulamentos e Alterações DECRETOS 33.105/93, 33.165/93, 33.368/93, 33.650/93, 33.826/93, 36.127/96, 37.700/98 e 42.120/02 DECRETO 37.330 16/2/1998 Regulamenta a LEI 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde do Município de São Paulo, e dá outras providências. Regulamentos e Alterações DECRETOS 37.360/98, 38.000/99 e 38.756/99 DECRETO 40.498 27/4/2001 Reintegração de unidades de saúde na administração direta. DECRETO 40.660 24/5/2001 Reintegração de unidades de saúde na administração direta. DECRETO 40.769 20/6/2001 Reintegração de unidades de saúde na administração direta. DECRETO 41.709 20/2/2002 Regulamenta dispositivos da LEI n. 13271, de 4 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial. DECRETO 43.669 26/8/2003 Transferência do Departamento de Inspeção Municipal de Alimentos - DIMA da Secretaria Municipal de Abastecimento para a Secretaria Municipal da Saúde. obs: republica o anexo I tabela A e B, cargos em comissão-DOM 28/08/03 p.2. Regulamentos e Alterações DECRETO 43.796/03 DECRETO 45.683 01/01/2005 Organização, atribuições e funcionamento da administração pública municipal direta. Regulamentos e Alterações Decretos 45.810/05, 46.002/05, 46.209/05, 46.231/05 e 46.797/05. DECRETO 46.209 15/8/2005 transferência das coordenadorias de saúde das subprefeituras que especifica para a Secretaria Municipal de Saúde. DECRETO 46.966 2/2/2006 Regulamenta a LEI 13.211/01, estruturando a rede de proteção à mãe paulistana, para a gestão e execução da rede de serviços de saúde de assistência obstétrica e neonatal no Município de São Paulo. DECRETO 46.993 10/2/2006 Regulamenta a LEI 14.074/05, que institui no âmbito de cada UBS o atendimento especializado na prevenção de câncer ginecológico e de mama. DECRETO 47.107 22/3/2006 Dispõe sobre a integração das Coordenadorias Regionais de Saúde com a Rede Hospitalar Municipal, para gestão da Rede de Serviços de Saúde, bem como altera a denominação das Autarquias e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica. Regulamentos e Alterações DECRETO 47.514/06 DECRETO 47.475 17/7/2006 Regulamenta a LEI 14.084/05, que dispõe sobre a instituição do programa cestão de medicamentos. DECRETO 48.421 07/06/2007. Regulamenta Lei 13.671/03 que cria o Programa de Informações sobre vítimas de violência no Município de São Paulo. DECRETO 48.704 11/09/2007. Regulamenta Lei 13.780/04 Programa Municipal de Atenção à Saúde Escolar, altera denominação Programa Aprendendo com Saúde, revoga Decreto 45.986/05. DECRETO 48.839 19/10/2007. Regulamenta Lei 14.430/07 que institui o Programa de Combate a proliferação de ratos no âmbito do Município. DECRETO 49.596 12/06/2008. Regulamenta Lei 14.682/08 que institui o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde. Decreto 50.079, de 07/10/08. Regulamenta disposições da Lei nº 13.725/04, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo; dispõe sobre o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, disciplina o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde, estabelece os procedimentos administrativos de vigilância em saúde, altera a denominação do Departamento de Inspeção Municipal de Alimentos - DIMA e revoga o Decreto nº 44.577/04. Decreto 50.109, de 14/10/08. Transfere para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras, em caráter excepcional e por prazo determinado, a gestão e execução dos serviços que especifica, relativamente a prédios e equipamentos integrantes da Rede Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde. Decreto 50.142, de 23/10/08. Cria, na Secretaria Municipal da Saúde, a Assessoria de Acompanhamento e Integração do Setor de Saúde Suplementar. Decreto 50.151, de 24/10/08.	SMS/FMS



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
18	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	SMS/FMS
	Regulamenta a Lei nº 14.727, de 15 de maio de 2008, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o programa Movimentando a Terceira Idade. Decreto 50.478, de 10/03/09. Regulamenta o § 11 do artigo 1º da Lei nº 14.669, de 14 de janeiro de 2008, no que se refere à organização e estruturação da Autarquia Hospitalar Municipal. Decreto 50.511, de 19/03/09. Revoga o inciso IV do artigo 14 do Decreto nº 50.478, de 10 de março de 2009, que regulamenta o § 11 do artigo 1º da Lei nº 14.669, de 14 de janeiro de 2008, no que se refere à organização e estruturação da Autarquia Hospitalar Municipal. Decreto 50.532, de 01/04/09. Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no Distrito da Freguesia do Ó, Subprefeitura de Freguesia/Brasilândia, necessários à implantação de complexo hospitalar. Decreto 50.547, de 06/04/09. Altera a denominação dos cargos de provimento em comissão que especifica. Decreto 50.564, de 09/04/09. Regulamenta o artigo 13 da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, alterado pela Lei nº 14.661, de 27 de dezembro de 2007, que dispensa os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, bem como define os beneficiários da assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica prestada pela Autarquia. Decreto 50.656, de 05/06/09. Regulamenta a Lei nº 14.899/09, que institui no Município de São Paulo a Quinzena Municipal de Doação de Sangue. Decreto 50.706, de 02/07/09. Institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-estar de Cães e Gatos - PROBEM, bem como cria o Núcleo de Proteção e Bem-estar de Cães e Gatos. Decreto 50.707, de 02/07/09. Revoga o Decreto n. 50452, de 26 de fevereiro de 2009, atribuindo a Secretaria Municipal da Saúde as incumbências que especifica, anteriormente afetas ao Secretário Especial da Saúde da Mulher. Decreto 50.745, de 21/07/09. Regulamenta a Lei nº 14.904/09, que institui o Programa de Prevenção à Gravidez Precoce no Município de São Paulo. Decreto 50.787, de 12/08/09. Transfere para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras, a gestão e execução dos serviços que especifica, relativamente a prédios e equipamentos integrantes da Rede Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde. Decreto 51.885, de 28/10/10. Regulamenta a Lei n 15114 de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação do observatório de proteção integral a infância e adolescência. Decreto 51.901, de 04/11/10. Acrescenta o artigo 35-a ao Decreto n 51194 de 21 de janeiro de 2010, nele dispondo sobre a autorização previa para a celebração de convênios que envolvam a transferência de recursos financeiros para entidades sem fins lucrativos. Decreto 52.040, de 29/12/10. Fixa o valor dos preços de serviços prestados por unidades da prefeitura do município de São Paulo. Obs: retificação na tabela integrante do Decreto 52.040/10, item 28.1.13 - doc 05/01/11, p.1. Decreto 52.298/11 - acrescenta subitem 6.1.10, 6.1.10.1/6.1.1.8.2 altera valor do subitem 26.12.2.6 tabela integrante do Decreto 52.040. Decreto 52.298/11 - acrescenta subitem 6.1.10, 6.1.10.1/6.1.1.8.2 altera valor do subitem 26.12.2.6 tabela integrante do decreto 52.040. Decreto 52.078, de 08/01/11. Dispõe sobre a utilização, a partir do exercício de 2011, de novo sistema de execução orçamentária, financeira e contábil, denominado sistema de orçamento e finanças-sistema sof. Decreto 52.087, de 19/01/11. Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2011. alterações Decreto 52.106/11-altera o art. 34 e procedimento do parágrafo 2. do art. 33 do Decreto 52.087 Portaria 181, de 22/01/11.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
18	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	SMS/FMS
	<p>Delega competência ao secretário adjunto para praticar atos necessários a execução orçamentária e financeira, relacionados às dotações código orçamentário 18.10.</p> <p>Decreto 52.106, de 01/02/11.</p> <p>Altera o Decreto n. 52.087, de 18 de janeiro de 2011, que fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2011.</p> <p>Decreto 52.135, de 19/02/11.</p> <p>Confere nova redação ao artigo 34 do decreto n. 52.087, de 18 de janeiro de 2011, que fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2011.</p> <p>Decreto 52.147, de 01/03/11.</p> <p>Confere nova redação ao artigo 34 do decreto n. 52.087, de 18 de janeiro de 2011, que fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2011.</p> <p>Decreto 52.148, de 01/03/11.</p> <p>Fixa o número máximo de bolsas de estudo a serem concedidas no âmbito do programa de acolhimento na rede municipal de saúde, instituído pela Lei n. 14987, de 29 de setembro de 2009.</p> <p>Portaria 500, de 11/03/11.</p> <p>Inclui como unidade operacional de SMS-Contida na p 411/06(SMS)/unidade orçamentária-18.10 gabinete do secretário/gerência de controle-csmacaa-sms-gab.</p> <p>Decreto 52.180, de 15/03/11</p> <p>Delega competência ao secretário municipal de planejamento, orçamento e gestão para autorizar a celebração de convênios que especifica.</p> <p>Decreto 52.201, de 23/03/11.</p> <p>Regulamenta os pedidos de aquisição, permuta, concessão administrativa e permissão de uso de imóveis municipais.</p> <p>Decreto 52.210, de 31/03/11.</p> <p>Reorganiza o sistema de ensino da secretaria municipal da saúde e revoga o decreto n. 47.572, de 14 de agosto de 2006.</p> <p>Portaria 745, de 26/04/11.</p> <p>Cria núcleo técnico de prestação de contas, vinculado a coordenadoria financeira e orçamento de SMS.</p> <p>Portaria 840, de 06/05/11.</p> <p>Constitui comissão gerenciadora de serviços públicos e telecomunicações-spt, subordinada a coordenadoria financeira e orçamento, do gabinete da SMS. Revoga Portaria 2.331/10.</p> <p>Portaria 1.024, de 20/05/11.</p> <p>Altera Portaria 647/09(SMS). Atendimento social a pessoas carentes. Adiantamento direto para fornecimento de transporte/alimentação/pernoite.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	SEME
	Descrição da Legislação	
	Lei nº 10.255 (DOC 24/12/1986) Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME, e dá outras providências. Retificação no DOM de 07/01/87 Alterada pelo Decreto nº 49.799 de 22/07/2008; Decreto nº 50.024 de 12/09/2008	
	Lei nº 13.169 (DOC 12/07/2011) Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão, e dá outras providências - da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Alterada pelo Decreto nº 49.799 de 22/07/2008; Decreto nº 45.950 de 2005	
	Lei nº 13.311 (DOC 01/02/2002) Dispõe sobre convênio entre a Prefeitura do Município de São Paulo e Clubes desportivos sediados no Município de São Paulo, para desenvolvimento de atletas em diversas modalidades desportivas e dá outras providências - permitindo a cessão de áreas Municipais, com quaisquer entidades desportivas, sediadas no Município de São Paulo, que mantém regularmente atividades desportivas reconhecidas pelo COB. Regulamentada pelo Decreto nº 43.470 de 2003 D 42237/02-REGULAMENTA A LEI MANUTENCAO/CONSERVACAO PREDIOS/EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS D 42238/02-REGULAMENTA A LEI D 42239/02-REGULAMENTA A LEI, CONFORME DISPOSTO NA L 8513/77 E L 8658/77 L 13682/03-ESTABELECE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS SUBPREFEITURAS CRIADAS PELA LEI L 13716/04-ARTIGO 25-ALTERA INCISO II DO ARTIGO 12DA LEI L 13682/03-ARTIGO 22-PRORROGA ATE FINAL DE DEZEMBRO/04, O PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 21 DA LEI L 13682/03-ESTABELECE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS SUBPREFEITURAS CRIADAS PELA LEI L 13682/03-ARTIGO 2.-ALTERA DENOMINACAO DAS SUBPREFEITURAS AF; CS E JT, CRIADAS PELA LEI L 13939/04-PRORROGA POR 365 DIAS O PRAZO DO ARTIGO 21 DA LEI L 14059/05-ALTERA ITEM2 DO ART. 7. DA LEI PL 562/09-PROPOSTA:ALTERA ITEM 29 DO ART. 7. DA LEI	
	Lei nº 13.546 (DOC 31/03/2003) Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Esporte-Educação Mais Esporte, no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	Lei nº 13.682 (DOC 16/12/2003) Dispõe sobre a estrutura organizacional das Subprefeituras, cria respectivos cargos de provimento em comissão. D 52.278/11 - Transfere Cargos de Provimento em Comissão	
	Lei nº 13.718 (DOC 09/01/2004) Dispõe sobre a organização dos Clubes Desportivos Municipais, e dá outras providências, renomeia como Clubes da Comunidade; permite parcerias com terceiros; obriga do CDM a dar publicidade em casos de recebimento de recursos públicos e prevê a utilização do espaço pelo poder Público visando otimizar o aproveitamento pela comunidade, com prioridade para as escolas públicas. D 46.425/05 - Regulamenta a Lei	
	Lei nº 13.790 (DOC 14/02/2004) Institui na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação o Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, e dá outras providências. Projeto de Lei 624/2001 do Vereador Vicente Cândido - DOM 10/11/2011, p.242	
	Lei nº 13.989 (DOC 22/06/2005)	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	SEME
	Cria o Museu do Futebol nas dependências do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho - Estádio do Pacaembu, e dá outras providências.	
	Lei nº 14.139 (DOC 24/03/2006) Dispõe sobre a prática de esportes e atividades radicais ou de aventura no Município de São Paulo e dá outras providências. D51.296/10 - Regulamenta a Lei	
	Lei nº 14.485 (DOC 03/08/2007) Dispõe sobre a consolidação da legislação Municipal referente as datas comemorativas de eventos e feriados no Município de São Paulo e da outras providências. Diversas alterações	
	Lei nº 14.615 (DOC 12/12/2007) Dispõe sobre a alteração da Lei nº 14.485/07, para incluir o evento esportivo - Troféu da Cidade de São Paulo de Triathlon.	
	Decreto nº 40.780 (DOC 26/07/2011) Dispõe sobre o uso, por terceiros, de áreas pertencentes à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e recreação. D 47.015/06 - Revoga o Parágrafo 2. Do Art.1 do Decreto	
	Decreto nº 42.770 (DOC 03/01/2003) Dispõe sobre a transferência de equipamentos da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação para as Subprefeituras e dá outras providências. D 44.059/03 - retifica o anexo único do Decreto L 13.682/03 - Art.23 - Remaneja para as subprefeituras bens/serviços/pessoal/competencia dos equipamentos Transferidos conforme o Decreto.	
	Decreto nº 43.470 (DOC 16/07/2003) Regulamenta a Lei nº 13.311 de 31/02/2002, que dispõe sobre convênio entre a Prefeitura do Município de São Paulo e Clubes Desportivos sediados no Município de São Paulo, para desenvolvimento de atletas em diversas modalidades desportivas.	
	Decreto nº 44.059 (DOC 01/11/2003) Retifica o anexo único integrante do Decreto nº 42.770 de 03/01/2003 - lista de CDM's - DOM 01/11/2003, P.1-2	
	Decreto nº 44.490 (DOC 17/11/2004) Transfere o Estádio Municipal Jack Marin - Escola de Futebol da Aclimação para a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.	
	Decreto nº 46.137 (DOC 27/07/2005) Modifica o Decreto 45.902/05, alterado pelo Decreto 46014/05 que dispõe sobre a permissão de uso do Autódromo Municipal.	
	Decreto nº 46.014 (DOC 30/06/2005) Altera o Decreto nº 45.902 de 18/05/2005, que dispõe sobre a permissão de uso do Autódromo Municipal Jose Carlos Pacce a São Paulo Turismo S/A (Inciso III do artigo 3º) DOM 01/07/2005 D 46.137/05 - Altera Inciso V do Art. 4 do Decreto 45.902/05 alterada pelo Decreto	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	SEME
	Decreto nº 45.902 (DOC 18/05/2005) Dispõe sobre permissão de uso do Autódromo Municipal Jose Carlos Pacce, a São Paulo Turismo, revoga o Decreto nº 45.822/2008. D46.014/05 - Altera Inciso III do Art.3 do Decreto D46.137/05 - Altera Inciso V do Art.3 do Decreto D48.410/07 - Acresceta parágrafo único ao Art.3 do Decreto	
	Decreto nº 46.235 (DOC 29/08/2005) Dispõe sobre a lotação dos cargos de provimento em comissão do Estádio Municipal Jack Marin e de sua Escola de futebol de São Paulo, transferidos para a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação por meio do Decreto 45.490 de 17/11/2004 lotação dos cargos - DOM 30/08/2005. P.2-3	
	Decreto nº 46.425 (DOC 04/10/2005) Regulamenta a Lei 13.718 estabelece estrutura mínima para os Clubes da Comunidade; prevê acesso aos documentos, atos e balancete pelo Executivo; estabelece normas de utilização dos equipamentos; dispõe sobre as atribuições de SEME e das Subprefeituras; permite a exploração de publicidade e prazo de um ano para regularização dos CDM's em situação irregular e revoga o Decreto 26.137 de 13/06/1988 e Portaria 21/SEME.G/1999 (DOM 23/04/1999) - DOM 05/10/2005 P.1-2	
	Decreto nº 47.015 (DOC 21/02/2006) Revoga o parágrafo 2 do artigo 1º do Decreto 40.780 de 26/06/2001(Onde o pagamento poderá ser feito na forma de benfeitorias, em valor equivalente ou superior ao preço público devido, a critério da autoridade competente), o qual dispõe sobre o uso, por terceiros, de áreas pertencentes a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME. As Unidades deverão fixar, em local visível e de fácil acesso aos usuários e interessados, quadro informativo contendo o preço devido pelo uso das áreas, juntamente com a orientação sobre a forma de seu recolhimento - com guia de arrecadação própria - DOM 22/02/2006. P.3	
	Decreto nº47.531 (DOC 01/08/2006) Estabelece diretriz para a revisão das permissões e concessões de uso de áreas públicas ocupadas por clubes e associações esportivas profissionais e amadoras, bem como revoga o Decreto nº47.122 de 24/03/2006.	
	Decreto nº 48.267 (DOC 10/05/2007) Dispõe sobre a supervisão e fiscalização dos Clubes da Comunidade e dos Equipamentos Esportivos em Sistema de Rodízio organizados na forma da Lei nº 13.718 de 8/01/2004, bem como transfere os cargos de provimento em comissão que especifica.	
	Decreto nº 48.309 (DOC 27/04/2007) Autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, em caráter excepcional, do planejamento e contratação de obras e reformas, adaptação e ampliação de prédios e equipamentos esportivos Municipais, por 12 meses.	
	Decreto nº 48.970/07 Revoga o Decreto nº 48.309	
	Decreto nº 48.392 (DOC 29/05/2007) Institui o Programa Clube Escola. Desenvolvido conjuntamente pelas Secretarias Municipais de Esportes, Lazer e Recreação - SEME, especial para Participação e Parceria - SEPP, de Educação - SME, da Saúde - SMS e de coordenação das Subprefeituras - SMSP, dentre outras, com objetivo de oferecer ao Município em idade escolar e oportunidade de participar das atividades esportivas, recreativas e de lazer. D50.212/08 - Altera Art.6 do Decreto	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	SEME
	<p>Decreto nº 49.606 (DOC 14/06/2008) Autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, em caráter excepcional o planejamento e contratação de obras de reforma, adaptação e ampliação de prédios e equipamentos esportivos Municipais. D 50655/09-PRORROGA PRAZO TRANSFERENCIA DAS ATRIBUICOES DE OBRAS DE REFORMA/EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS PARA SEME, ESTABELECIDO NO ART. 1. DO DECRETO PD 24/10-PROPOSTA: SUSTA OS EFEITOS DO DECRETO D 51543/10-PRORROGA ATE 10/06/2011-ESTABELECIDO NO ART. 1. DO DECRETO D 52402/11-ALTERA O ART. 1. DO DECRETO</p> <p>Decreto nº 53.031 (DOC 27/05/2008) Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Município de São Paulo, do imóvel que especifica. CERET - Parque esportivo dos Trabalhadores.</p> <p>Decreto nº 51.084 (DOC 07/12/2009) Dispõe sobre a transferência de equipamentos esportivos das Subprefeituras as quais se encontram vinculados para a Secretaria Municipal de Esportes Lazer e Recreação, bem como dos cargos em provimento em comissão que especifica.</p> <p>Decreto nº 52.476 (DOC 08/07/2011) Estabelece a necessidade de prévia análise e manifestação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação para a execução de obras e serviços em equipamentos e demais áreas públicas Municipais destinados a prática desportiva, conforme especifica.</p> <p>Portaria SEME 124/2003 - Cria a Unidade Operacional destinada Jogos da Cidade de São Paulo, subordinadas diretamente ao Gabinete da Secretaria e designando servidores para compor a Unidade.</p> <p>Portaria 35/SEME.G/2011 - Execução de obras de serviços para construção/reforma em equipamentos vinculada a SEME, em especial CEE's e os CDC's, dependera de autorização da CGEE</p> <p>Portaria 7/SEME.G/2011 - Instituir o espaço de conhecimento do lazer e do esporte - ECOLE, subordinado ao Gabinete do Secretário desta Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
20	Secretaria Municipal de Transportes	SMT

Descrição da Legislação

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT

LEI 10.505 05/05/1988 Dispõe sobre a taxa de estudos para fixação de diretrizes, e dá outras providências.

LEI 10.506 05/05/1988 Dispõe sobre obras e serviços a serem executados no sistema viário em decorrência da implantação de empreendimentos particulares, e dá outras providências.

LEI 13.688 19/12/2003 Dispõe sobre concessão de serviço público, precedida de execução de obra pública, para construção de garagens subterrâneas e exploração de serviço de estacionamento de veículos, em áreas situadas nos distritos da Sé e República e no Parque Ibirapuera.

LEI 13.763 19/01/2004 Estabelece normas para o exercício da prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, também conhecido como "Valet Service", no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

LEI 14.266 07/02/2007 Dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo e dá outras providências.

LEI 14.491 27/07/2007 Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado moto-frete e dá outras providências.

LEI 14933 06/06/09 Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.

LEI 14.971 25/08/2009 Dispõe sobre a atividade de fretamento no âmbito do Município de São Paulo.

LEI 14.985 12/09/2009 Dispõe sobre a realização de Campanha de Prevenção e Combate à Pedofilia e ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo.

LEI 14.988 29/9/2009 Dispõe sobre a relação das patologias e diagnósticos que autorizam a isenção de pagamento de tarifa nos veículos integrantes do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na Cidade de São Paulo, prevista na Lei nº 11.250, de 1 de outubro de 1992.

LEI 15.150 07/05/2010 Dispõe sobre os procedimentos para a aprovação de projetos arquitetônicos e para a execução de obras e serviços necessários para a minimização de impacto no sistema viário decorrente da implantação ou reforma de edificação e da instalação de atividades polo gerador de tráfego.

LEI 15.274 03/09/2010 Dispõe sobre o direito de escolha do usuário do serviço público de transporte coletivo de usar qualquer outro veículo da frota municipal quando estiver o veículo impossibilitado de realizar o seu trajeto até o destino final e dá outras providências.

DECRETO 29.291 13/11/1990 Fixa novos preços para operação de remoção e da estadia de veículos, e dá outras providências.

DECRETO 32.329 24/09/1992 Ret. 26/09/1992 "Regulamenta a Lei 11.228/92 - Código de Obras e Edificações, e dá outras providências".

DECRETO 42.875 20/2/2003 Transfere a Supervisão Geral de Transportes Internos - SGTI da Secretaria Municipal das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Transportes.

DECRETO 43.469 16/7/2003 Regulamenta a prestação dos serviços municipais de transporte coletivo aos beneficiários de gratuidades.

DECRETO 43.535 30/07/2003 Confere nova redação ao Art. 3º do Decreto 43.469, de 15 de julho de 2003, que regulamenta a prestação dos serviços municipais de transporte coletivo aos beneficiários de gratuidades.

DECRETO 45.038 21/7/2004 Confere nova redação ao parágrafo 2º do Art. 5º do Decreto 36.077, de 09/05/1996, que institui no sistema de transporte coletivo do Município de São Paulo, modalidade comum, serviços destinados a atender pessoas com mobilidade reduzida.

DECRETO 45.980 15/6/2005 Regulamenta a Lei nº 13.688, de 19/12/2003, que dispõe sobre concessão de serviço público, precedida de execução de obra pública para construção de garagens subterrâneas e exploração de serviço de estacionamento de veículos, no que diz respeito às áreas situadas nos Distritos da Sé e República, e atribui a EMURB realização do procedimento licitatório, bem como a formalização do Contrato e fiscalização das obras. O Decreto 49.565/2008 altera Ementa e o Art. 4º deste Decreto.

DECRETO 48.151 21/2/2007 Regulamenta a Lei 13.763, 19/01/2004, que estabelece normas para o exercício da prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, também conhecidos como "Valet service", no âmbito do Município de SP.

DECRETO 48.409 1/6/2007 Atribui as Secretarias Municipais que especifica execução e operacionalização de serviços, conservação, manutenção, reforma e recuperação túneis, passagens inferiores, estações de bombeamento, piscinões e outros equipamentos publ.urbanos detentores sist. eletr. eletrom. mecan. e civis.

DECRETO 48.919 10/11/2007 Regulamenta a Lei 14.491, de 27/julho/2007, que dispõe sobre atividade de transporte de pequenas cargas denominado motofrete.

DECRETO 49.304 12/03/2008 Revoga Decreto 44.770, de 20 de maio de 2004, que transfere a execução e a operacionalização do Programa Transporte Escolar Municipal Gratuito - Vai e Volta - para as Subprefeituras.

DECRETO 49732 11/07/2008 Dispõe sobre a fixação da frota de veículos da Secretaria Municipal de Transportes.

DECRETO 49.802 24/07/2008 Autoriza a Secretaria Municipal de Transportes a realizar sorteio de alvará de estacionamento da modalidade táxi, para atender exclusivamente as necessidades de deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
20	Secretaria Municipal de Transportes	SMT
	<p>DECRETO 49.822 26/07/2008 Altera Art. 3º do Decreto 46.893, de 06/01/2006, que dispõe sobre a política/estrutura tarifárias, sobre fixação de valores das tarifas cobradas dos usuários do sistema de transporte coletivo de passageiros na Cidade de São Paulo e estabelece normas para sua integração tarifária com o sistema estadual de transportes.</p> <p>DECRETO 50.566 10/04/2009 Altera o parágrafo 1º do Art. 5º do Decreto nº 48.151, de 21/02/07, que regulamenta a Lei nº 13.763, de 19/01/04, que estabelece normas para o exercício da prestação de serviços de manobra e guarda de veículos também conhecidos como "Valet Service", no âmbito do Município de São Paulo.</p> <p>DECRETO 50.644 30/05/2009 Dispõe sobre o depósito e venda dos veículos retidos, apreendidos ou removidos em razão de transporte remunerado individual e coletivo, de carga e de motofrete, sem a devida autorização. Compete à Secretaria Municipal de Transportes leiloar veículos não retirados no prazo legal.</p> <p>DECRETO 50.708 03/07/2009 Atribui à Secretaria Municipal de Transportes a Gestão e a Coordenação do Grupo Executivo da Prefeitura do Município de São Paulo para melhoramentos Cicloviários - Pró Ciclista.</p> <p>DECRETO 51.059 01/12/2009 Institui, no Município de São Paulo, o Programa de Redução Tarifária para o serviço de Táxi.</p> <p>DECRETO 51.411 14/4/2010 Aprova o valor da tarifa da estadia de veículos a ser cobrada para a exploração comercial do Estacionamento Subterrâneo localizado na Avenida Dr. Eneas Carvalho de Aguiar, Jardim América.</p> <p>DECRETO 51.412 14/4/2010 Aprova o valor da tarifa da estadia de veículos a ser cobrada para a exploração comercial do Estacionamento Subterrâneo localizado na Praça Alexandre de Gusmão, Cerqueira Cesar.</p> <p>DECRETO 51.771 11/09/2010 Regulamenta Lei 15.150, de 06/05/2010, que dispõe sobre os procedimentos p/aprovação de projetos arquitetônicos e p/execução de obras e serviços necessários p/minimização de impacto no Sist. Viário decorrente na implantação/reforma de edificações e da instalação de atividades - pólo gerador de tráfego.</p> <p>DECRETO 51.832 02/10/2010 Dispõe sobre o depósito e venda de veículos apreendidos e removidos pelas Subprefeituras, em razão de seu abandono nas vias públicas ou de sua utilização para a prática de comércio ilegal.</p> <p>DECRETO 51.864 19/10/2010 Regulamenta a Lei nº 15.274, de 2 de setembro de 2010, que dispõe sobre o direito de escolha do usuário do serviço público de transporte coletivo de utilizar qualquer outro veículo da frota municipal quando estiver o veículo impossibilitado de realizar seu trajeto até o destino final.</p> <p>DECRETO 52.066 31/12/2009 Fixa novos valores para o serviço de táxis no Município e São Paulo.OBS: Ret. DOC 04/04/11-P1-publ. do Anexo I, integrante do D. 52.066/10.</p> <p>DECRETO 52.244 16/04/2010 Dispõe sobre a instituição e organização do serviço - City Tour Oficial da Cidade de São Paulo.</p> <p>DECRETO 52.260 19/04/2011 Aprova o plano de controle de Poluição Veicular - PCPV do Município de São Paulo.</p> <p>DECRETO 52.385 04/06/2011 Autoriza a expedição de novos alvarás de estacionamento de táxi, na categoria comum, para pessoa física, nas condições que especifica.</p> <p>DECRETO 52.407 11/06/2011 Transfere para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, em caráter excepcional, a gestão e execução das obras e serviços de engenharia que especifica.</p> <p>DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES PÚBLICOS - D T P</p> <p>LEI 7.329 15/07/1969. Estabelece normas para execução de serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel à taxímetro, e da outras providências.</p> <p>LEI 7.669 20/11/1971 Concede prazo para renovação de alvará de estacionamento, e dá outras providências.</p> <p>LEI 7.802 28/10/1972 Revoga o parágrafo 1º do Art. 14 e altera o Art. 34 da Lei nº 7.329, 11/07/1969 e seus correspondentes do Decreto nº 8.439, de 10/10/1969.</p> <p>LEI 7.816 01/12/1972 Visa permitir que, no caso de cessação definitiva de suas atividades, possam as empresas de táxis transferir todos os seus veículos acompanhados dos alvarás correspondentes.</p> <p>LEI 7.926 23/08/1973 Introduce alterações na Lei nº 7.329, 11/07/1969, e dá outras providências.</p> <p>LEI 7.953 17/11/1973 Introduce alterações na Lei nº 7.329, 11/07/1969, e dá outras providências.Ret. DOM 20/11/73-f.7.</p> <p>LEI 8.088 13/07/1974 Introduce alterações na Lei nº 7.329, de 11/07/1969 .</p> <p>LEI 8.353 31/12/1975 Introduce alterações na Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969.</p> <p>LEI 9.387 22/12/1981 Dispõe sobre a utilização ou exploração de publicidade em veículos de aluguel providos de taxímetro, e dá outras providências.</p> <p>LEI 9.392 22/12/1981 Dá nova redação a letra"D" do art. 58 da Lei 7.329, de 11/07 de 1969 e revoga a Lei 8.198, de 30 de dezembro de 1974.</p> <p>LEI 10.154 08/10/1986 Dispõe sobre o transporte coletivo de escolares no âmbito do Município de São Paulo, e da outras providências.</p> <p>LEI 10.195 04/12/1986 Revoga o parágrafo único, do Art. 12º da Lei nº 7.329, de 11/07/1969, com a redação que lhe foi conferida pelo Art.1º da Lei nº 8.353, de 30/12/1975.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
20	Secretaria Municipal de Transportes	SMT
	LEI 10.280 11/04/87 Introdz alterações no artigos 12º e 34º da Lei nº 7.329, de 11/07/1969, e revoga a Lei nº 10.109, de 09/09/1986.	
	LEI 10.308 23/04/1987 Introdz alterações na Lei 7329/69, de 11/07/1969, e da outras providências.	
	LEI 10.647 15/10/1988 Altera a redação dos parágrafos 1º e 2º, do Art. 7º, da Lei nº 10.308, de 22/04/1987, e dá outras providências.	
	LEI 10.804 27/12/1989 Revoga isenções do imposto sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.	
	LEI 11.086 07/09/1991 Estabelece normas para execução de serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro, e dá outras providências.	
	LEI 11.272 13/11/1992 Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos estabelecimentos de ensino em veículos de transporte escolar e, dá outras providências.	
	LEI 11.296 28/11/1992 Acrescenta alínea no Art. 15 e altera a redação do Art. 42, inciso II, da Lei nº 7.329, de 11/07/1969, que estabelece normas para execução de serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro.	
	LEI 11.422 30/09/1993 Dispõe sobre estacionamento por período de até 5 minutos para desembarcar passageiros na Zona Azul, independente do Cartão Zona Azul, todo e qualquer táxi.	
	LEI 12.823 08/04/1999 Obriga os estabelecimento comerciais que especifica a oferecer espaço para a instalação de pontos de táxi e a construir baias, quando necessário .	
	LEI 12.830 23/04/1999 Altera a redação do Art. 25 da Lei nº 7.329, de 11/07/1969, e dá outras providências.	
	LEI 13.115 07/04/2001 Adiciona cinco parágrafos ao Art. 2º da Lei Municipal nº 7.329, 11/07/1969, para permitir que o serviço de transporte de passageiros por meio de táxi seja explorado por até dois motoristas profissionais autônomos fazendo uso de um mesmo veículo, e dá outras providências.	
	LEI 13.515 18/01/2003 Dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	LEI 13.697 23/12/2003 Dispõe sobre a criação do programa de transporte escolar municipal gratuito - Vai e Volta, no Município de São Paulo, e da outras providências.	
	LEI 14.002 11/06/2005 Dispõe sobre a criação de Postos de Apoio ao Profissional Taxista, e dá outras providências.	
	LEI 14.401 22/05/2007 Dispõe sobre a prestação de serviço de transporte individual de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em táxis, e dá outras providências.	
	LEI 14.491 28/07/2007 Regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado motofrete e dá outras providências.	
	LEI 14.971 26/8/2009 Dispõe sobre a atividade de fretamento no âmbito do Município de São Paulo.	
	DECRETO 8.439 12/10/1969 Regulamenta a Lei 7329/69, que estabelece normas para a execução do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro, e da outras providências.	
	DECRETO 8.808 10/06/1970 Prorroga prazo estabelecido no Decreto nº 8.439, de 10/10/1969 e fixa novo prazo para os pedidos de alvará inicial de estacionamento para táxi.	
	DECRETO 10.509 26/05/1973 Modifica o artigo 9º do Decreto nº 8.439, de 10 de outubro de 1969, que regulamentou a execução do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro. Ret. 30/05/73 ç f.55.	
	DECRETO 11.518 15/11/1974 Classifica os veículos de aluguel providos de taxímetro, destinados ao transporte individual de passageiros no Município, nas categorias, serviço de luxo, serviço especial e serviço comum, e da outras providências.Ret. 20/11/74-f.2.	
	DECRETO 12.733 19/03/1976 Dispõe sobre renovação do alvará de estacionamento de veículos de aluguel.	
	DECRETO 14.153 24/12/1976 Disciplina o funcionamento do curso de treinamento e orientação para motoristas de táxi, na Secretaria Municipal de Transportes e dá outras providências.	
	DECRETO 14.636 28/07/1977 Institui livro de transferência de alvarás de estacionamento de táxis, e dá outras providências.	
	DECRETO 14.706 01/10/1999 Complementa o Decreto nº 14.636, de 27/07/1977, e dá outras providências.	
	DECRETO 15.350 23/09/1978 Dispõe sobre a renovação, no exercício de 1979, dos alvarás de estacionamento de táxis das categorias especial e de luxo.	
	DECRETO 15.837 04/05/1979 Altera dispositivos do Decreto nº 11.518, de 14/11/1974.	
	DECRETO 16.896 17/09/1980 disciplina o transporte individual de passageiros em táxi da categoria luxo, e da outras providências.	
	DECRETO 17.167 04/02/1981 Dispõe sobre a renovação, no exercício de 1981, dos alvarás de estacionamento de táxis das categorias comum, especial e luxo.	
	DECRETO 22.015 12/03/1986 Dá nova redação a letra "D", do item I, do Art. 4º, do Decreto nº 11.518, de 14/11/1974, que classifica os veículos de aluguel providos de taxímetro, destinados ao transporte individual de passageiros no Município, nas categorias serviço de luxo, serviço especial e serviço comum.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
20	Secretaria Municipal de Transportes	SMT
	<p>DECRETO 22.019 12/03/1986 Altera dispositivos do Decreto nº 16.896, de 16/09/1980, e acrescenta parágrafos ao Artigo 17º do mesmo Decreto que disciplina o transporte individual de passageiros em táxis de categoria luxo.</p> <p>DECRETO 22.688 29/08/1986 Autoriza, excepcionalmente, o recebimento de pedidos de renovação de Alvará de Estacionamento sem o comprovante de vistoria prévia, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 23.123 25/11/1986 Regulamenta a Lei 10154/86, que dispõe sobre o transporte coletivo de escolares no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 23.291 13/01/1987 Proíbe a redução da quantidade de veículos de propriedade de empresas permissionárias do serviço de táxis que obtiveram Alvarás de Estacionamento, em caráter inicial, expedidos nos termos do Decreto nº 22.686, de 1986.</p> <p>DECRETO 23.747 22/04/1987 Prorroga o prazo a que se refere o Art. 13, do Decreto nº 23.123, de 25/11/1986.</p> <p>DECRETO 24.336 04/08/1987 Dá nova redação ao Art. 4º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 11.518, de 14 de novembro de 1974, que classifica os veículos de aluguel providos de taxímetro, destinados ao transporte individual de passageiros, nas categorias Serviço de Luxo, Serviço Especial e Serviço Comum.</p> <p>DECRETO 26.895 14/09/1988 Altera redação do parágrafo 2º do Art. 5º do Decreto nº 11.518, de 14 de novembro de 1974.</p> <p>DECRETO 27.650 15/02/1989 Fixa a competência para autorizar a expedição do Termo de Permissão e Alvará de Estacionamento de Táxis no Município de São Paulo e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 27.865 07/07/1989 Adota no Município de São Paulo a Unidade Taximétrica unificada pelo Instituto Nacional de Metrologia e INMETRO, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 27.879 14/07/1989 Prorroga o prazo fixado no parágrafo único, do artigo 1º do Decreto 27.650, de 15 de fevereiro de 1989.</p> <p>DECRETO 28.543 12/02/1990 Dá nova redação ao Art. 16 do Decreto nº 8.439, de 10 de outubro de 1969, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 30.437 29/10/1991 Regulamenta a Lei 11.086, de 06/09/1991, que estabelece normas para execução de serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 31.421 09/04/1992 Estende a categoria comum-rádio as disposições contidas no Decreto nº 30.437, de 29 de outubro de 1991, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 32.223 14/09/1992 Institui, no Sistema de Transporte Individual de Passageiros, por veículos de aluguel providos de taxímetro, a categoria "Perua-Rádio-Táxi", e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 32.224 14/09/1992 Dá nova redação ao Art. 2º do Decreto nº 30.437, de 29/10/1991, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 32.225 14/09/1992 Acrescenta dois parágrafos ao Art. 12 do Decreto 8.439, de 10/10/1969 e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 33.229 27/05/1993 Dá nova redação ao Art. 1º do Decreto nº 14.153, de 21/12/1976.</p> <p>DECRETO 33.958 27/01/1994 Altera a redação da alínea "c" do Inciso I, do Art. 4º do Decreto nº 11.518, de 14/11/1974.</p> <p>DECRETO 34.658 11/11/1994 Regulamenta a Lei nº 11.659, de 04/11/1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança pelos ocupantes do bancos dianteiros do automóveis que circularem pelo Município de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 34.721 05/12/1994 Dispõe sobre a circulação de táxis na área central do Município de São Paulo e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 35.157 30/05/1995 Fixa novos preços públicos para a operação de remoção e para estadia de veículos, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 35.814 24/01/1996 Dispõe sobre a suspensão de alvarás de estacionamento para táxis, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 35.904 27/02/1996 Dá nova redação à alínea "C" do inciso II do Art. 4º do Decreto nº 11.518, de 14 de novembro de 1974.</p> <p>DECRETO 39.708 10/08/00 Regulamenta a Lei nº 12.823, de 7/04/1999, que obriga os estabelecimentos comerciais que especifica a oferecer espaço para instalação de pontos de táxis e a construir baias, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 40.774 20/06/2001 Regulamenta o Art. 2º da Lei Municipal nº 7.329/69, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.115, de 06 de abril de 2001.</p> <p>DECRETO 42.037 24/05/2002 Institui, no Município de São Paulo, a categoria táxi executivo para o transporte individual de passageiros e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 43.461 14/07/2003 Regulamenta a Lei nº 13.515, de 17/01/2003, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Município de São Paulo. Ret. 25/05/2002-f.2.</p> <p>DECRETO 43.757 11/09/2003 Fixa novo valor para o serviço de táxi executivo no Município de São Paulo, revoga o Art. 7º do Decreto 42.037, de 23 de maio de 2002, e dá outras providências.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
20	Secretaria Municipal de Transportes	SMT
	<p>DECRETO 43.810 18/09/2003 Dispõe sobre a autorização para operação do serviço de táxi em ponto privativo.</p> <p>DECRETO 43.834 23/09/2003 disciplina, no sistema de transporte individual de passageiros por táxi, o serviço comum-rádio.</p> <p>DECRETO 44.205 05/12/2003 Acrescenta o inciso III ao artigo 2º do Decreto 43834, de 22 de setembro de 2003, que disciplina, no sistema de transporte individual de passageiros por táxi, o serviço comum-radio.</p> <p>DECRETO 44.530 25/03/04 Concede isenção ao permissionário do Sistema de Transporte Individual de passageiros por táxi, do pagamento do preço público para a expedição de novo alvará de estacionamento, na situação específica.</p> <p>DECRETO 46.145 29/07/2005 Regulamenta a exploração de publicidade em veículos de aluguel providos de taxímetro, destinados ao transporte público individual de passageiros, nos termos do parágrafo 2º do Art. 33 da Lei nº 13.525, de 28/02/2003, a qual dispõe sobre a ordenação de anúncios na paisagem do Município de São Paulo.</p> <p>DECRETO 48.695 06/09/2007 Regulamenta a Lei 14.401, de 21 de maio de 2007, que dispõe sobre a prestação de serviço de transporte individual, em táxis, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>DECRETO 48.919 10/11/2007 Regulamenta a Lei 14.491, de 27 de julho de 2007, que dispõe sobre atividade de transporte de pequenas cargas denominado motofrete; revoga os Decretos nºs 46.198, de 11 de agosto de 2005 e 46.891, de 6 de janeiro de 2006.</p> <p>DECRETO 49.802 23/7/2008 Autoriza a Secretaria Municipal de Transportes a realizar sorteio de alvará de estacionamento da modalidade taxi, para atender exclusivamente as necessidades de deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>DECRETO 50.644 30/05/2009 Dispõe sobre o depósito e venda dos veículos retidos, apreendidos ou removidos em razão de transporte remunerado individual e coletivo, de carga a frete e de motofrete, sem a devida autorização, compete a SMT leiloar veículos não retirados no prazo legal, revoga os Decretos 43.294/03 e 50.176/08.</p> <p>DECRETO 50.884 25/09/2009 Institui a Comissão de Acompanhamento da Regulamentação do Fretamento - CAREF, nos termos do Artigo 20 da Lei nº 14.971, de 25 de agosto de 2009.</p> <p>DECRETO 52.066 31/12/2010 Fixa novos valores para serviços de taxis no Município de São Paulo.</p> <p>DECRETO 52.385 04/06/2011 Autoriza a expedição de novos Alvarás de Estacionamento de Táxis, na categoria comum para pessoa física.</p> <p>SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans</p> <p>LEI 8.424 19/08/1976 Autoriza a celebração de novo contrato de concessão com a CMTC, e dá outras providências.</p> <p>LEI 10.731 08/06/1989 Institui a representação de empregados nos órgãos de administração e fiscalização das empresas e fundações nas quais tenha o Município de São Paulo, o controle majoritário.</p> <p>LEI 11.379 29/06/1993 Obriga publicação no D.O.M do relatório das receitas e despesas referentes ao sistema de transporte coletivo.</p> <p>LEI 11.381 17/06/1993 Autoriza o executivo municipal a conceder a isenção do pagamento da tarifa nas linhas urbanas de ônibus às mulheres com mais de sessenta anos de idade e homens maiores de 65 anos.</p> <p>LEI 11.603 13/07/1994 Dispõe sobre a utilização de gás natural como combustível na frota de veículos oficiais, de transporte público e coletivo de passageiros, e dá outras providências.</p> <p>LEI 13.241 12/12/2001. Dispõe sobre a organização dos serviços do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na Cidade de São Paulo, autoriza o poder público a delegar a sua execução, e dá outras providências.</p> <p>LEI 13.542 25/03/2003 Dispõe sobre a proibição de novas aquisições de ônibus com motor dianteiro para operar no Sistema de Transporte Coletivo no Município de São Paulo e dá outras providências.</p> <p>LEI 14.933 06/06/2009 Institui a Política de Mudança de Clima no Município de São Paulo.</p> <p>LEI 14.971 26/08/2009 Dispõe sobre a atividade de fretamento no âmbito do Município de São Paulo.</p> <p>LEI 15.274 03/09/2010 Dispõe sobre o direito de escolha do usuário do serviço público de transporte coletivo de utilizar qualquer outro veículo da frota municipal quando estiver o veículo impossibilitado de realizar o seu trajeto até o final, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO LEI 365 10/10/1946 Estabelece medidas complementares às determinadas pelo Decreto-Lei Estadual nº 15.958/46 e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 987 19/08/1947 Autoriza o funcionamento da Companhia Municipal de Transportes Coletivos.</p> <p>DECRETO 11.187 01/08/1974 Disciplina a operação, através de Empresas Permissionárias, do Transporte Coletivo por ônibus no Município da Capital. Alterada a redação original: Decreto 11.694/74.</p> <p>DECRETO 11.188 02/08/1974 Prorroga os termos de Permissão de Transporte Coletivo, que especifica.</p> <p>DECRETO 11.273 31/08/1974 Prorroga os termos de Permissão de Transporte Coletivo, que especifica.</p> <p>DECRETO 14.616 15/07/1977 Dispensa as Empresas Permissionárias do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros, do pagamento de remuneração previsto no Art. 10, item XII do Decreto 11.187/74.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
20	Secretaria Municipal de Transportes	SMT
	<p>DECRETO 14.629 23/07/1977 Dispõe sobre a contratação, pela CMTC, de empresas para operação de transporte coletivo de passageiros, nos termos das Leis nºs 8.424/76 e 8.579/77 e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 29.854 25/6/1991 Institui a Modalidade especial para transporte coletivo de passageiros por ônibus no Município de São Paulo; disciplina sua contratação pela CMTC, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 35.905 27/2/1996 Permite a utilização, no sistema de transporte coletivo denominado "Bairro a Bairro", de veículos adquiridos através de "leasing" ou arrendamento mercantil.</p> <p>DECRETO 36.071 10/05/1996 Institui no sistema de transporte coletivo de passageiros do Município de São Paulo, modalidade comum, serviço destinado a atender pessoas com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 39.364 04/05/2000 Dispõe sobre a cobrança de tarifa para modalidade Lotação, integrante do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de São Paulo e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 42.038 25/05/2002 Regulamenta a Lei n.º 11.381, de 17/06/93, que autoriza o executivo municipal a conceder isenção, do pagamento de tarifa nas linhas urbanas de ônibus.</p> <p>DECRETO 42.184 12/07/2002 Dispõe sobre a gestão financeira do serviço de transporte coletivo público de passageiros, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 43.582 06/08/2003 Institui o Programa de Inspeção de Segurança Veicular, destinado à realização de vistoria obrigatória nos veículos autorizados a operar no Sistema de Transporte Urbano de Passageiros, coletivo, individual e de fretamento, em todas as suas modalidades, bem como nos veículos de carga a frete e moto-frete.</p> <p>DECRETO 46.367 22/09/2005 Estabelece normas complementares para fiscalização e gestão do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros da Cidade de São Paulo, instituído pela Lei 13.241/01</p> <p>DECRETO 47.139 28/03/2006 Altera o artigo 45 do DECRETO nº 42.736, de 19 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, para o fim de criar a comissão de acompanhamento da "conta sistema", estabelecendo suas competências.</p> <p>DECRETO 49.822 26/07/2008 Altera o Art. 3º do Dec. 46.893/06, que dispõe sobre a política e a estrutura tarifárias, bem como sobre a fixação de valores das tarifas cobradas dos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo e estabelece normas para a sua integração tarifária com o Sistema Estadual de Transporte Metropolitano sobre Trilhos.</p> <p>DECRETO 50.884 25/09/2009 Constitui a Comissão de Acompanhamento da Regulamentação do fretamento-CAREF, nos termos do artigo 20 da Lei 14.971, de 25/08/09.</p> <p>DECRETO 52.407 11/06/2011 Transfere para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbano e Obras, em caráter excepcional, a gestão e execução das obras e serviços de engenharia que especifica. Ret. DOC 14/06/11-f.1.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	SNJ
	Descrição da Legislação	
	LEIS	
	Lei nº 5.531 de 17 de julho de 1958	
	Ementa: Cria, na Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, os departamentos: Consultivo, Fiscal, Judicial e Patrimonial, e dá outras providências.	
	Lei nº 7.743 de 21 de junho de 1972	
	Ementa: Modifica, parcialmente, a estrutura da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, e dá outras providências.	
	Lei nº 9.756 de 21 de novembro de 1984	
	Ementa: Altera, parcialmente, a estrutura do gabinete da Secretaria dos Negócios Jurídicos; cria os cargos que especifica, e dá outras providências.	
	Lei nº 10.182 de 30 de outubro de 1986	
	Ementa: Dispõe sobre a nova composição da Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ, cria a Procuradoria Geral do Município - PGM, reestrutura a carreira de procurador, e dá outras providências.	
	Lei nº 10.709 de 14 de janeiro de 1988	
	Ementa: Reclassifica os cargos de diretor de departamento técnico, altera símbolo de funções da Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.	
	Lei nº 10.902 de 14 de dezembro de 1990	
	Ementa: Cria cargos de procurador do município no quadro da Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.	
	Lei nº 11.045 de 26 de agosto de 1991	
	Ementa: Reclassifica funções da Procuradoria Geral do Município-PGM, da Secretaria dos Negócios Jurídicos-SJ, e dá outras providências.	
	Lei 11.300 de 9 de dezembro de 1992	
	Ementa: Dispõe sobre a criação e organização do Serviço de Apoio Jurídico à população necessitada, e dá outras providências.	
	Lei nº 13.169 de 11 de julho de 2001	
	Ementa: Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das secretarias municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão, e dá outras providências.	
	Lei nº 13.519 de 6 de fevereiro de 2003	
	Ementa: Altera artigos 186, 189, 199, 200, 201, 209, 216 e 217 Lei nº 8.989, de 29/10/79, que dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos do município de São Paulo, bem como o artigo 12 Lei nº 10.182, de 30/10/86, o qual dispõe sobre competências do Departamento de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Município.	
	Lei nº 14.042 de 30 de agosto de 2005	
	Ementa: Introduz modificações no art. 9º e acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que altera a legislação do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS; confere nova redação ao art. 20 da Lei nº 10.182, de 30 de outubro de 1986.	
	Lei nº 14.669 de 14 de janeiro de 2008	
	Ementa: Altera estrutura e as atribuições das autarquias hospitalares municipais regionais; introduz modificações na Lei nº 13.271, de 04/01/02, e na Lei nº 14.132, de 24/01/06, dispõe sobre a denominação e a forma de provimento dos cargos em comissão específica; atribui competência à PGM para representar judicialmente o Ipem.	
	Lei nº 14.712 de 04 de abril de 2008	
	Ementa: Dispõe sobre a instituição de novas escalas de padrões de vencimentos e alteração da remuneração das carreiras de procurador do município do quadro da Procuradoria Geral do Município e de auditor fiscal tributário municipal do quadro dos profissionais da fiscalização.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	SNJ

Lei nº 14.800 de 25 de junho de 2008

Ementa: Autoriza a Procuradoria Geral do Município a não ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos de pequeno valor, de natureza tributária e não tributária; dispõe sobre o cancelamento dos débitos que especifica, quando alcançados pela prescrição; e introduz alterações na Lei nº 14.107, de 12/12/05.

DECRETOS

Decreto 1.186 de 30 de agosto de 1950

Ementa: Regulamenta o Decreto-Lei nº 405, de 11 de março de 1947, que dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências.

Decreto nº 2.498 de 8 de abril de 1954

Ementa: Dispõe sobre atribuições do Secretário dos Negócios Internos e Jurídicos e dos diretores dos Departamentos Jurídico e do expediente e do pessoal.

Decreto nº 14.515 de 29 de abril de 1977

Ementa: Dá nova denominação e reorganiza a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências.

Decreto nº 23.091 de 13 de novembro de 1986

Ementa: Dispõe sobre a competência e a organização da Secretaria dos Negócios Jurídicos e da Procuradoria Geral do Município, parte integrante desta, bem como das providências.

Decreto nº 23.304 de 15 de janeiro de 1987

Ementa: Regulamenta a carreira de Procurador do Município, e dá outras providências.

Decreto nº 23.751 de 23 de abril de 1987

Ementa: Institui o sistema sumular de jurisprudência administrativa, junto à Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

Decreto nº 25.618 de 25 de março de 1988

Ementa: Dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município e dá outras providências.

Decreto nº 26.002 de 27 de maio de 1988

Ementa: Dispõe sobre a transferência do Conselho Municipal de Acidentes com viaturas municipais - COMUV, da Secretaria Municipal da Administração - SMA, para a Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ, e dá outras providências.

Decreto nº 27.321 de 11 de novembro de 1988

Ementa: Consolida as normas referentes à organização e a competência da Secretaria dos Negócios Jurídicos, e dá outras providências.

Decreto nº 27.651 de 15 de fevereiro de 1989

Ementa: Dispõe sobre a transferência de unidades no âmbito da Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

Decreto nº 32.906 de 28 de dezembro de 1992

Ementa: Regulamenta a Lei nº 11.300, de 9 de dezembro de 1992, e dá outras providências.

Decreto nº 34.050 de 23 de março de 1994

Ementa: Altera o art. 53 do Decreto nº 27.321/88, que consolida as normas referentes a organização e a competência da Secretaria dos Negócios Jurídicos.

Decreto nº 34.342 de 18 de julho de 1994

Ementa: Dispõe sobre a criação do Centro de Convivência Infantil-CCI, junto à Secretaria dos Negócios Jurídicos, e dá outras providências.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	SNJ
	Decreto nº 40.203 de 27 de dezembro de 2000 Ementa: Regulamenta o funcionamento, no âmbito da Secretaria dos Negócios Jurídicos, do Serviço de Informação Jurídica - SIJ ao abrigo da Lei Municipal nº 11.300, de 9 de dezembro de 1992.	
	Decreto nº 43.233 de 22 de maio de 2003 Ementa: Regulamenta os procedimentos administrativos disciplinares, bem como a Lei nº 13.519, de 6 de fevereiro 2003, que altera dispositivos das Leis nº 8.989, de 29 outubro de 1979, e nº 10.182, de 30 outubro de 1986, e revoga os Decretos nºs 35.912, de 26 fevereiro de 1996 e 37.698, de 11 novembro de 1998.	
	Decreto nº 45.823 de 7 de abril de 2005 Ementa: Dispõe sobre a transferência do Conselho Municipal de Acidentes com viaturas municipais - COMUV, do gabinete da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, para a Procuradoria Geral do Município; confere nova redação à alínea "c" do "caput" e parágrafo único do artigo 7º do Decreto nº 39.335/00.	
	Decreto nº 46.463 de 10 de outubro de 2005 Ementa: Destaca no âmbito da Procuradoria Geral do Município, um posto avançado de serviços para atuar junto ao ofício das execuções fiscais da fazenda pública da comarca da capital.	
	Decreto nº 47.614 de 25 de agosto de 2006 Ementa: Destaca, do âmbito da Procuradoria Geral do Município, posto avançado de serviços para atuar perante os órgãos do poder judiciário localizados em Brasília - DF.	
	Decreto nº 48.084 de 5 de janeiro de 2007 Ementa: Constitui o núcleo de defesa da administração, vinculado ao gabinete do Procurador Geral do Município para os fins previstos no artigo 21 da Lei nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005.	
	Decreto nº 49.539 de 29 de maio de 2008 Ementa: Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Município de São Paulo mediante convênios.	
	Decreto nº 50.487 de 13 de março de 2009 Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de prévia oitiva da Procuradoria Geral do Município e autorização do secretário municipal dos Negócios Jurídicos para a atuação de procuradores do município fora das unidades da referida pasta.	
	Decreto nº 51.095 de 10 de dezembro de 2009 Ementa: Acresce inciso V ao parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 49.539, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Município de São Paulo mediante convênios.	
	Decreto nº 51.679 de 2 de agosto de 2010 Ementa: Introduce alterações no artigo 13 do Decreto nº 27.321, de 11 de novembro de 1988, que consolida as normas referentes à organização e à competência da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos.	
	Decreto nº 51.821 de 27 de setembro de 2010 Ementa: Dispõe sobre a reorganização do Departamento Patrimonial, da Procuradoria Geral do Município, da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos; altera sua denominação e atribuições, bem como estabelece o respectivo quadro de cargos de provimento em comissão e funções de confiança.	
	Decreto nº 52.163 de 3 de março de 2011 Ementa: Cria, no Gabinete da Procuradoria Geral do Município, a Coordenadoria de Mandados e Acompanhamentos de Inquéritos Cíveis.	
	Decreto nº 52.411 de 15 de junho de 2011 Ementa: Cria o Núcleo de Coordenação de Heranças Jacentes na Procuradoria Geral do Município, da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos; altera dispositivos do Decreto nº 51.821, de 27 de setembro de 2010.	
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO SUPERVISIONADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	SNJ
	Descrição da Legislação	
	Lei nº 13.179 de 25 de setembro de 2001 Ementa: Define os créditos de pequeno valor para os fins previstos no artigo 100, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	
	Lei nº 15.406 de 8 de julho de 2011 Ementa: Dispõe sobre o Programa Nota Fiscal Paulista e altera dispositivos da Lei nº 14.07, de 8 de dezembro de 2005; autoriza a reabertura de prazo para ingresso no programa de Parcelamento Incentivado - PPI; introduz alterações na legislação tributária relativa ao IPTU, ao ITBI-IV e ao ISS; altera a Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002; autoriza, conforme específica, a transferência de depósitos judiciais e administrativos, a alienação de participações acionárias minoritárias e a cessão de direitos creditórios; institui a comunicação por meio do Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano - DEC.	
	Decreto nº 27.046 de 5 de outubro de 1988 Ementa: Dispõe sobre a instituição de novas ordens cronológicas de apresentação dos precatórios judiciais.	
	Decreto nº 27.692 de 20 de março de 1989 Ementa: Dispõe sobre ordem cronológica de apresentação de precatórios judiciais e disciplina o pagamento daqueles pendentes na data da promulgação da vigente constituição da República Federativa do Brasil.	
	Decreto nº 29.659 de 4 de abril de 1991 Ementa: Dispõe sobre delegação de competência ao diretor do Departamento Patrimonial da Procuradoria Geral do Município da Secretaria dos Negócios Jurídicos.	
	Decreto nº 40.705 de 11 de junho de 2001 Ementa: Disciplina o pagamento dos precatórios pendentes na data da promulgação da Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000.	
	Decreto nº 44.564 de 1 de abril de 2004 Ementa: Dispõe sobre os depósitos judiciais referentes a tributos e a seus acessórios, no âmbito do município de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº. 10.819, de 16 de dezembro de 2003. obs.: numeração conforme dom 03/04/04, p. 1.	
	Decreto nº 51.105 de 11 de dezembro de 2009 Ementa: Dispõe sobre a opção do Município de São Paulo pelo regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	
	Decreto nº 51.378 de 31 de março de 2010 Ementa: Dispõe sobre a destinação dos recursos depositados em conta especial para pagamento de precatórios, nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	
	Decreto nº 51.719 de 17 de agosto de 2010 Ementa: Cria, na Procuradoria Geral do Município da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, a Coordenadoria de Precatórios.	
	Decreto nº 52.011 de 17 de dezembro de 2010 Ementa: Altera o inciso II do artigo 1º do Decreto nº 51.378, de 31 de março de 2010; institui a Câmara de Conciliação de Precatórios na Procuradoria Geral do Município; estabelece normas para a celebração de acordos diretos com os credores, de que trata o inciso III do § 8º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	
	Decreto nº 52.064 de 30 de dezembro de 2010 Ementa: Dispõe sobre o cumprimento do regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	SNJ
	Decreto nº 52.312 de 13 de maio de 2011 Ementa: Dispõe sobre a autorização para celebração de acordos diretos com os credores dos precatórios que especifica, revoga os artigos 5º e 7º do Decreto nº 52.011, e o Decreto nº 52.012, ambos de 17 de dezembro de 2010.	
	Decreto nº 52.488 de 13 de julho de 2011 Ementa: Regulamenta a transferência dos depósitos judiciais e administrativos, autorizada pelo artigo 22 da Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, para a conta única do Tesouro Municipal.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	SIURB
	Descrição da Legislação	
	Descrição da Legislação	
	DECRETO-LEI 333 27/12/1945 Reorganiza a estrutura Administrativa da Prefeitura instituindo Secretarias dando outras providencias.	
	DECRETO-LEI 431 8/7/1947 Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Obras e da outras providencias.	
	LEI 6.882 18/5/1966 Dispões sobre reorganização parcial da estrutura administrativa da Prefeitura	
	DECRETO 10.834 8/1/1974 Remaneja unidades de serviço e da outras providencias.	
	DECRETO 11.962-A 15/4/1975 Altera a redação dos artigos 1,4 e 5 do Dec. 7409/68 retificação: DOM 250475, P.4.	
	DECRETO 11.963 17/4/1975 Dispões s/organização Secretaria de Obras e Secretaria Serviços Municipais, altera suas denominações, para Secretaria de Vias Públicas e Secretaria de Serviços e Obras, remaneja unidades de serviços, e da outras providencias. Retificação: DOM 26 E 270475,P2, 10,11, E 140575,P2.	
	LEI 8.658 14/12/1977 Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Vias Publicas, e da outras providencias.	
	DECRETO 29.929 14/12/1990 Disciplina a execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios, instalações e equipamentos Municipais, e da outras providencias.	
	LEI 11.228 25/6/1992 Dispõe sobre as regras gerais e especificas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e Edificações, dentro dos limites dos imóveis, revoga a LEI 8.266/75, com as alterações adotadas por LEIs posteriores, e da outras providencias.	
	DECRETO 32.329 23/09/1992 Regulamenta a LEI 11.228/92-Código de Obras e Edificações, e da outras providencias.	
	DECRETO 33.673 21/9/1993 Dispõe sobre o relatório de impacto de vizinhança ç RIVI, e da outras providencias.	
	DECRETO 34.314 6/7/1994 Altera o DECRETO n. 32329, de 23 de setembro 1992.	
	DECRETO 34.713 1/12/1994 Dispões sobre o relatório de impacto de vizinhança ç RIVI, e da outras providencias.	
	LEI 11.783 26/5/1995 Acrescenta subitem à seção 16.1 do capitulo 16 da LEI 11.228, de 25 DE JUNHO DE 1992, que trata das exigências especificas complementares do código de obras e Edificações. (PL 242/92)	
	LEI 11.859 31/8/1995 Acrescenta subitem ao item 9.5.3 da seção 9.5 do capitulo 9 do anexo 8 da LEI Municipal 11.228, de 25 de junho de 1992. (PL 145/89)	
	LEI 11.948 8/12/1995 Revoga e altera a redação de itens do código de obras Edificações, aprovado pela LEI 11288/92. (PL 141/97)	
	DECRETO 36.161 24/6/1996 Altera dispositivos que especifica do DECRETO 32329, de 23 de setembro de 1992.	
	LEI 12.936 7/12/1999 Altera a redação do subitem 9.3.3.1 da LEI n. 11228/92, e da outras providencias. (PL 141/97)	
	LEI 13.169 11/7/2001 Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão, e da outras providencias. (PL 281/01)	
	DECRETO 41.306 30/10/2001 Altera o DECRETO N. 29929, de 23 de julho de 1991, que disciplina a execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios, instalações e equipamentos Municipais	
	DECRETO 41.394 20/11/2001 Altera p o DECRETO n. 29929, de julho de 1991, que disciplina a execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios instalações e equipamentos Municipais, e da outras providencias.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	SIURB
	<p>DECRETO 42.461 2/10/2002 Acrescenta parágrafo 2º ao artigo 9º do DECRETO n. 32329, de setembro de 1992, que regulamenta a LEI n. 11228, de 25 de junho de 1992 ç Código de Obras e Edificações, e da outras providencias.</p> <p>LEI 13.779 11/2/2004 Altera a redação da alínea çAç do subitem 10.1.2.1, que integra o capítulo 10 do anexo I a ELI n. 11228/92 ç Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, e da outras providencias. (PL 382/02)</p> <p>DECRETO 44.755 15/5/2004 Regulamenta a LEI n. 13614/03- uso de vias publicas/subsolo/espaco aéreo/obras de arte/instalação de equipamentos para prestação de serviços.</p> <p>DECRETO nº 45.683 1/12/2005 Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Mun. Direta.</p> <p>DECRETO nº 45.967 7/6/2005 Altera a lotação dos cargos de provimento em comissão do Departamento de Edificações ç EDIF, transferido para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras ç SIURB nos termos do DECRETO n. 45683, de 1. janeiro de 2005.</p> <p>DECRETO nº 46.440 07/10/05 - Confere nova redação ao artigo 4º do Decreto nº 45.967, de 7 de junho de 2005, que altera a lotação dos cargos de provimento em comissão do Departamento de Edificações - EDIF, transferido para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras - SIURB nos termos do Decreto nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005.</p> <p>DECRETO nº 48083 04/01/07 Transferindo para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras em caráter excepcional a gestão e execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios e equipamentos da Secretaria Municipal da Educação.</p> <p>DECRETO nº 50787 12/-8/2009 Transferindo até 11.08.2010 para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras em caráter excepcional, a gestão e execução dos serviços de manutenção predial de hospitais, unidades básicas de saúde prontas socorros e demais equipamentos integrantes da Rede Municipal de Saúde, vinculados a Secretaria Municipal da Saúde.</p> <p>DECRETO nº 51177 de 11/01/10 Transferindo para ara a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras em caráter excepcional, a gestão e a execução dos serviços de engenharia no Autódromo de Interlagos.</p> <p>DECRETO nº 51.643 de 20/07/10. Transferindo até 22.06.11 para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras em caráter excepcional, a gestão e a execução dos serviços de manutenção predial de escolas e demais equipamentos da Secretaria Municipal de Educação, bem como da manutenção e conservação de equipamentos da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.</p> <p>DECRETO nº 51.805 de 22/09/10 - Transferindo até 04.08.11, para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras, a gestão e execução dos serviços de construção de parques urbanos, parques lineares, parques naturais e praças.</p> <p>DECRETO nº 52.407 de 10/06/11- Transferindo até cumprimento do integral do programa referido para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras em caráter excepcional a gestão e a execução direta ou indiretamente , das obras e serviços de engenharia inseridos no Plano Municipal de Mobilidade Urbana da Secretaria Municipal de Transportes.</p> <p>DECRETO nº 52.426 de 20/06/11- Transferindo até 22.03.2012 para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura Urbana e Obras, a gestão da execução de manutenção e conservação dos prédios e equipamentos do Serviço Funerário do Município de São Paulo, considerados de 2º escalão pelo Decreto Municipal nº 29.929 de 23/07/91.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
23	Secretaria Municipal de Serviços	SES
	Descrição da Legislação	
	23 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS SES GABINETE	
	LEI Nº 8.491 14/12/1976 - Dispõe Sobre a Reestruturação da Secretaria de Serviços e Obras e dá outras providências.	
	LEI Nº 8.817 22/11/1978 - Autoriza o Executivo a celebrar com o Governo do Estado de São Paulo e dá outras providências (Corpo de Bombeiros Metropolitano)	
	LEI Nº 9.324 25/9/1981 - Cria cargos incorporados a Tabela 2 e altera alínea "H" do art. 19 da Lei nº 8.491, de 14 de dezembro de 1976.	
	LEI Nº 10.651 14/10/1988 - Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria de Serviços e Obras e dá outras providências.	
	LEI Nº 13.169 11/7/2001 - Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão e dá outras providências.	
	Decreto Nº 45.683 1/1/2005 - Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta	
	DEPARTAMENTO DE LIMPEZA URBANA	
	LEI Nº 9.928 10/07/1985 - Dispõe sobre a colocação de recipientes de lixo nos locais que especifica.	
	LEI Nº 10.315 30/04/1987 - Dispõe sobre a limpeza pública do Município de São Paulo e dá outras providências.	
	LEI Nº 10.344 26/08/1987 - Cria no Depto de Limpeza Urbana - LIMPURB, da SSO, a Divisão Técnica de Educação e Divulgação, e, no Depto de parques e áreas verdes - DEPAVE, da mesma secretaria, o Centro de Educação Ambiental.	
	LEI Nº 10.746 12/09/1989 - Introduz modificações na Lei nº 10.315 / 87 e dá outras providências.	
	LEI Nº 10.939 18/01/1991 - Dispõe sobre a proibição de implantação de sistemas de tratamento de lixo nas áreas de proteção de mananciais.	
	LEI Nº 10.954 28/01/1991 - Dispõe sobre a coleta seletiva do lixo industrial, comercial e residencial. (PL 299/89)	
	LEI Nº 11.915 19/10/1995 - Modifica a tabela anexa a Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987. (PL 371/95)	
	LEI Nº 13.193 23/10/2001 - Altera a emenda e o artigo da Lei nº 10.954, de 28 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a coleta seletiva industrial, comercial e residencial. (PL 802/98)	
	LEI Nº 13.298 16/01/2002 - Dispõe sobre as responsabilidades e condições de remoção de entulho, terra e materiais de construção.	
	LEI Nº 13.478 30/12/2002 - Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana d Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Publico a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU e dá outras providências.	
	LEI Nº 13.522 19/02/2003 - Dá nova redação a dispositivos e aos Anexos I, III, IV e VI da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador, autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU e dá outras providências.	
	LEI Nº 13.699 24/12/2003 - Disciplina o fator de correção social ("fator K") da Taxa de Resíduos Sólidos	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
23	Secretaria Municipal de Serviços	SES
	Domiciliares - TRSD, a que se refere o artigo 92 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003; estende o referido fator relativamente a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, também instituída pelo mesmo diploma legal, e dá nova redação a seus artigos 86 e 248.	
	LEI Nº 13.782 11/02/2004 - Dá nova redação ao artigo 139 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003 e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 10.227 13/11/1972 - Dispõe sobre o uso de sacos plásticos para o acondicionamento de lixo em zonas de coleta noturna e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 10.260 12/12/1972 - Altera o parágrafo único do Art. 1º e revoga o Art. 2º do Decreto nº 10.227/72.	
	DECRETO Nº 22.245 23/5/1986 - Regulamenta a Lei nº 9.928 / 85, que dispõe sobre a colocação de recipientes de lixo nos locais que especifica e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 22.368 26/6/1986 - Dispõe sobre a criação da divisão de educação e divulgação, no Depto de Limpeza urbana - LIMPURB, da Secretaria de Serviços e Obras.	
	DECRETO Nº 25.537 11/03/1988 - Dispõe sobre competência para fiscalização do disposto na Lei nº 10.315 / 87.	
	DECRETO Nº 28.649 05/04/1990 - Reconhece o trabalho organizado dos catadores de papel, papelão e assemelhados no Município de São Paulo e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 28.970 21/08/1990 - Dispõe sobre a comercialização dos produtos resultantes do tratamento do lixo e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 29.693 24/04/1991 - Regulamenta a Lei nº 10.939 / 91.	
	DECRETO Nº 35.657 09/11/1995 - Dispõe sobre a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos em aterros sanitários dos incineradores municipais, não abrangidos pela coleta regular e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 35.847 01/02/1996 - Reabre o prazo estabelecido no artigo 12 do Decreto nº 35.657, de 09/11/1995.	
	DECRETO Nº 37.066 15/09/1997 - Regulamenta o inciso IV do artigo 3º, da Lei nº 10.315, de 30/04/1987, e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 37.241 17/12/1997 - Regulamenta o inciso VII do Artigo 4º, da Lei nº 10.315 de 30/04/1987, e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 37.471 05/06/1998 - Dispõe sobre os critérios de elaboração, análise e implementação do plano de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, por estabelecimentos geradores desses resíduos, sediados no Município de São Paulo e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 37.952 10/05/1999 - Regulamenta a coleta, o transporte e a destinação final de entulho, terras e sobras de materiais de que trata a Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987 e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 37.978 20/05/1999 - Revoga a alínea "C" do parágrafo único do artigo 2º, do Decreto nº 35.657, se 09/11/1995.	
	DECRETO Nº 40.046 14/11/2000 - Define competências para o cumprimento e a fiscalização do disposto na Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.746, de 12 de setembro de 1989, e dá outras providências.	
	DECRETO Nº 40.113 30/10/2000 - Prorroga o prazo previsto no artigo 10 do Decreto nº 40.046, de 14 de novembro de 2000.	
	DECRETO Nº 42.217 24/07/2002 - Regulamenta a Lei nº 10.315, de 30 de abril de 1987, no que se refere ao uso de áreas destinadas ao transbordo e triagem de resíduos de construção civil e resíduos volumosos, na forma que especifica, e dá outras providências.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
23	Secretaria Municipal de Serviços	SES

DECRETO Nº 42.992 20/03/2003 - Regulamenta disposições da Lei nº13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, que instituiu a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD e a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, relativamente ao procedimento tributário.

DECRETO Nº 43.214 19/05/2003 - Introdz modificações no decreto nº 42.992, de 20 de março de 2003, que regulamentou a Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, que instituiu a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD e a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, relativamente ao procedimento tributário.

DECRETO Nº 43.271 26/05/2003 - Regulamenta o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, instituído pelo artigo 79 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003.

DECRETO Nº 44.700 30/04/2004 - Regulamenta a Lei nº 13.699, de 24 de dezembro de 2003, que disciplina o fator de correção social (fator K) da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a que se refere o artigo 92 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, e estende o referido fator relativamente à Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, também instituída pelo mesmo diploma legal.

DECRETO Nº 46.489 13/10/2004 - Dispõe sobre a realização, pela Secretaria Municipal de Serviços, dos serviços de limpeza urbana indivisíveis previstos nos artigos 23 e 24 da Lei nº 13.478, de 30/12/2002, bem como revoga os Decretos nº 45.800, de 29 de março de 2005, e nº 46.334, de 15 de setembro de 2005.

DECRETO Nº 48.799 09/10/2007 - Dispõe sobre normatização ao Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis.

DECRETO Nº 47.839 / 06 - que dispõe sobre CTR e Cadastro Geradores;

DECRETO Nº 48.075 / 06 - que dispõe sobre uso de agregados em obras públicas municipais;

DECRETO Nº 46.594, de 03/11/2002 - que dispõe sobre coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos inertes.

DECRETO Nº 51.907, de 05/11/2010 - que estabelece prazo e normas para o cadastramento dos Grandes Geradores de Resíduos Sólidos a que se referem os artigos 140, 141 e 142 da lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002; dispõe sobre as ações fiscalizatórias a serem adotadas nos casos de infração; dá nova redação aos artigos 1º e 3º do Decreto nº 46.958, de 01/02/2006.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS

Descrição da Legislação

Lei 6.882 - 18.05.1966 - DISPÕE SOBRE REORGANIZAÇÃO PARCIAL DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA;

Lei 7.457 - 28.04.1970 - DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Lei 10.719 - 22.12.1988 - DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RETIFICAÇÃO:DOM 07.01.89,P1;

Lei 12.316 - 16.09.1967 - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PODER PUBLICO MUNICIPAL A PRESTAR ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SAO PAULO;

Lei 12.524 - 01.12.1997 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL (VETADO) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. (PL 21/96) OBS: PARTES VETADAS DA LEI (REFERENTES AOS ARTS. 3.,4.,7.A 11) - PUBLICAÇÃO DOM 24/03/01,P.1;

Lei 12.651 - 06.05.1998 - DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA FAMILIAR MÍNIMA MUNICIPAL, PGRFMM, NA CIDADE DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PL 467/95);

Lei 13.153 - 22.06.2001 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PUBLICA DE ATENÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, OPERADA ATRAVÉS DE CONVÊNIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. (PL 248/94);

Lei 14.255 - 28.12.2006 - DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DA GARANTIA DE RENDA MÍNIMA MUNICIPAL - PGRFMM NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO;

Lei 14.673 - 14.01.2008 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CASA-ABRIGO PARA O ATENDIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;

Lei 15.203 - 18.06.2010 - ESTABELECE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA;

Decreto 18.029 - 17.06.1982 - CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL - FABES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto 21.841 - 03.01.1986 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DA SECRETARIA DA FAMÍLIA E BEM ESTAR SOCIAL;

Decreto 22.859 - 02.10.1986 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E DO BEM-ESTAR SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto 24.269 - 27.07.1987 - CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR-SOCIAL - SEBES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto 27.733 - 19.04.1989 - REORGANIZA A SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL - SEBES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto 32.384 - 06.10.1992 - CONSOLIDA AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL - SEBES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (DOM 141192,P1-RETIFICAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DE 10.11.92);

Decreto 32.962 - 13.01.1993 - ALTERA A DENOMINAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL - SEBES;

Decreto 35.177 - 07.06.1995 - OFICIALIZA O PROGRAMA DE ATENDIMENTO A TERCEIRA IDADE - PATI; APROVA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A TERCEIRA IDADE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS
	Decreto 36.102 - 24.05.1996 - DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS PARA A OPERAÇÃO INVERNO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	
	Decreto 36.211 - 09.07.1996 - INSTITUI O PROJETO LEITE PARA A VOVÓ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	
	Decreto 36.314 - 20.08.1996 - INSTITUI "POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA", NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E BEM ESTAR SOCIAL - FABES; OFICIALIZA O "PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA - PRODEF", E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	
	Decreto 36.804 - 20.08.1996 - CRIA, JUNTO A SECRETARIA DA FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL - FABES, O PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A MENINOS E MENINAS DE RUA DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	
	Decreto 38.876 - 21.12.1999 - ALTERA A DENOMINAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL - FABES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	
	Decreto 40.232 - 02.01.2001 - REGULAMENTA A LEI N. 12316, DE 16 DE ABRIL DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL A PRESTAR ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;	
	Decreto 40.531 - 07.05.2001 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, CRIADO PELA LEI N. 12524, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1997;	
	Decreto 42.119 - 19.06.2002 - DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL E NO ÂMBITO DA DEFESA CIVIL, A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, QUANDO DA OCORRÊNCIA DE FRENTE FRIAS OU DE BAIXAS TEMPERATURAS DURANTE O PERÍODO DE INVERNO;	
	Decreto 42.335 - 29.08.2002 - DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO REF. EMENDAS PARLAMENTARES DA UNIÃO;	
	Decreto 43.277 - 29.05.2003 - INSTITUI O CONSELHO DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO. REVOGA O § 1º DO ARTIGO 7º DO DECRETO Nº 40.232, DE 2001;	
	Decreto 43.698 - 02.09.2003 - REGULAMENTA A LEI N. 13153, DE 22 DE JUNHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, OPERADA ATRAVÉS DE CONVÊNIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO;	
	Decreto 46.302 - 09.09.2005 - DISPÕE SOBRE O CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA;	
	Decreto 47.124 - 24.03.2006 - INSTITUI O PROGRAMA "AÇÃO FAMÍLIA - VIVER EM COMUNIDADE";	
	Decreto 47.182 - 11.04.2006 - DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DE SMADS;	
	Decreto 47.225 - 26.04.2006 - INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL;	
	Decreto 47.534 - 26.04.2006 - REORGANIZA O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL;	
	Decreto 47.553 - 29.05.2003 - ALTERA O "CAPUT" DO ARTIGO 3. DO DECRETO 43.277, DE 29 DE MAIO DE 2003, QUE INSTITUI O CONSELHO DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO;	
	Decreto 48.141 - 14.02.2007 - INSTITUI O PROGRAMA EQUILÍBRIO;	
	Decreto 48.359 - 17.05.2007 - DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, BEM COMO ALTERA A DENOMINAÇÃO E A LOTAÇÃO DOS	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA;	
	Decreto 48.602 - 09.08.2007 - DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO CONJUNTA DE SMADS E SMTRB, PARA EXECUÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem;	
	Decreto 49.070 - 20.12.2007 - INSTITUI O PROGRAMA "SÃO PAULO PROTEGE";	
	Decreto 49.257 - 27.02.2008 - INSTITUI O PROGRAMA RODA DA CIDADANIA - REDE DE COMÉRCIO SOLIDÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO;	
	Decreto 50.009 - 10.08.2009 - DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO NA SMADS, DE CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS; ALTERA O DEC. 48.359, DE 17.05.07, BEM COMO TRANSFERE OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA;	
	Decreto 50.093 - 09.10.2008 - REGULAMENTA A LEI 14.673, DE 14.01.08, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CASAS-ABRIGO PARA O ATENDIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS DEPENDENTES;	
	Decreto 50.153 - 28.10.2008 - REGULAMENTA A LEI 14.255, DE 28.12.06 QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA FAMILIAR MÍNIMA MUNICIPAL - PGRFMM;	
	Decreto 50.365 - 30.12.2008 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COGEAS; TRANSFERE AS SUPERVISÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS SUBPREFEITURAS PARA SMADS;	
	Decreto 50.369 - 08.01.2009 - ALTERA D 50365/08 QUE CRIA COGEAS/SMADS; TRANSFERE SUPERVISÕES ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBPREFEITURAS; ALTERA DENOMINAÇÃO/LOTAÇÃO DE CARGOS/EXTINGUE COPS.	
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
	Decreto 40.531 - 07.05.2001 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, CRIADO PELA LEI N. 12.524, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1997.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
25	Secretaria Municipal de Cultura	SMC
Descrição da Legislação		
TIPO NÚMERO PUBLICAÇÃO EMENTA		
LEI 8.204 14/01/1975 DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RETIFICAÇÃO: DOM 130275 P2; 040375 P9		
LEI 8.260 31/05/1975 DISPOE SOBRE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 8.872 24/03/1979 AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVENIO COM A CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 9.168 05/12/1980 REORGANIZA O QUADRO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS INSTITUÍDO PELA LEI 8401/76, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 9.467 07/05/1982 CRIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, O CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 10.263 11/03/1987 AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVENIO COM A SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 10.329 05/06/1987 AUTORIZA A PRORROGAÇÃO, POR TEMPO INDETERMINADO, O CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A PMSF E O MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO - "ASSIS CHATEAUBRIAND", REFERENDADO PELA LEI 8221/75 E MODIFICADO PELA LEI 8.829/78 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 10.562 23/06/1988 AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONVENIO FIRMADO COM A CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 10.710 15/12/1988 ALTERA O ART.1 DA LEI 8.260/75.		
LEI 10.923 31/12/1990 DISPOE SOBRE INCENTIVO FISCAL PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. (PL 398/90)- (LEI ENDONÇA)		
LEI 11.087 10/09/1991 AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E DISCIPLINA DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI 10923/90.		
LEI 11.325 30/12/1992 DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DE CASAS DE CULTURA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEI 11.358 15/05/1993 DA NOVA REDAÇÃO AOS PARÁGRAFOS 1 E 2 DO ARTIGO 1 DA LEI 10329/87, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 11.630 22/07/1994 DISPOE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.(PL 179/94)		
LEI 11.793 02/06/1995 AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR CONVENIO COM A SOCIEDADE AMIGOS DA CINEMATECA E CONCEDER-LHE CONTRIBUIÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PL 521/94) .		
LEI 11.913 19/10/1995 INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A SEMANA DA MULHER, A SER REALIZADA, ANUALMENTE, NO MÊS DE MARÇO. (PL 204/95)		
LEI 11.918 10/11/1995 AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR CONVENIO COM A FUNDAÇÃO MAGDA TAGLIAFERRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 11.919 10/11/1995 AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR CONVENIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
LEI 12.155 31/07/1996 AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR CONVENIO COM A FUNDAÇÃO DORINANOWILL PARA CEGOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PL 375/96)		
LEI 13.169 12/07/2001 DISPOE SOBRE A REORGANIZAÇÃO PARCIAL DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA, CRIA E EXTINGUE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ALTERA AS FORMAS DE PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PL 281/01)		
LEI 13.540 25/03/2003 INSTITUI O PROGRAMA PARA A VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAS - VAI - NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.(PL 681/02-NABIL BONDUKI)		
DECRETO 16.157 20/10/1979 DISPOE SOBRE TRANSFERÊNCIA DO TEATRO DE FANTOCHES.		
DECRETO 29.683 18/04/1991 CRIA O FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-FEPAC, DE ACORDO COM A LEI 10.923/90, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
DECRETO 37.026 28/08/1997 REGULAMENTA A LEI 11.913 DE 18.10.95, QUE INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A SEMANA DA MULHER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
DECRETO 42.772 04/01/2003 DISPOE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PARA AS SUBPREFEITURAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
25	Secretaria Municipal de Cultura	SMC
	DECRETO 43.823 19.09.2003 REGULAMENTA A LEI 13.540/03, QUE INSTITUI O PROGRAMA PARA A VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS - VAI, NO ÂMBITO DA SMC	
	DECRETO 45.894 18/05/2005 RETIFICA O ANEXO UNICO INTEGRANTE DO DECRETO N. 42772, DE 3 DE JANEIRO DE 2003, QUE DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DE EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PARA AS SUBPREFEITURAS.	
	DECRETO 46.434 07/10/2005 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA; INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS; TRANSFERE OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS QUE ESPECIFICA DAS SUBPREFEITURAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.	
	DECRETO 46.595 05/11/2005 CONFERE NOVA REGULAMENTAÇÃO A LEI 10.923/90, QUE DISPÕE SOBRE O INCENTIVO FISCAL PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	
	DECRETO 48.166 03/03/2007 DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DE BIBLIOTECAS DAS SUBPREFEITURAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC, ALTERA A LOTAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECÍFICA E CRIA A COORDENAÇÃO REGIONAL LESTE II, NA SUPERVISÃO DE BIBLIOTECAS, DA COORDENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS.	
	DECRETO 49.172 01/02/2008 DISPÕE SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA COODENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, BEM COMO TRANSFERE OS ACERVOS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E ALTERA O DECRETO Nº 48.166, DE 2 MARÇO DE 2007.	
	DECRETO 44.685 30/04/2004 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO POLO CULTURAL GALERIA OLIDO	
	DECRETO 51.590 28/06/2010 DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO PAVILHÃO LUCAS NOGUEIRA GARCEZ - OCA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
	DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL	
	LEI 8.401 09/06/1976 ORGANIZA O DEPARTAMENTO DE TEATROS, INSTITUI O QUADRO DE ATIVIDADES ARTISTICAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	LEI 9.168 05/12/80 REORGANIZA O QUADRO DE ATIVIDADES ARTISTICAS INSTITUIDO PELA LEI 8401/76, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	LEI 9.320 26/09/1981 ALTERA A LEI 9168/80, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	LEI 13.169 12/07/2001 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA, CRIA E EXTINGUE CARGOS DE PROVIMENTO EMCOMISSAO, ALTERA AS FORMAS DE PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSAO, E DA OUTRASPROVIDENCIAS. (PL 281/01)	
	LEI 13.279 09/01/02 INSTITUI O "PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO AO TEATRO PARA A CIDADE DE SAO PAULO" E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. (PL 416/00)	
	DECRETO 17.620 30/10/1981 REGULAMENTA A LEI 9168/80, ALTERADA PELA LEI 9320/81.	
	DECRETO 18.432 27/11/1982 REGULAMENTA AS ATIVIDADES DO QUARTETO DE CORDAS DA CIDADE DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DECRETO 22.815 27/09/1986 DISPOE SOBRE A CRIACAO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ARTES CIRCENSES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO 23.161 05/12/1986 DISPOE SOBRE A CRIACAO DA ORQUESTRA DE CAMARA DA CIDADE DE SAO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO 51.512 24/05/2010 DENOMINA TEATRO ZANONI FERRITE O TEATRO INSTALADO NA BIBLIOTECA PUBLICA PAULO SETUBAL, INTEGRANTE DA REDE DE TEATROS DISTRITAIS, VINCULADOS AO DEPARTAMENTO DE EXPANSAO CULTURAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.	
	DECRETO 49.492 16/05/2008 Art.31-A Galeria Olido do CCSP instituída pelo Decreto nº44685 de 20/04/2004 e legislação subsequente, passa a subordinar-se ao Departamento de Expansão Cultural da Secretaria Municipal de Cultura.	
	LEI 15.372 03/05/2011 DISPOE SOBRE A ORGANIZACAO DA ESCOLA MUNICIPAL DE INICIACAO ARTISTICA- EMIA, DE DEPARTAMENTO DE EXPANSAO CULTURAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA , E DE SEU RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSAO.(PL 358/10)	
	DECRETO 46.434 07/10/2005 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA; INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS; TRANSFERE OS EQUIPAMENTOS	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
25	Secretaria Municipal de Cultura	SMC
	CULTURAIS QUE ESPECIFICA DAS SUBPREFEITURAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS	
	DECRETO 13.490 02/09/1976 DISPOE SOBRE O REMANEJAMENTO DA BIBLIOTECA BRAILLE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO 14.881 04/01/1978 DISPOE SOBRE REMANEJAMENTO DE UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO 46.434 07/10/2005 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA; INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS; TRANSFERE OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS QUE ESPECIFICA DAS SUBPREFEITURAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.	
	DECRETO 48.166 03/03/2007 DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DE BIBLIOTECAS DAS SUBPREFEITURAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC, ALTERA A LOTAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECÍFICA E CRIA A COORDENAÇÃO REGIONAL LESTE II, NA SUPERVISÃO DE BIBLIOTECAS, DA COORDENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS.	
	DECRETO 51.478 12/05/2010 INTRODUZ ALTERACOES NOS DECRETOS 41853/02 E 48166/07 (artigo 4º, inciso I - AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA INFANTO JUVENIL HANS CHRISTIAN ANDERSEN DEIXA DE FAZER PARTE DO DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL E VOLTA PARA A COORDENADORIA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS..	
	DECRETO 49.172 01/02/2008 DISPÕE SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA COORDENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, BEM COMO TRANSFERE OS ACERVOS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E ALTERA O DECRETO Nº 48.166, DE 2 MARÇO DE 2007. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
	LEI 8.252 21/05/1975 DISPOE SOBRE A CRIACAO DO DEPARTAMENTO DE INFORMACAO E DOCUMENTACAO ARTISTICAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	LEI 10.032 28/12/1985 DISPOE SOBRE A CRIACAO DE UM CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVACAO DO PATRIMONIO HISTORICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SAO PAULO.	
	LEI 10.236 17/12/1986 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 10032/85, QUE DISPOE SOBRE A CRIACAO DO CONSELHOMUNICIPAL DE PRESERVACAO DO PATRIMONIO HISTORICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SAO PAULO - CONPRESP.	
	LEI 12.350 07/06/1997 INCENTIVO FISCAL PROPRIETARIOS IMOVEIS/PATROCINADORES DAS OBRAS RECUPERACAO EXTERNA/CONSERVACAO IMOVEIS LOCALIZADOS AREA ESPECIAL INTERVENCAO,OBJETO PROGRAMA REQUALIFICACAO URBANA/FUNCIONAL CENTRO S.PAULO-PROCENTRO,OU OUTRO EQUIVALENTE QUE VENHA SER IMPLANTADO,DA OUTRAS PROVIDENCIAS.(PL 604/93)	
	LEI 13.520 07/02/2003 CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA ÁREA DO PROJETO LUZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DECRETO 12.446 12/12/1975 DISPOE SOBRE O REMANEJAMENTO DE ORGAOS DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO 37.302 28/01/1998 REGULAMENTA A LEI N. 12350, DE 6 DE JUNHO DE 1997, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO 40.898 19/07/2001 CRIA A UNIDADE EXECUTORA DO PROJETO LUZ.	
	DECRETO 41.853 02/04/2002 CRIA A COMISSAO PERMANENTE DE ANALISE DE ASSUNTOS CONCERNENTES A OBRAS E MONUMENTOS ARTISTICOS EM ESPACOS PUBLICOS. DECRETO 42.136 26/06/2002 REGULAMENTA A LEI N. 13.329, DE 11 DE MARCO DE 2002,QUE INSTITUI A SEMANADE VALORIZACAO DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DO MUNICIPIO DE SAO PAULO- " CULTURA E CIDADANIA".	
	DECRETO 46.643 18/11/2005 ALTERA O ART. 4º DO DECRETO 44.470 DE 08.03.2004, E DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO PALÁCIO DAS INDÚSTRIAS. ALTERA A SEDE DO MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO.	
	DECRETO 46.967 03/02/2006 REGULAMENTA A LEI 13.520 DE 06.02.2003, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA ÁREA DO PROJETO LUZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
25	Secretaria Municipal de Cultura	SMC
	DECRETO 47.493 21/07/2006 REGULAMENTA O FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO - FUNCAP, INSTITUÍDO PELO ART. 36 DA LEI 10.032 DE 27.12.1985, ALTERADO PELO ART 9 DA LEI 10.236 DE 16.12.1986, BEM COMO A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES NELAS PREVISTAS.	
	DECRETO 51.587 26/06/2010 ALTERA O PARAGRAFO 1. DO ARTIGO 4. DO D 46595, 04/11/05, CONFERE NOVA REGULAMENTACAO L 10923, DE 30/12/90, QUAL DISPOE SOBRE INCENTIVO FISCAL PARA REALIZACAO DE PROJETOS CULTURAIS NO AMBITO DO MUNICIPIO DE SAO PAULO; TRANSFERE MUSEU PARA THEATRO MUNICIPAL.REVOGA D 19208, 04/11/83	
	DECRETO 51.478 12/05/2010 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO DO DEPTO DO PATRIMONIO HISTORICO-DPH DA SECR MUNICIPAL DE CULTURA, EM CARATER EXPERIMENTAL, O CENTRO DE MEMORIA DO CIRCO,ALTERA A DENOMINACAO E A LOTACAO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSAO QUE ESPECIFICA E INTRODUZ ALTERACOES NOS DECRETOS 41853/02 E 48166/07.	
	CENTRO CULTURAL SÃO PAULO	
	LEI 9.467 07/05/1982 CRIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, O CENTRO CULTURAL DE SAO PAULO,E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	
	DECRETO 44.685 30/04/2004 DISPOE SOBRE A CRIACAO DO POLO CULTURAL GALERIA OLIDO.	
	DECRETO 49.492 16/05/2008 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO DO CENTRO CULTURAL SAO PAULO-CCSP, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, BEM COMO ALTERA A DENOMINACAO E A LOTACAO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSAO QUE ESPECIFICA.	
	DECRETO 46.434 07/10/2005 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA; INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS; TRANSFERE OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS QUE ESPECIFICA DAS SUBPREFEITURAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. POLO CULTURAL GALERIA OLIDO PASSA A SUBORDINAR-SE AO CCSP-artigo 37.	
	DEPARTAMENTO DO TEATRO MUNICIPAL	
	LEI 13.169 12/07/2001 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA, CRIA E EXTINGUE CARGOS DE PROVIMENTO EMCOMISSAO, ALTERA AS FORMAS DE PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSAO, E DA OUTRASPROVIDENCIAS. (PL 281/01)	
	DECRETO 51.587 26/06/2010 TRANSFERE MUSEU PARA THEATRO MUNICIPAL.REVOGA D 19208, 04/11/83	
	LEI 15.380 27/05/2011 AUTORIZA PODER EXECUTIVO INSTITUIR A FUNDACAO THEATRO MUN SAO PAULO;CRIA CARGOS PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSAO;EXTINGUE DEPTO THEATRO MUN;ABSORVE GRATIFICACOES QUE ESPECIFICA ESCALA DE VENCIMENTOS QUADRO ATIV ARTISTICAS; DISPOE AFAST SERV ADM DIRETA;ALTERA ART. 1. LEI14132,24/JAN/2006.(PL 09/10)	
	DECRETO 46.434 07/10/2005 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA; INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS; TRANSFERE OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS QUE ESPECIFICA DAS SUBPREFEITURAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.	
	BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE	
	LEI 15052 08/12/2009 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO DA BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE-BMA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, E DE SEU RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSAO.(PL N. 488/09); REVOGA ARTIGOS 7º, 8º, 12º, 13º, 14º, 15º E 16º DO D 46434.	
	DECRETO 46.434 07/10/2005 DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO PARCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA; INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS; TRANSFERE OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS QUE ESPECIFICA DAS SUBPREFEITURAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.	
	CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE	
	LEI 14.875 05/01/2009 DISPOE SOBRE A CRIACAO DO CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE-CCJ, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, E DE SEU RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSAO.(PL 252/08)	
	FUNDAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
	LEI 15.380 27/05/2011 AUTORIZA PODER EXECUTIVO INSTITUIR A FUNDACAO THEATRO MUN SAO PAULO;CRIA CARGOS PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSAO;EXTINGUE DEPTO THEATRO MUN;ABSORVE GRATIFICACOES QUE ESPECIFICA ESCALA DE VENCIMENTOS QUADRO ATIV ARTISTICAS; DISPOE AFAST SERV ADM DIRETA;ALTERA ART. 1. LEI14132,24/JAN/2006.(PL 09/10)	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA

Descrição da Legislação

LEI 15.416 23/07/2011 - Altera os artigos 3, 22, 25 e 28 da Lei nº 13.260/2001, que aprovou a operação urbana consorciada água espraiada

DECRETO 52.460 02/07/2011 - Da nova redação ao inciso V do caput do artigo 4º do Decreto 52.118/2011

LEI 15.374 19/05/2011 - Dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores em todos os estabelecimentos comerciais do MSP

DECRETO 52.260 19/04/2011 - Aprova o plano e controle de poluição veicular - PCPV no MSP

DECRETO 52.243 16/04/2011 - Cria e denomina o parque municipal das Nebulosas

DECRETO 52.153 29/02/2011 - Regulamenta disposições da Lei nº 14.887

DECRETO 52.118 08/02/2011 - Institui, na SVMA, a CAFIM

DECRETO 52.108 01/02/2011 - Cria e denomina o parque municipal linear Oratório

DECRETO 52.102 29/01/2011 - Cria e denomina o parque municipal Morro do Cruzeiro

DECRETO 52.083 20/01/2011 - Cria e denomina o parque municipal Leopoldina - Orlando Villas Boas

DECRETO 52.049 30/12/2010 - Cria e denomina o parque municipal linear Feitiço da Vila

DECRETO 52.040 30/12/2010 - Fixa o valor de preços públicos da PMSP

DECRETO 51.919 12/11/2010 - Estabelece o procedimento para fiscalização eletrônica e aplicação da penalidade de multa por descumprimento à legislação que dispõe sobre o I/M-SP

DECRETO 51.891 29/10/2010 - Institui a quarta cúpula do grupo de liderança de cidades pelo clima - C40.

DECRETO 51.841 06/10/2010 - Transfere cargo de quadro específico de que trata o decreto nº 45.751/2005, para SVMA.

DECRETO 51.805 22/09/10 - Autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, da gestão e execução dos serviços que especifica

DECRETO 51.801 22/09/2010 - Confere nova regulamentação a lei nº 13.727/2004, que cria o PROAURP, revoga o decreto 46.665/2004.

DECRETO 51.715 17/08/2010 - Cria e denomina o parque municipal Lajeado.

DECRETO 51.664 27/07/2010 - Regulamenta a lei nº 14.723/2008, que institui no MSP o programa de aproveitamento de madeira de podas de árvores - PAMPA

DECRETO 51.563 19/06/2010 - Cria e denomina o parque municipal ecológico campo -cerrado Dr. Alfred Usteri

LEI 15.175 25/05/10 - Denomina parque linear mongagua

DECRETO 51.469 08/05/10 - Acresce os §§ 9º e 10 ao artigo 2º do decreto 52.232/08 que dispõe sobre o programa I/M-SP

DECRETO 51.456 04/05/10 Regulamenta a Lei 14.898/09

DECRETO 51.436 27/04/10 Regulamenta a lei 15.098/10, que exige a publicação do relatório de áreas contaminadas do município de São Paulo

DECRETO 51.435 27/04/10 Regulamenta a lei 14.903/09 que institui o programa de produção de fitoterápicos e plantas medicinais no município de São Paulo

DECRETO 51.359 25/03/10 Cria o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã, vinculado a SVMA

DECRETO 51.295 18/02/10 Acrescenta alínea "L" aos incisos I e II do artigo 3º do decreto 50.866/09 que dispõe das competências, composição e funcionamento do comitê municipal de mudanças do clima e economia

LEI 15.120 15/01/10 Estabelece procedimento de controle ambiental para aquisição de carne bovina "in natura" pelo município de São Paulo

LEI 15.098 06/01/10 Obriga o poder executivo municipal a publicar o relatório das áreas contaminadas do município de São Paulo.

LEI 15.095 05/01/10 Fica acrescido o item 9.4.5 ao anexo 1 da lei 11.228/92

LEI 15.094 05/01/10 Institui a criação da rota ciclo-turística "marcia prado" na região entre o Grajaú e Ilha do Bororé, passando na APA Bororé-Colônia.

DECRETO 50.977 07/11/09 Procedimentos de controle ambiental para utilização de produtos / subprodutos de madeira origem nativa nas contratações de obras e serviços de engenharia e compras públicas realizadas pela Adm. Pública Direta e Indireta.

DECRETO 50.943 24/10/09 Regulamenta a Lei 15.003/09.

LEI 15.003 24/10/09 Estabelece diretrizes e normas referentes a construção, instalação, reforma ampliação e utilização de aeródromos, heliportos e helipontos no território municipal

DECRETO 50.912 08/10/09 Dispõe sobre a criação e reconhecimento de RPPN e institui o programa municipal de apoio as RPPNs

DECRETO 50.866 22/09/09 Dispõe as competências, a composição e o funcionamento do comitê municipal de mudança do clima e economia

LEI 14.934 19/06/09 Cria o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infra-Estrutura.

LEI 14.933 06/06/09 Institui a Política Municipal de Mudanças Climáticas de São Paulo.

DECRETO 50.465 05/03/09 Retifica a denominação constante da ementa e do artigo 1 do Decreto 50.102 de



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA
	2008. DECRETO 50.425 13/02/09 Cria o Parque Municipal Zilda Natel. LEI 14.902 07/02/09 Dispõe sobre as infrações administrativas de provocação de danos em vegetação de porte arbóreo e nos animais vertebrados da fauna silvestre. LEI 14.887 16/01/09 Reorganiza a SVMA e revoga Leis e Decretos que Especifica. LEI 14.873 06/01/09 Institui a gratificação de desempenho de controle ambiental aos EMAs. DECRETO 50.351 25/12/08 Altera o Decreto 50.232 de 2008. DECRETO 50.284 02/12/08 Regulamenta a Lei 14.487 de 2007. DECRETO 50.259 27/11/08 Oficialização o Parque Municipal Raposo Tavares. DECRETO 50.232 18/11/08 Dispõe sobre o IM-SP, estabelece o valor do reembolso para o exercício de 2009 e do preço público pago a concessionária. DECRETO 50.201 08/11/08 Amplia a área do Parque Natural do Carmo. DECRETO 50.200 08/11/08 Amplia a área do Parque do Carmo. DECRETO 50.103 11/10/08 Denomina Viveiro Harry Blossfeld localizado no CEMUCAM. DECRETO 50.102 11/10/08 Denomina Viveiro Municipal Artur Eteel localizado no Parque do Carmo. DECRETO 50.077 07/10/08 Regulamenta artigo 50 da Lei 14.223 de 2008. DECRETO 49.659 21/06/08 Cria e denomina o Parque Linear do Ribeirão Cocaia. DECRETO 49.637 18/06/08 Cria a comissão para análise das excepcionalidades na zona máxima restrição de circulação - CAEZ. DECRETO 49.530 29/05/08 Cria e denomina o Parque Linear do Córrego do Bispo. DECRETO 49.529 29/05/08 Cria e denomina o Parque Linear do Ribeirão Perus. DECRETO 49.446 29/04/08 Cria e denomina o Parque Nove de Julho. DECRETO 49.447 29/04/08 Cria e denomina o Parque da Barragem do Guarapiranga. DECRETO 49.417 19/04/08 Oficializa o Parque Municipal Tenente Siqueira Campos. LEI 14.717 18/04/08 Altera a Lei nº 11.733/95 que dispõe sobre a criação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, bem como a Lei nº 12.157/96, que introduz alterações no referido programa. DECRETO 49.374 04/04/08 Cria e denomina o Parque Praia de São Paulo. DECRETO 49.319 15/03/08 Dispõe sobre a transferência de cargos de provimento em comissão para os órgãos municipais que especifica. DECRETO 49.212 14/02/08 Oficializa o Parque Municipal Raul Seixas. DECRETO 49.207 14/02/08 Oficializa o Parque Municipal Lions Tucuruvi. DECRETO 49.213 14/02/08 Oficializa o Parque Municipal São Domingos. DECRETO 49.211 14/02/08 Oficializa o Parque Municipal Piqueri. DECRETO 49.209 14/02/08 Oficializa o Parque Municipal Santa Amélia. LEI 14.698 13/02/08 Dispõe sobre a proibição de destinar, óleo comestível servido, no Meio Ambiente. LEI 14.687 13/02/08 Cria o Conselho Municipal da Juventude DECRETO 48.423 12/06/07 Cria e denomina o Parque Natural Municipal da Cratera da Colônia. DECRETO 48.223 24/03/07 Cria a Inspeção da Guarda Ambiental vinculada à Guarda Civil Metropolitana. DECRETO 48.114 02/02/07 Cria Grupo de Trabalho visando a instituição de política de "Compras Verdes" no MSP. LEI 14.487 20/07/07 Introdz o Programa de Conscientização sobre a reciclagem de óleos e gorduras de uso culinário no MSP. LEI 14.464 05/07/07 Altera parcialmente o quadro de cargos de provimento em comissão da SVMA; e estende a gratificação de apoio à educação, instituída pelo art.7º da Lei nº 14.244 de 29/11/06. DECRETO 48.075 29/12/06 Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços de pavimentação das vias públicas no MSP. DECRETO 47.949 05/12/06 Dispõe sobre a reorganização parcial da SVMA, bem como altera a lotação e a denominação dos cargos de provimento em comissão, que especifica. DECRETO 47.896 17/11/06 Fixa os valores dos preços públicos para a utilização dos Planetários dos Parques Ibirapuera e do Carmo, bem como dos cursos oferecidos pela Escola de Astrofísica. LEI 14.223 27/09/06 Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do MSP. DECRETO 47.702 20/09/06 Da nova redação dos artigos 31 e 52 do Decreto 44.667 de 2004. DECRETO 47.545 04/08/06 Regulamenta a Lei 14.040 de 2005. DECRETO 47.532 02/08/06 Dispõe sobre a cessão de bens integrantes do inventário da fauna municipal, pertencentes a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, a título precário e gratuito, nas hipóteses que especifica. DECRETO 47.522 28/07/06 Disciplina a categoria de manejo de unidade de conservação de uso sustentável denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, no âmbito do Município de São Paulo, estabelecendo incentivos para sua implementação.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA
	LEI 14.186 04/07/06 Institui o Programa Municipal de Arborização Urbana, e dá outras providências.	
	DECRETO 47.382 17/06/06 Cria e denomina o Parque Municipal da Ciência.	
	LEI 14.162 25/05/06 Cria a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental Municipal Bororé-Colônia.	
	DECRETO 46.886 05/01/06 Altera dispositivo do Decreto 39.213 de 2000.	
	DECRETO 46.715 07/12/05 Regulamenta a Lei 14.066 de 2005.	
	DECRETO 46.688 30/11/05 Altera dispositivo do Decreto 39.213 de 2000.	
	DECRETO 46.380 27/09/05 Estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo MSP.	
	DECRETO 46.181 09/08/05 Regulamenta a Lei 13.747 de 2004.	
	LEI 14.040 27/07/05 Dispõe sobre proteção ao meio ambiente através de controle de óleo lubrificantes servidos, no âmbito do MSP e dá outras providências.	
	DECRETO 45.980 16/06/05 Regulamenta a Lei 13.688 de 2003.	
	DECRETO 45.958 06/06/05 Estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de São Paulo.	
	DECRETO 45.892 17/05/05 Dispõe sobre a estrutura, funcionamento e composição do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos - APA Capivari-Monos, pertencente ao Município de São Paulo.	
	DECRETO 45.850 26/04/05 Regulamenta a Lei 13.525 de 2003.	
	DECRETO 45.729 22/02/05 Revoga dispositivo do Decreto 43.799 de 2003.	
	DECRETO 45.681 30/12/04 Cria e denomina o Parque Municipal Jachinto Alberto.	
	DECRETO 45.665 29/12/04 Regulamenta a LEI 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana-PROAURP no Município de São Paulo e define suas diretrizes.	
	DECRETO 45.328 27/09/04 Institui na SMRI o observatório urbano da Cidade de São Paulo.	
	DECRETO 45.254 09/09/04 Cria e Denomina o Parque Municipal das Águas.	
	DECRETO 45.127 14/08/04 Altera Decreto 44.667 de 2004.	
	DECRETO 45.084 04/08/04 Dispõe sobre a transferência do Programa de Hortas Comunitárias da Secretaria Municipal de Abastecimento para a Secretaria Municipal de Verde e do Meio Ambiente.	
	DECRETO 44.944 30/06/04 Regulamenta a LEI 13.756 de 16 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a instalação de Estação Rádio Base ERB no Município de São Paulo.	
	DECRETO 44.926 25/06/04 Altera a Denominação do Parque Municipal Chácara Flora.	
	DECRETO 44.925 25/06/04 Cria e Denomina o Parque Municipal Colinas de São Francisco.	
	DECRETO 44.869 17/06/04 Transforma em Parque Municipal a Praça Tenente Brigadeiro Roberto Faria Lima.	
	DECRETO 44.868 17/06/04 Cria e Denomina o Parque Pinheirinho de D'Água.	
	DECRETO 44.667 26/04/04 Regulamenta a Lei 13.430 DE 2002.	
	DECRETO 44.485 10/03/04 Cria e Denomina o Parque Municipal Jardim Herculano.	
	DECRETO 44.408 21/02/04 Da nova redação ao artigo 1 do Decreto 44.208 de 2003.	
	DECRETO 44.404 20/02/04 Cria e Denomina o Parque Municipal Itaguaçu.	
	DECRETO 44.347 11/02/04 Cria a Base Comunitária Ambiental de Capivari-Monos.	
	LEI 13.747 15/01/04 Dispõe sobre a participação de entidades públicas e privadas na recuperação, conservação, controle, manutenção e preservação dos lagos em parques municipais, e dá outras providências.	
	LEI 13.727 12/01/04 Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no Município de São Paulo e define suas diretrizes.	
	LEI 13.706 05/01/04 Estabelece o Zoneamento Ecológico-Econômico, doravante denominado Zoneamento Geo-Ambiental, da Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos.	
	LEI 13.688 19/12/03 Dispõe sobre concessão de serviço público, precedida de execução de obra pública, para construção de garagens subterrâneas e exploração de serviço de estacionamento de veículos, em áreas situadas nos distritos da se e republica, e no parque Ibirapuera.	
	DECRETO 44.208 05/12/03 Cria e Denomina o Parque Municipal Vila do Rodeio.	
	DECRETO 44.207 05/12/03 Cria e Denomina o Parque Municipal Sena.	
	DECRETO 44.206 05/12/03 Cria e Denomina o Parque Chacara das Flores.	
	DECRETO 44.015 22/10/03 Regulamenta a Lei 13.525 de 2003.	
	LEI 13.646 11/09/03 Dispõe sobre a legislação de arborização nos logradouros públicos do Município de São Paulo.	
	DECRETO 43.699 02/09/03 Cria e Denomina o Parque Municipal do Cordeiro.	
	DECRETO 43.685 28/08/03 Regulamenta a LEI 13.539, de 20 de março de 2003, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais.	
	DECRETO 43.545 29/07/03 Confere nova redação ao artigo 8º do DECRETO nº 42.318, de 21 de agosto de 202, que cria o Programa Municipal de Qualidade Ambiental e adota o Programa Brasileiro de Qualidade e	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA
	Produtividade do Habitat - PBQP-H no Município de São Paulo. DECRETO 43.415 03/07/03 Altera o Decreto 43.230 de 2003. DECRETO 43.386 26/06/03 Altera o Decreto 43.230 de 2003. DECRETO 43.329 12/06/03 Cria e Denomina o Parque Natural Municipal do Carmo. DECRETO 43.319 10/06/03 Regulamenta a Lei 13.525 de 2003. DECRETO 43.230 22/05/03 Regulamenta o Conselho Municipal de Política Urbana e a Câmara Técnica de Legislação Urbanística. LEI 13.564 24/04/03 Dispõe sobre a aprovação de parcelamento de solo, edificação ou instalação de equipamentos em terrenos contaminados ou suspeitos de contaminação por materiais nocivos ao meio ambiente e a saúde pública, e dá outras providências. LEI 13.539 20/03/03 Dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais. DECRETO 42.978 14/03/03 Reorganiza o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais - CPDA no Município de São Paulo. DECRETO 42.833 06/02/03 Regulamenta o procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo e dá outras providências. DECRETO 42.768 04/01/03 Regulamenta a Lei 13.293 de 2002. LEI 13.525 28/02/03 Dispõe sobre a ordenação de anúncios na paisagem do município de São paulo e dá outras providências. DECRETO 42.408 18/09/02 Oficializa e denomina o Parque Municipal Chácara das Flores e dá outra providências. DECRETO 42.337 29/08/02 Dá nova redação ao artigo 8º do DECRETO 42.211, de 18 de julho de 2002, que regulamenta o Programa Municipal de Arborização Urbana com árvores frutíferas - PRO-ECOVIT, instituído pela LEI nº 13.313, de 31 de janeiro de 2002. DECRETO 42.318 21/08/02 Cria o Programa de Qualidade Ambiental e adota o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H no município de São Paulo. DECRETO 42.319 21/08/02 Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos relativos ao gerenciamento de áreas contaminadas no Município de São Paulo. DECRETO 42.318 21/08/02 Cria o programa de qualidade ambiental e adota o programa brasileiro de qualidade e produtividade do Habitat - PBQP-H no MSP. DECRETO 42.211 18/07/02 Regulamenta a LEI nº 13.313, de 31 de janeiro de 2002, que institui o Programa Municipal de Arborização Urbana com árvores frutíferas - PRÓ-ECOVIT. DECRETO 41.945 24/04/02 Altera dispositivos do DECRETO 22.816, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a reestruturação dos cursos ministrados pela Escola Municipal de Astrofísica. DECRETO 41.864 04/04/02 Institui a Comissão de Análise Integrada de Projetos de Edificação e de Parcelamento do Solo - CAIEPS, e dá outras providências. providências. DECRETO 41.764 07/03/02 Oficializa e Denomina o Parque dos Eucaliptos e dá outras providências DECRETO 41.713 25/02/02 Regulamenta a Lei 13.155 de 2001 LEI 13.316 02/02/02 Dispõe sobre a coleta, a destinação final e reutilização de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos e dá outras providências LEI 13.313 31/01/02 Institui o Pró-Ecovit - Programa Municipal de Arborização Urbana com árvores frutíferas e dá outras providências. LEI 13.293 14/01/02 Dispõe sobre a criação das "Calçadas Verdes" no Município de São Paulo, e dá outras providências. DECRETO 41.255 16/10/01 Dispõe sobre a criação do programa de condicionamento físico nos parques municipais e dá outra providências. LEI 13.155 29/06/01 Cria na SVMA o FEMA e dá outras providências. LEI 13.136 09/06/01 Cria a área de Proteção Ambiental do Capivari-Monos - APA Capivari-Monos, e dá outras providências. DECRETO 40.325 12/05/01 Acrescenta item ao artigo 1º do DECRETO nº 27.366, de 23 de novembro de 1988, que dispôs sobre a composição da Comissão Normativa da Legislação Urbanística -CNLU. DECRETO 40.500 27/04/01 Altera a denominação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA. LEI 13.120 27/04/01 Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, dirigida aos corpos de água superficiais e subterrâneos do domínio do Estado de São Paulo, e dá outras providências. DECRETO 40.267 30/01/01 Altera o DECRETO nº 39.213, de 31 de março de 2000. DECRETO 39.303 10/04/00 Dispõe sobre a permissão de uso a título precário e gratuito, de área localizada no Parque Ibirapuera, e dá outras providências. DECRETO 39.213 31/03/00 Dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, e dá outras providências. DECRETO 38.972 21/02/00 Revoga o Decreto 36.045 de 1996.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA
	DECRETO 38.549 30/10/99 Altera o Decreto 37.570 de 1998.	
	DECRETO 38.365 20/09/99 Altera o inciso VIII e XXII do artigo 1º, do decreto 37.310 de 1998.	
	DECRETO 38.364 23/09/99 Altera o inciso I, do parágrafo único, do artigo 1º, do DECRETO nº 37.310, de 02 de fevereiro de 1998.	
	DECRETO 38.083 21/06/99 Altera os incisos IV, XIII e XXIV do artigo 1º, do DECRETO nº 37.310, de 02 de fevereiro de 1998.	
	DECRETO 37.964 12/05/99 Altera os incisos II, V, VI, X e XXIII do artigo 1º, do DECRETO nº 37.310, de 02 de fevereiro de 1998.	
	DECRETO 37.816 17/02/99 Altera o inciso XXI, do artigo 1º, do DECRETO nº 37.310, de 02 de fevereiro de 1998.	
	DECRETO 37.653 26/09/98 Regulamenta a Lei nº 12.055 de 1996.	
	DECRETO 37.570 12/08/98 Regulamenta a Lei nº 12.469, de 16 de setembro de 1997, que institui a "Semana da Gestão Ambiental", no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.530 17/07/98 Altera o inciso XV, do artigo 1º do DECRETO nº 37.310, de 02 de fevereiro de 1998.	
	DECRETO 37.470 05/06/98 Cria, na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, o Núcleo de Projetos Ambientais em Áreas de Mananciais - NPAM, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.452 28/05/98 Altera o inciso XVI, item 2 do inciso XXIV, item II do parágrafo único do artigo 1 do Decreto 37.310 de 1998.	
	DECRETO 37.310 02/02/98 Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CADES, e dá outras providências.	
	LEI 12.469 16/09/97 Institui a "Semana de Gestão Ambiental", no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	DECRETO 36.957 10/07/97 Regulamenta a Lei 11.368 de 1993.	
	DECRETO 36.305 13/08/96 Regulamenta a Lei 11.733 de 1995.	
	LEI 12.157 09/08/96 Introduce alterações no programa I/M-SP e dá outras providências.	
	LEI 12.055 09/05/96 Autoriza o Executivo a implantar no Parque Anhanguera, o Centro de Triagem de Animais Silvestres e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres.	
	DECRETO 35.860 06/02/96 Regulamenta a LEI nº 11.005, de 18 de junho de 1991, e dá outras providências.	
	DECRETO 35.537 30/09/95 Cria o Parque Burle Max e dá outras providências.	
	LEI 11.733 27/03/95 Dispõe sobre a criação do Programa I/M-SP.	
	LEI 11.730 09/03/95 Institui a ciclovia do Belenzinho e dá outras providências.	
	DECRETO 34.172 16/05/94 Redimensiona o Programa Um Milhão de Árvores, dirigido ao plantio, à conservação e à proteção de árvores em logradouros públicos, mediante doação à Prefeitura de mudas de árvores e respectivos protetores, e dá outras providências.	
	DECRETO 34.099 14/04/94 Cria no MSP o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M-SP e dá outras providências.	
	DECRETO 33.749 23/10/93 Institui o Programa um milhão de árvores e dá outras providências.	
	LEI 11.426 18/10/93 Cria a SVMA e o CADES e dá outras providências.	
	DECRETO 33.749 18/08/93 Institui o Programa um Milhão de Árvores; dispõe sobre o plantio, a conservação e a proteção de árvores em logradouros públicos, mediante doação, à Prefeitura, de mudas de árvores e respectivos protetores, e dá outras providências.	
	LEI 11.368 17/05/93 Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos de qualquer natureza por veículos de carga no MSP e dá outras providências.	
	LEI 11.015 27/06/91 Autoriza ao executivo municipal a criar o Parque da Vila Guilherme e dá outras providências.	
	LEI 11.005 18/06/91 Dispõe sobre o local para guarda de bicicletas e triciclos, nos parques municipais.	
	DECRETO 29.716 02/05/91 Regulamenta a LEI nº 10.948, de 24 de janeiro de 1991, e dá outras providências.	
	LEI 10.948 24/01/91 Dispõe sobre a obrigatoriedade de arborização de vias e áreas verdes nos planos de parcelamento do solo para loteamentos e desmembramentos.	
	LEI 10.929 11/01/91 Dispõe sobre a proteção e a ocupação do Parque Ibirapuera.	
	DECRETO 28.088 20/09/89 Acrescenta par. ao Artigo 6 do Decreto 26.535/88.	
	DECRETO 27.821 15/06/89 Estabelece preços públicos pela utilização do Parque Ibirapuera e dá outras providências.	
	DECRETO 27.646 09/02/89 Dá nova redação ao item XIX do artigo 1 do Decreto 27.366/89.	
	DECRETO 27.501 14/12/88 Dispõe sobre a fixação de dias da semana para a realização de sessões gratuitas pelo Planetário Municipal e dá outras providências.	
	DECRETO 27.336 24/11/88 Dispõe sobre permissão a composição da comissão normativa da legislação urbanística - CNLU.	
	DECRETO 26.535 03/08/88 Regulamenta a LEI nº 10.365 de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo, e dá outras providências.	
	DECRETO 26.306 04/07/88 Dispõe sobre denominação de Parque Municipal e dá outras providências.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA
	<p>DECRETO 25.876 09/05/88 Dispõe sobre a atribuição de competência para a execução de serviços de implantação, conservação, manutenção e fiscalização de áreas públicas ajardinadas, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 25.323 29/01/88 Dispõe sobre a permissão de uso, a título precário e oneroso, mediante prévio procedimento licitatório, de imóvel situado no Parque Ibirapuera, para exploração econômica de lanchonete, sanitários e vestiários, e dá outras providências.</p> <p>LEI 10.373 08/10/87 Dispõe sobre não incidência das taxas de fiscalização de localização, instalação e funcionamento e de fiscalização de anúncios sobre os eventos festa do verde e festa da primavera.</p> <p>LEI 10.365 22/09/87 Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 23.838 08/05/87 Estabelece preços públicos pela utilização de áreas de Parques Municipais e do CEMUCAM, para filmagens e fotografias.</p> <p>DECRETO 23.748 22/04/87 Estabelece preços públicos pela utilização dos pavilhões I e II do CEMUCAM e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 23.427 13/02/87 Dispõe sobre a transferência de administração de lougradouros públicos</p> <p>DECRETO 23.327 20/01/87 Dispõe sobre permissão de uso, a título precário e oneroso, mediante prévio procedimento licitatório, de áreas localizadas em parques municipais, para instalação de equipamentos destinados à exploração de lanchonetes, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 15.186 01/08/78 Cria a Comissão de Proteção Urbana - CPPU e dá outras providências.</p> <p>DECRETO 15.180 29/07/78 Regulamenta o funcionamento do Curso Municipal de Jardineiros, criado pela LEI nº 8277, de 19 de agosto de 1975.</p> <p>DECRETO 14.611 12/07/77 Transfere da Secretaria Municipal de Esportes para Secretaria Municipal de Serviços o Centro Municipal de Campismo - CEMUCAM e dá outras providências</p> <p>DECRETO 13.540 15/09/76 Cria Parque do Carmo e dá outras providências.</p> <p>LEI 8.277 19/08/75 Cria curso Municipal de Jardineiros na Secretaria de Serviços e Obras.</p> <p>DECRETO 12.095 02/07/75 Dispõe sobre denominação de lougradouro público.</p> <p>DECRETO 5.206 16/09/61 Altera a redação de vários dispositivos do Decreto 3.869/58 e dá outras providências</p> <p>DECRETO 3.869 08/05/58 Regulamenta o funcionamento e manutenção do Planetário e dá outras providências.</p> <p>LEI 4.647 20/04/55 Dispõe sobre a arborização dos lougradouros públicos, e dá outras providências.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
28	Encargos Gerais do Município	EGM
	Descrição da Legislação	
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
	Descrição da Legislação	
	Lei nº 13.179 de 25 de setembro de 2001	
	Ementa: Define os créditos de pequeno valor para os fins previstos no artigo 100, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	
	Lei nº 15.406 de 8 de julho de 2011	
	Ementa: Dispõe sobre o Programa Nota Fiscal Paulista e altera dispositivos da Lei nº 14.07, de 8 de dezembro de 2005; autoriza a reabertura de prazo para ingresso no programa de Parcelamento Incentivado - PPI; introduz alterações na legislação tributária relativa ao IPTU, ao ITBI-IV e ao ISS; altera a Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002; autoriza, conforme especifica, a transferência de depósitos judiciais e administrativos, a alienação de participações acionárias minoritárias e a cessão de direitos creditórios; institui a comunicação por meio do Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano - DEC.	
	LEI 12.350 7/6/1997 Incentivo fiscal proprietários imóveis / patrocinadores de obras recuperação externa / conservação localizados área especial de intervenção, objeto programa requalificação urbana / funcional centro, PROCENTRO, ou outro equivalente que venha a ser implantado, e dá outras providências.	
	DECRETO 37.302 28/1/1998 Regulamenta a lei 12.350 de 06/6/1997e dá outras providências.	
	LEI Nº 8.817 22/11/1978 Autoriza o Executivo a celebrar com o Governo do Estado de São Paulo e dá outras providências (Corpo de Bombeiros Metropolitan)	
	Decreto nº 27.046 de 5 de outubro de 1988	
	Ementa: Dispõe sobre a instituição de novas ordens cronológicas de apresentação dos precatórios judiciais.	
	Decreto nº 27.692 de 20 de março de 1989	
	Ementa: Dispõe sobre ordem cronológica de apresentação de precatórios judiciais e disciplina o pagamento daqueles pendentes na data da promulgação da vigente constituição da República Federativa do Brasil.	
	Decreto nº 29.659 de 4 de abril de 1991	
	Ementa: Dispõe sobre delegação de competência ao diretor do Departamento Patrimonial da Procuradoria Geral do Município da Secretaria dos Negócios Jurídicos.	
	Decreto nº 40.705 de 11 de junho de 2001	
	Ementa: Disciplina o pagamento dos precatórios pendentes na data da promulgação da Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000.	
	Decreto nº 44.564 de 1 de abril de 2004	
	Ementa: Dispõe sobre os depósitos judiciais referentes a tributos e a seus acessórios, no âmbito do município de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº. 10.819, de 16 de dezembro de 2003. obs.: numeração conforme dom 03/04/04, p. 1.	
	Decreto nº 51.105 de 11 de dezembro de 2009	
	Ementa: Dispõe sobre a opção do Município de São Paulo pelo regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	
	Decreto nº 51.378 de 31 de março de 2010	
	Ementa: Dispõe sobre a destinação dos recursos depositados em conta especial para pagamento de precatórios, nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	
	Decreto nº 51.719 de 17 de agosto de 2010	
	Ementa: Cria, na Procuradoria Geral do Município da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, a Coordenadoria de Precatórios.	



Legislação/Atribuição do Órgão

		R\$
Código	Descrição	Sigla
28	Encargos Gerais do Município	EGM
	Decreto nº 52.011 de 17 de dezembro de 2010 Ementa: Altera o inciso II do artigo 1º do Decreto nº 51.378, de 31 de março de 2010; institui a Câmara de Conciliação de Precatórios na Procuradoria Geral do Município; estabelece normas para a celebração de acordos diretos com os credores, de que trata o inciso III do § 8º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	
	Decreto nº 52.064 de 30 de dezembro de 2010 Ementa: Dispõe sobre o cumprimento do regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.	
	Decreto nº 52.312 de 13 de maio de 2011 Ementa: Dispõe sobre a autorização para celebração de acordos diretos com os credores dos precatórios que especifica, revoga os artigos 5º e 7º do Decreto nº 52.011, e o Decreto nº 52.012, ambos de 17 de dezembro de 2010.	
	Decreto nº 52.488 de 13 de julho de 2011 Ementa: Regulamenta a transferência dos depósitos judiciais e administrativos, autorizada pelo artigo 22 da Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, para a conta única do Tesouro Municipal.	
	Reembolso Funerário	
	LEI nº 11.479 de 17 de janeiro de 1994. Ementa: Dispões sobre a dispensa de pagamento ao Serviço Funerário Municipal de Taxas, emolumentos e tarifas devidas em razão da realização de funeral.	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
28	Encargos Gerais do Município	EGM

Descrição da Atribuição

Corpo de Bombeiros Metropolitano

Convenio GSSP/ATP-022/09 - GS -222/09

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, representada pelo seu titular, Antônio Ferreira Pinto, e esta, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, representada pelo Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel PM Álvaro Batista Camilo, de um lado, e de outro, o Município de São Paulo, representado pelo Prefeito Municipal, Gilberto Kassab, doravante denominados "Estado" e "Município", autorizados respectivamente, pela Lei 684, de 30 de setembro de 1975, pelo Decreto 22.171, de 8 de maio de 1984 e pela Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 13.278 de 07 de janeiro de 2002, pelo Decreto nº 49.539, de 29 de maio de 2008 e pela Portaria Intersecretarial 06/08 SF/SEMPA.

O Estado assume compromisso de executado no Município os serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento e de prevenção de acidentes, os quais ficarão a cargo das Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, de acordo com as leis vigentes e em consonância com as diretrizes do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Instituído pelo Decreto Municipal nº 49.071 de 19 de dezembro de 2007, instância colegiada de deliberação e Coordenação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, implantado pela Lei Federal 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Lei 12350/97 Decreto 37302/98 Portaria 49/99 Concede incentivo fiscal a pessoa física ou jurídica que se proponha a promover ou patrocinar, custear total ou parcialmente, o projeto de execução de obras de recuperação de fachadas e demais elementos, ou conservação externa em imóveis próprios ou de terceiros, tombados por órgão federal, estadual ou municipal, ou preservado em razão do seu valor histórico, cultural, estético, arquitetônico ou paisagístico nos termos da legislação vigente.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
30	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e do Trabalho	SEMDET

Descrição da Legislação

- Lei nº. 13.118 de 10 de abril de 2001 - Dispõe sobre associação do município em associação civil ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e da outras providências;

- Lei nº. 13.164 de 05 de julho de 2001 - Cria a Secretária do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade - SDTS, e dá outras providências;

- Lei nº. 13.178 de 17 de setembro de 2001 - Institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo, e da outras providências;

- Lei nº. 13.689 de 19 de dezembro de 2003 - Dá nova redação os dispositivos da Lei nº. 13.178 de 17/09/2001, que institui o Programa de Crédito Popular Solidário e dá outras providências, bem como altera sua denominação para Programa Operação Trabalho.

- Lei nº. 13.779 de 19 de março de 2004 - Dispõe sobre normas do Programa Começar de Novo - PCN e Revoga a Lei nº. 13.162 de 05 de julho de 2011;

- Lei nº. 13.808 de 12 de maio de 2004 - Institui o Programa Capacitação Ocupacional e Utilidade Coletiva - PCOUC, no município de São Paulo, e da outras providências;

- Lei nº. 13.841 de 07 de junho de 2004 - Dispõe sobre normas do Programa Bolsa Trabalho - PBT e revoga a Lei nº. 13.1365 de 05 de julho de 2001;

LEI Nº 14.007, DE 20 DE JUNHO DE 2005 - Cria, denomina e implanta o Centro de Emprego e Solidariedade ao Trabalhador, nas regiões de cada Subprefeitura da Capital, e dá outras providências.

LEI Nº 14.654, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007 - Dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo.

LEI Nº 14.888, DE 19 DE JANEIRO DE 2009 - Altera dispositivos da Lei nº 14.654, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo.

LEI Nº 15.247, DE 26 DE JULHO DE 2010 - Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho - SEMDET.

DECRETO NO 41044, DE 24 DE AGOSTO DE 2001. Regulamenta a lei n. 13118, de 10 de abril de 2001, que dispõe sobre associação do município a entidade denominada credito popular solidário, bem como autoriza a celebração de convênios, com o objetivo de conceder credito a micro e pequenos empreendedores instalados no território nacional.

DECRETO Nº 44.484, DE 10 DE MARÇO DE 2004 - Regulamenta o Programa Operação Trabalho, instituído Pela Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, com a redação dada pela Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003.

DECRETO Nº 44.661, DE 23 DE ABRIL DE 2004 - Dá nova redação ao § 1º do artigo 7º do Decreto nº 44.484, de 10 de março de 2004, que regulamenta o Programa Operação Trabalho.

DECRETO Nº 45.400, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004 - Regulamenta a Lei nº 13.841, de 7 de junho de 2004, que dispõe sobre normas do Programa Bolsa-Trabalho - PBT e revoga a Lei nº 13.163, de 5 de julho de 2001.

DECRETO Nº 44.548, DE 30 DE MARÇO DE 2004 - Regulamenta a Lei nº 13.799, de 19 de março de 2004, que dispõe sobre normas do Programa Começar de Novo - PCN e revoga a Lei nº 13.162, de 5 de julho de 2001.

DECRETO Nº 44.844, DE 14 DE JUNHO DE 2004 - Regulamenta a emissão e demais características dos Certificados de Potencial Adicional de Construção, previstos no artigo 34 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e no artigo 230 da Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002.

DECRETO Nº 45.683, DE 1º DE JANEIRO DE 2005 - Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.

DECRETO Nº 45.810, DE 1º DE ABRIL DE 2005 - Introduz modificações no Decreto nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005, que dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.

DECRETO Nº 46.002, DE 28 DE JUNHO DE 2005 - Confere nova redação ao inciso IV do artigo 5º do Decreto nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005.

DECRETO Nº 46.107, DE 19 DE JULHO DE 2005 - Delega competência ao Secretário Municipal do Trabalho para representar o Município de São Paulo na assinatura do Termo de Cooperação a ser celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, visando à implementação do Projeto Capacitação Profissional para o Trabalho Decente na Cidade de São Paulo.

DECRETO Nº 46.358, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005 - Delega competência ao Secretário Municipal do Trabalho para representar o Município de São Paulo na assinatura do Termo de Cooperação a ser celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU, por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, visando à implementação do Projeto "Políticas de Emprego para o Município de São Paulo".

DECRETO Nº 47.911, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 - Institui o Selo Diversidade no Trabalho - Cidade de São Paulo como instrumento de fomento à superação da discriminação racial e de gênero no ambiente de trabalho.

DECRETO Nº 48.593, DE 7 DE AGOSTO DE 2007 - Autoriza, em caráter excepcional, a gestão e a execução, pela Secretaria do Governo Municipal, dos projetos que especifica.

DECRETO Nº 48.932, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007 - Transfere para a Secretaria Municipal do Trabalho a



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
30	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e do Trabalho	SEMDET
	<p>gestão, execução, operacionalização e controle do projeto "Plano de Negócios on-line do Portal do Comitê de Desenvolvimento do Município de São Paulo", a que se refere o Decreto nº 48.593, de 7 de agosto de 2007, bem como a fiscalização dos serviços a serem contratados para a sua implementação e a prestação de contas referente aos recursos recebidos.</p> <p>DECRETO Nº 50.567, DE 13 DE ABRIL DE 2009 - Regulamenta a Lei nº 14.654, de 20 de dezembro de 2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.888, de 19 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Programa de Incentivos Seletivos para regiões da Zona Leste do Município de São Paulo, bem como cria o Comitê Executivo "Zona Leste"</p> <p>DECRETO Nº 50.995, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009 - Altera a denominação da Secretaria Municipal do Trabalho para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, bem como dispõe sobre sua reorganização e seu quadro de cargos de provimento em comissão; institui o Conselho Superior de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo, vinculado ao Gabinete do Prefeito; cria o Programa Agência de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo ADSAMPA e o Comitê de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo; transfere a vinculação da Companhia São Paulo de Parcerias SPP e as atribuições de gestão dos CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), conforme especifica.</p> <p>DECRETO Nº 51.096, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009 - Transfere para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho a gestão, a execução, a operacionalização e o controle do projeto "Mapeamento das Atividades Ligadas às Áreas das Ciências da Vida, Saúde e Biotecnologia na Cidade de São Paulo", a que se refere o Decreto nº 48.593, de 7 de agosto de 2007.</p> <p>DECRETO NO: 51645, DE 20 DE JULHO DE 2010. Altera artigo 4º do Decreto 41044, de 24/08/01, que regulamenta a Lei 13118, de 10/04/01, dispõe sobre associação do município a entidade denominada crédito popular solidário, como autoriza celebração de convênios, com objetivo conceder crédito a micro pequenos empreendedores instalados no território municipal.</p> <p>DECRETO Nº 51.938, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010 - Confere as Secretarias Municipais de Coordenação das Subprefeituras e de e de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho as atribuições decorrentes da guarda provisória, pelo Município de São Paulo, do imóvel que especifica.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI

Descrição da Legislação

Lei Municipal n.º 13.165, de 06/7/2001 - Cria a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, estabelecendo as suas principais atribuições e a sua estrutura do quadro de cargos inicial.

Decreto Municipal n.º 45.731, de 22/02/2005 - Altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica

Decreto Municipal n.º 46.395, de 28/9/2005 - Altera parcialmente a estrutura do quadro de cargos da Secretaria Municipal de Relações Internacionais

Decreto Municipal n.º 48.132, de 13/02/2007 - Delega competência para nomeação e exoneração de titulares de cargos e funções de provimento em comissão nas hipóteses e condições que especifica.

Decreto Municipal n.º 48.283, de 19/4/2007 - Transfere para o Gabinete de Relações Internacionais cargo de Assistente Técnico I, referência DAS 09, de livre provimento em comissão pelo Prefeito.

Decreto Municipal n.º 48.449, de 20/6/2007 - Delega competência e subdelegação de competência para autorizar o pagamento da indenização por exercício de fato prevista no Decreto nº 31.712/1992.

Decreto Municipal n.º 48.450 de 20/6/2007 - Introduce alterações nos art. 1º e 4º do Decreto n.º 48.132/2007

Decreto Municipal n.º 48.752, de 22/9/2007 - Introduce alterações no art. 1º do Decreto 48.132/2007.

Decreto Municipal n.º 51.310, de 26/02/2010- Transfere para o Gabinete de Relações Internacionais cargo de Coordenador, referência DAS 10, de livre provimento em comissão pelo Prefeito, dentre servidores municipais.

Decreto Municipal n.º 51.795, de 18/09/2010 - Confere novas atribuições a Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI, cria a Assessoria de Receptivo Internacional e transfere cargos do quadro específico de cargos de provimento em comissão de que trata o decreto n.º. 45.751, de 04 de março de 2005, para a referida assessoria.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
32	Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	OGMSP

Descrição da Legislação

LEI 13.167 6/7/2001 Cria a Ouvidoria Geral do Município de São Paulo e dá outras providências (PL 285/01)

DECRETO 40.248 19/1/2001 Institui no Gabinete da Prefeita, a Ouvidoria Geral do Município, e dá outras providências.

DECRETO 45.683 2/1/2005 Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.

DECRETO 46.231 26/8/2005 Acrescenta o Inc. XXI ao artigo 1 do Decreto 45.683, de 01/01/05, que dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
34	Secretaria Municipal de Participação e Parceria	SMPP

Descrição da Legislação

LEI 11.242 25/9/1992 - Dispõe sobre o Grande Conselho Municipal do Idoso, e da outras providências.

LEI 11.321 23/12/1992 - Cria a Coordenadoria Especial do Negro-CONE, e dá outras providências.

LEI 11.336 30/12/1992 - Cria a Coordenadoria Especial da Mulher.

LEI 13.169 11/7/2001 - Dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias, que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento em comissão, e dá outras providências. Art. 82 - A Casa Eliane de Grammont e a Casa Abrigo Helenira Rezende de Souza Nazareth, instituída pelo Decreto nº 32.335, de 25 de dezembro de 1992, na condição de projetos-piloto, passam a ter caráter definitivo, mantidas suas respectivas competências e a vinculação à Coordenadoria Especial da Mulher - CEM.

LEI 13.280 8/1/2002 - Dispõe sobre a criação da Casa Municipal de Apoio a Mulher.(PL 604/01)

LEI 13.321 6/2/2002 - Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool.

LEI 13.791 13/02/2004 - Cria o Programa Municipal de Combate ao Racismo e o Programa de Ações Afirmativas para Afro-Descendentes da Prefeitura Municipal de São Paulo e dá outras providências.

LEI 13.834 27/05/2004 - Institui a Política Municipal do Idoso.

LEI 14.667 14/01/2008 - Cria a Secretaria Municipal de Participação e Parceria - SMPP, bem como dispõe sobre seu quadro de Cargos de Provimento em Comissão. PL 796/07.

LEI 14.668 14/01/2008 - Institui a Política Municipal de Inclusão Digital e cria o Fundo Municipal de Inclusão Digital.

LEI 14.687-12/02/2008-Cria, no Município de São Paulo, o Conselho Municipal da Juventude, e da outras providências. (PL293/05).

LEI 15.408 11/07/2011- Cria o Conselho Municipal de Participação da Comunidade Nordestina.

PORTARIA 630 de 09/11/2001 Disciplina os Procedimentos que deverão ser adotados para a Casa Abrigo Helenira Rezende de Souza Nazareth conforme previsto no artigo 5. do DECRETO 40.533/01 - Regime de Adiantamento.

PORTARIA INTERSECRETARIAL 6/08 (SF) - SF/SEMPA, Normas Relativas as Transferências de Recursos do Município de São Paulo Mediante Convênios.

PORTARIA 55/2011/SMPP - Dispõe sobre a delegação de competência ao Chefe de Gabinete para realização de atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira e aos procedimentos licitatórios/administrativos.

PORTARIA 81/2011/SMPP - Aprova normas para registro de ONGS.

DECRETO 28.245-10/11/1989-Cria a Coordenadoria Especial da Mulher, e da outras providências.

DECRETO 32.335 de 25/09/1992 Cria na condição de Projeto-Piloto, A Casa Eliane de Grammont e a Cada Abrigo Helenira Rezende de Souza Nazareth, e da outras Providências.

DECRETO 41.985 de 14/05/2002 Regulamenta a Lei nº 13.280, de 8 de Janeiro de 2002, que dispõe sobre a criação da casa municipal de apoio à mulher.

DECRETO 44.149 24/11/2003 Cria a Casa Brasilândia - Centro de Atendimento a Mulher, Vinculada a Coordenadoria Especial da Mulher - CEM, da Secretaria do Governo Municipal.

DECRETO 45.683 1/1/2005 Dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta. (Art. 1º, XIX; Art. 5º, V; Art. 7º II.)

DECRETO 46.037 4/7/2005 Institui o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual.

DECRETO 46.080 15/7/2005 Altera disposições do DECRETO 46.037, de 04/07/2005, que institui o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual.

DECRETO 46.716-06/12/2005-Transfere a gestão administrativa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD para a Secretaria Especial para Participação e Parceria - SEPP.

DECRETO 46.856 26/12/2005 Reorganiza as atividades do Governo Eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo

DECRETO 47.635 31/08/2006 Cria a INCUBADORA de Projetos Sociais Autofinanciados do Município de São Paulo.

DECRETO 47.897 20/11/2006 Cria o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo.

DECRETO 48.092 10/11/2007 Altera o Decreto 47.897/2006.

DECRETO 48.147 16/02/2007 Cria o Programa São Paulo em Paz.

DECRETO 48.213 21/03/2007 Altera a Denominação e as Atribuições da Coordenadoria Especial para Participação e Parceria.

DECRETO 48.495 05/07/2007 Institui o Programa de Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

DECRETO 48.592-06/08/2009 - Regulamenta o Regime de Adiantamento previsto na lei n. 10513, de 11 de maio de 1988, alterada pela lei n. 14159, de 16 de maio de 2006.

DECRETO 48.850-22/10/07-Altera os artigos 2. e 3.,bem como revoga o Artigo 4., todos do Decreto 46.037, de 4 de julho de 2005, com modificações introduzidas pelo Decreto 46.080, de 15 de julho de 2005, que institui o



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
34	Secretaria Municipal de Participação e Parceria Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual. DECRETO 49.134 14/01/2008 Dispõe sobre a Vinculação da Coordenadoria de Inclusão Digital , Prevista no DECRETO 46.856, de 26/12/2005, A Secretaria Municipal de Participação e Parceria. DECRETO 49.183-07/02/2008-Transfere cargos de provimento em comissão para os órgãos municipais indicados, com as alterações de lotação e de denominação nos casos que especifica. DECRETO 49.484-08/05/2008-Altera os artigos 2. e 3. do Decreto n. 46.037, de 4 de julho de 2005, que institui o Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual, com as modificações introduzidas pelos Decretos n. 46.080, de 15 de julho de 2005, e n. 48.850, de 22 de outubro de 2007. DECRETO 49.539 29/05/2008 Dispõe sobre normas relativas as Transferências de Recursos do Município de São Paulo Mediante Convênios. DECRETO 49.619 29/05/2008 Altera Dispositivo do DECRETO N. 49.539, de 29/05/2008. DECRETO 49.714 07/07/2008 Acrescenta o parágrafo 3. ao Artigo 4. do DECRETO N. 49.539, de 29 Maio de 2008, que dispõe sobre as normas relativas as Transferências de Recursos no Município de São Paulo Mediante Convênios. DECRETO 49.795, de 22/07/2008 Cria, na Secretaria Municipal de Participação e Parceria, a Coordenadoria de Atenção às Drogas, bem como transfere cargos do Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão a que se refere o Decreto nº 45.751, de 4 de março de 2005. DECRETO 49.983-02/09/2009 Regulamenta a Lei n. 14687, de 12 de fevereiro de 2008, que cria, no Município de São Paulo, o Conselho Municipal da Juventude. DECRETO 50.554 07/04/2009 Regulamenta a Lei nº 14.668/2008. DECRETO 50.741 16/07/2009-Institui o Programa Escola Estufa Lucy Montoro e autoriza o Secretário Municipal de Participação e Parceria a firmar termos de cooperação e de parceria com subprefeituras e entidades privadas sem fins lucrativos, objetivando a implantação do programa. DECRETO 51.015 09/11/2010 Institui os Centros de Cidadania da Mulher; DECRETO 51.095 11/12/2009 Acresce Inciso V ao Paragrafo Unico do Artigo 1. do Decreto n. 49539, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre as Normas Relativas as Transferências de Recursos do Município de São Paulo mediante Convênios. DECRETO 51.301 23/02/2010-Altera o Artigo 2. do Decreto n. 46037, de 4 de julho de 2005, que institui o Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual, com as modificações introduzidas pelos Decretos n. 46080, de 15 de julho de 2005, n. 48850, de 22 de outubro de 2007, e n. 49484, de 8 de maio de 2008. DECRETO 51.915 09/11/2010 - Institui os Centros de Cidadania da Mulher. DECRETO 52.070 05/01/2011 - Transfere o Pólo Cultural da 3ª Idade para a Secretaria Municipal de Participação e Parceria.	SMPP



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	SMPED

Descrição da Legislação

LEI 5.336 DE 02 DE SETEMBRO DE 1957 - Dispõe sobre a nomeação e admissão de cegos e pessoas de capacidade física reduzida, para exercício de função e cargos públicos, concede isenção de tributos municipais, e da outras providências.

LEI 5.440 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1957 - Estabelece medidas de proteção em benefício dos vendedores ambulantes de capacidade física reduzida. Regulamentada pelo Decreto 4575/60.

LEI 5.690 DE 08 DE FEVEREIRO DE 1960 - Dispõe que os surdos e surdos-mudos poderão ser nomeados ou admitidos para cargos ou funções públicas, cujo desempenho seja compatível com a deficiência de que forem portadores, e da outras providências.

LEI 6.665 DE 01 DE JUNHO DE 1965 - Acrescenta parágrafo único no artigo 2º da Lei 5.690/60 e da outras providências.

LEI 8.438 DE 20 DE SETEMBRO DE 1976 - Dispõe sobre organização da educação de deficientes auditivos no Ensino Municipal, e dá outras providências.

LEI 10.012 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1985 - Dispõe sobre os assentos reservados para o uso por gestantes, mulheres portando bebês ou crianças de colo, idosos e deficientes físicos, nos veículos de transporte coletivo de passageiros.

LEI 10.072 DE 09 DE JUNHO DE 1986 - Dispõe sobre a instalação de bancas de jornal e revistas em logradouros públicos e dá outras providências Artigos 1º, 2º, 5º, §1º Regulamentada pelo Decreto 22.709/86 (parágrafo 2º).

LEI 10.205 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1986 - Disciplina a expedição de licença de funcionamento e dá outras providências. Redação dada pelas Leis 11.785/95, 13.537/03; alterada pela Lei 14.028/05. Decreto 41.532/01 regulamenta emissão de termo de consulta, auto de licença e alvará de funcionamento (Parágrafo único).

LEI 10.508 DE 04 DE MAIO DE 1988 - Dispõe sobre a limpeza nos imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção de passeios, e dá outras providências. Art.10 e parágrafo único. Regulamentada pelo Decreto 27.505/88 (Art. 10º).

LEI 10.832 DE 05 DE JANEIRO DE 1990 - Determina tratamento prioritário às pessoas portadoras de deficiências físicas.

LEI 10.880 DE 17 DE SETEMBRO DE 1990 - Autoriza o Executivo Municipal a criar escolas para crianças portadoras de deficiência mental, e dá outras providências.

LEI 11.039 DE 23 DE AGOSTO DE 1991 - Disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do município de São Paulo. (art. 4º)

LEI 11.056 DE 04 DE SETEMBRO DE 1991 - Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênios com entidades, reconhecidas como de utilidade pública, que mantenham cursos básicos ou especiais de alfabetização para crianças excepcionais. Regulamentada pelo Decreto 31.384/92.

LEI 11.065, DE 04 DE SETEMBRO DE 1991. - Torna obrigatória a adaptação dos estádios desportivos para facilitar o ingresso, locomoção e acomodação dos deficientes físicos, especialmente os paraplégicos.

LEI 11.101 DE 29 DE OUTUBRO DE 1991 - Dispõe sobre a entrega de livros aos deficientes físicos em suas residências, para leitura e pesquisa nas bibliotecas municipais.

LEI 11.111 DE 31 DE OUTUBRO DE 1991. - Altera o valor das multas pela prática de infração às normas reguladoras do comércio e logradouros, e dá outras providências (Art. 5º).

LEI 11.109 DE 31 DE OUTUBRO DE 1991 - Institui nos órgãos da administração municipal, setor especial para atendimento de idosos, gestantes e portadores de deficiência

LEI 11.119 DE 08 DE NOVEMBRO DE 1991. - Dispõe sobre a construção de salas, para cinema e teatro em Centros comerciais do Município de São Paulo Art. 3º Regulamentada pelo Decreto 31.335/92.

LEI 11.228 DE 25 DE JUNHO DE 1992. - Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis revoga a Lei 8266, de 20 de junho de 1975, com as alterações adotadas por leis posteriores, e dá providências (item 9.1.3).

LEI 11.248 DE 1º DE OUTUBRO DE 1992 - Dispõe sobre o atendimento preferencial de gestantes, mães com crianças de colo, idosos e deficientes em estabelecimentos comerciais, de serviços e similares e da outras providências.

LEI 11.250 DE 1º DE OUTUBRO DE 1992. - Dispõe sobre a isenção de tarifa no sistema de transporte coletivo do Município aos deficientes físicos e mentais, e dá outras providências.

LEI 11.257 DE 07 DE OUTUBRO DE 1992.- Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a implantar o serviço de Rádio Perua, destinado ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência física.

LEI 11.315 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1992 - Dispõe sobre o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD, e da outras providências.

LEI 11.326, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992. - Dispõe sobre o atendimento aos alunos com necessidades especiais. Regulamentada pelo Decreto 33.793/93.

LEI 11.345, DE 14 DE ABRIL DE 1993. - Regulamenta as Leis nº. 11.345, de 14 de abril de 1993, e nº. 11.424, de



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	SMPED
	<p>30 de setembro de 1993, que dispõem sobre exigências relativas à adaptação das edificações à pessoa portadora de deficiência, e dá outras providências</p> <p>LEI 11.353, DE 22 DE ABRIL DE 1993.-Fica a rede hospitalar do Município de São Paulo obrigada a fornecer, quando necessário, próteses e cadeiras de rodas para deficientes físicos.</p> <p>LEI 11.369 DE 17 DE MAIO DE 1993. - Cria uma classe especial para alunos excepcionais mentais educáveis, a cada nova implantação de Escola Municipal.</p> <p>LEI 11.859 DE 31 DE AGOSTO DE 1993. Acrescenta subitem ao item 9.5.3. da Seção 9.5 do Capítulo 9 do anexo 8 da Lei Municipal nº 11.228 de 25 de junho de 1992, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações (Parágrafo 1º)</p> <p>LEI 11.424 DE 30 DE SETEMBRO DE 1993 - Dispõe sobre o acesso de pessoas deficientes físicas a cinemas, teatros e casas de espetáculos.</p> <p>LEI 11.441 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993 - Dispõe sobre instalação ou adaptação de box com sanitários destinados aos usuários de cadeiras de rodas nas seguintes edificações: locais de reunião com mais de 100 (cem) pessoas; qualquer outro uso com mais de 60 (sessenta) pessoas</p> <p>LEI 11.468 DE 12 JANEIRO DE 1994 - Dispõe sobre a colocação de assentos nas farmácias e drogarias, e dá outras providências (Art. 1º §2º).</p> <p>LEI 11.506 DE 13 DE ABRIL DE 1994 - Dispõe sobre a criação de vagas especiais para estacionamentos de veículos dirigidos ou conduzindo pessoas deficientes nas vias públicas municipais e da outras providências.</p> <p>LEI 11.602 DE 12 JULHO DE 1994 - Autoriza o Executivo a adaptar pelo menos um veículo às necessidades das pessoas deficientes físicas em todas as linhas de ônibus d Cidade de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>LEI 11.607 DE 13 DE JULHO DE 1994 - Dispõe sobre a criação de Oficinas Abertas de Trabalho para ensino e profissionalização de deficientes físicos.</p> <p>LEI 11.785 DE 26 MAIO DE 1995 - Altera a redação do art. 1º e do art. 6º da Lei 10. 250 de 4 de dezembro de 1986 que disciplina a expedição de licença de funcionamento, e dá outras providências (Parágrafo único).</p> <p>LEI 11.859, DE 31 DE AGOSTO DE 1995.- Determina que todos os elevadores existentes em prédios da Capital, especialmente aqueles desprovidos de ascensoristas, devem incluir na botoeira de cabine sinalização em braille.</p> <p>LEI 11.992, DE 16 DE JANEIRO DE 1996. - Dispensa a parada dos ônibus urbanos nos pontos normais de parada de embarque e desembarque de passageiros para desembarque de portadores de deficiência física.</p> <p>LEI 11.995 DE 16 DE JANEIRO DE 1996. - Veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos municipais ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Município de São Paulo.</p> <p>LEI 11.987 DE 16 DE JANEIRO DE 1996 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação nos parques do município de São Paulo, de pelo menos um brinquedo destinado para as crianças portadoras de doenças mentais ou deficiência física.</p> <p>LEI 12.002 DE 23 JANEIRO DE 1996 - Dispõe sobre permissão de uso de passeio público fronteiriço a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras, e dá outras providências (Art.1º I-)</p> <p>LEI 12.037 DE 11 DE ABRIL DE 1996 - Dispõe sobre a prioridade para os deficientes no uso das piscinas e outros equipamentos dos clubes municipais.</p> <p>LEI 12.117, DE 28 DE JUNHO DE 1996. - Dispõe sobre o rebaixamento de guias e sarjetas para possibilitar a travessia de pedestres e de pessoas portadoras de deficiências físicas.</p> <p>LEI 12.155 DE 30 DE JULHO DE 1996. - Autoriza o Exercício a celebrar convênios com a Fundação Dorina Nowill para Cegos, e dá outras providências.</p> <p>LEI 12.360 DE 13 DE JUNHO DE 1997 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de cadeira de rodas dotadas de cesto acondicionador de compras em supermercados de grande porte e da providências.</p> <p>LEI 12.363 DE 13 DE JUNHO DE 1997 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de cardápios impressos em Braille em bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e similares, no Município de São Paulo. Regulamentada pelo Decreto 36.999/97.</p> <p>LEI 12.365 DE 13 DE JUNHO DE 1997 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento preferencial a deficientes físicos, idosos e gestantes nos postos de saúde e hospitais municipais.</p> <p>LEI 12.368 DE 13 DE JUNHO DE 1997 - Dispõe sobre a adequação das unidades esportivas municipais a deficientes, idosos e gestantes.</p> <p>LEI 12.492 DE 10 DE OUTUBRO DE 1997 - Assegura o ingresso de cães guia para deficientes visuais em locais de uso público ou privado.</p> <p>LEI 12.499 DE 10 DE OUTUBRO DE 1997 - Altera a redação do §2º do art. 7º da Lei 11.315 de 21 de dezembro de 1992, que criou o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente e o CMPD e dá outras providências.</p> <p>LEI 12.556 DE 08 DE JANEIRO DE 1998 - Institui o Programa de Saúde Auditiva para as crianças no Município de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>LEI 12.561 DE 08 DE JANEIRO DE 1998 - Dispõe sobre a criação de locais específicos, reservados</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	SMPED
	exclusivamente para deficientes físicos que necessitem de cadeiras de rodas para sua locomoção, nos Estádios de Futebol e Ginásios Esportivos do Município de São Paulo e dá outras providências. LEI 12.597 DE 16 DE ABRIL DE 1998 - Dispõe sobre a destinação preferencial dos apartamentos localizados nos andares térreos dos edifícios construídos pelo poder público municipal nos programas de habitação popular, para os deficientes físicos, e da outras providências. LEI 12.753 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1998 - Institui no Município de São Paulo o Programa de Integração e Escolarização de Deficientes Visuais. LEI 12.815 DE 06 DE ABRIL DE 1999 - Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.424, de 30 de setembro de 1993, que dispõe sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência física à cinemas, teatros, casas de espetáculo e estabelecimentos bancários. LEI 12.821 DE 07 DE ABRIL DE 1999 - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários com acesso único através de porta giratória manterem acesso, em rampa quando for o caso, para pessoas portadoras de deficiência física, que se locomovem em cadeiras de roda e da outras providências. LEI 12.975 DE 22 DE MARÇO DE 2000 - Dispõe sobre a concessão de meia entrada para maiores de 65 anos e portadores de deficiência nos espetáculos culturais, artísticos e esportivos promovidos ou subsidiados pelo governo municipal ou órgão da administração indireta. LEI 13.036 DE 18 DE JULHO DE 2000 - Altera o Art. 3º da Lei nº 11.248, de 1º de outubro de 1992, que dispõe sobre o atendimento preferencial de gestantes, mães com crianças de colo, idosos e deficientes em estabelecimentos comerciais, de serviço e similares. LEI 13.304 DE 21 DE JANEIRO DE 2002 - Reconhece, no âmbito do município de São Paulo a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, como língua de instrução e meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda, e da outras providências. LEI 13.307 DE 23 DE JANEIRO DE 2002 - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos supermercados e similares localizados no município de São Paulo, a possuírem cadeiras de rodas acopladas a carrinhos de compras e da outras providências. LEI 13.383, DE 3 DE JULHO DE 2002 - Dispõe sobre a concessão de aposentadoria em razão de doença grave, contagiosa ou incurável, regulamentando o artigo 166, inciso I da Lei nº 8.989/79 e dá outras providências. LEI 13.398 DE 31 DE JULHO DE 2002 - Dispõe sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência a cargos e empregos públicos da prefeitura do município de São Paulo, nos limites que especifica, e da outras providências. LEI 13.430, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 - Plano Diretor Estratégico. Art. 7º LEI 13.696 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 - Trata da disponibilidade de Bíblias em braile nas bibliotecas públicas municipais e da outras providências. LEI 13.714 DE 07 DE JANEIRO DE 2004 - Dispõe sobre a implantação de dispositivos para instalação de equipamentos de telefonia destinado ao uso de pessoas portadoras de deficiência auditiva, deficiência da fala e surdas, em edificações que especifica, e da outras providências. LEI 13.885, DE 25 DE AGOSTO DE 2004 - Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo- Art.6 §6º. LEI 13.948 DE 20 DE JANEIRO DE 2005 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito, de colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente no setor de caixas, para dar atendimento digno e profissional aos seus clientes. LEI 14.011 DE 23 DE JUNHO DE 2005 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de curso específico para condutores e auxiliares de transporte escolar e dá providências. (art. 1º) LEI 14.012 DE 23 DE JUNHO DE 2005 - Cria o disque informação para o deficiente visual e dá outras providências. LEI 14.028, DE 8 DE JULHO DE 2005 - Altera a redação do § 3º e acrescenta § 4º ao art. 6º da Lei nº 10.205, de 04 de dezembro de 1986, com a redação conferida pela Lei nº 11.785, de 26 de maio de 1995, e pela Lei nº 13.537, de 19 de março de 2003. LEI 14.073 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005 - Dispõe sobre a criação do programa municipal para cuidar de políticas públicas e ações voltadas às pessoas com deficiência visual no âmbito do município de São Paulo. LEI 14.090 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005 - Autoriza a instalação, nas praças e parques municipais, de equipamentos especialmente desenvolvidos para crianças cadeirantes, nas condições que especifica. LEI 14.189 DE 17 DE JULHO DE 2006 - Institui o Dia Municipal do Deficiente Surdo cego, e dá outras providências. LEI 14.198 DE 1º DE SETEMBRO DE 2006 - Dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para idosos e deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares e dá outras providências. LEI 14.346 DE 05 DE ABRIL DE 2007 - Institui a Semana de Conscientização da Inclusão e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência Física ou Mobilidade Reduzida, e dá outras providências. LEI 14.401 DE 21 DE MAIO DE 2007 - Dispõe sobre a prestação de serviço de transporte individual de pessoas	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	SMPED
	com deficiência ou mobilidade reduzida, em táxis e da outras providências. LEI 14.408 DE 22 DE MAIO DE 2007 - Institui, no Município de São Paulo, serviço de atendimento e informação às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. LEI 14.441 DE 20 DE JUNHO DE 2007 - Dispõe sobre a criação da Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais Libras e Guias-Intérpretes para surdo cegos, no âmbito do Município de São Paulo. LEI 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007 - Consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências. LEI 14.640 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007 - Dispõe sobre a flexibilização do horário de trabalho de servidores responsáveis legais por pessoas portadoras de necessidades especiais. LEI 14.659, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007. - Cria a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SMPED, bem como dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão. LEI 14.671 DE 14 DE JANEIRO DE 2008 - Cria o Programa Municipal de Reabilitação da Pessoa com Deficiência Física e Auditiva. LEI 14.672 DE 14 DE JANEIRO DE 2008 - Cria o Programa de Cadastro de Profissionais Portadores de Necessidades Especiais, no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo, para os fins que especifica e dá outras providências. LEI 14.675 DE 23 DE JANEIRO DE 2008. - Institui o Plano Emergencial de Calçadas -PEC. LEI 14.900 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2009 - Dispõe sobre a gratuidade de transporte público para acompanhamento de pessoas com necessidades especiais, casa, escola, e dá outras providências. LEI 14.955, DE 7 DE JULHO DE 2009. - Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de banheiros químicos adaptados para uso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em eventos realizados no Município de São Paulo. LEI 15.034 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009 - Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia Municipal de Luta pela Educação Inclusiva, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de abril, e dá outras providências. LEI 15.096, DE 5 DE JANEIRO DE 2010 - Dispõe sobre o Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão para a identificação, mapeamento e cadastramento do perfil socioeconômico das Pessoas com Deficiência ou mobilidade Reduzida, no âmbito do Município de São Paulo. LEI 15.202, DE 18 DE JUNHO 2010 - Estabelece diretriz de acessibilidade a ser observada pelos cemitérios públicos municipais, e dá outras providências. LEI 15.358, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011 - Dispõe sobre a exclusão das áreas acrescidas, cobertas ou descobertas, de uso privativo e exclusivo, decorrentes da promoção das ações para assegurar as condições de acessibilidade e desenho universal, do cálculo da área útil fixada como limite máximo de metragem de unidade habitacional caracterizada como Habitação de Interesse Social - HIS, nas condições que especifica. DECRETO Nº 4.575, de 27 DE JANEIRO DE 1960. - Regulamenta a Lei nº 5.440, de 20 de dezembro de 1957 que estabelece medidas de proteção em benefício dos vendedores ambulantes de capacidade física reduzida. Redação do artigo 3º alterada pelo Decreto 5112/61.- DECRETO Nº 4.883, DE 22 DE SETEMBRO DE 1960 Dispõe sobre a criação do Instituto Municipal de Educação de Surdos e dá outras providências DECRETO Nº 6.303, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965. - Regulamenta a Lei nº 5.690, de 8 de fevereiro de 1960, e dá outras providências. DECRETO Nº 17.261, DE 09 DE ABRIL DE 1981. - Dispõe sobre reserva de assento, em ônibus e trólebus, destinado ao uso preferencial de pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. DECRETO Nº 17.593, DE 14 DE OUTUBRO DE 1981. - Permite, a título precário e remunerado, nas áreas situadas nas pontas das feiras livres, a venda de produtos diversos e dá outras providências. Artigo 4º revogado pelo Decreto 27.929/89. DECRETO Nº 22.709, DE 5 DE SETEMBRO 1986. - Regulamenta a Lei nº 10.072, de 9 de junho de 1986, que dispõe sobre a instalação de bancas de jornal e revistas em logradouros públicos, e dá outras providências. - Arts. 1º; 2º, II; §§ 2º, a, 3º, 4º; 5º, I, IV a VII; 6º e parágrafo único e 30. DECRETO Nº 23.269, DE 07 DE JANEIRO DE 1987 - Dispõe sobre medidas destinadas a assegurar às pessoas deficientes condições adequadas de participação em concursos públicos e demais processos seletivos. DECRETO Nº 27.505, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1988. - Regulamenta a Lei nº 10.508 de 4 de maio de 1988, que dispõe sobre a limpeza nos imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção de passeios, e dá outras providências. - Arts. 27 e parágrafo único; 28. DECRETO Nº 28.004, DE 21 DE AGOSTO DE 1989. - Dispõe sobre a criação, junto à Secretaria dos Negócios Extraordinários, do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD, e dá outras providências DECRETO Nº 31.285 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992. - Regulamenta a Lei nº 11.101, de 29 de outubro de 1991, que dispõe sobre a entrega de livros a pessoas com deficiência física, em suas residências, para leitura e pesquisa nas Bibliotecas Municipais, e dá outras providências. DECRETO Nº 31.335, DE 19 DE MARÇO DE 1992. - Regulamenta a Lei nº 11.119, de 08 de novembro - de 1991,	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	SMPED
	<p>e dá outras providências. - Art. 3º.</p> <p>DECRETO Nº 31.384, DE 30 DE MARÇO DE 1992. - Regulamenta o disposto na Lei nº 11.056, de 4 de setembro de 1991, que autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênios com entidades reconhecidas como de utilidade pública, que mantenham cursos básicos ou especiais de alfabetização para crianças excepcionais, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 32.066, DE 18 DE AGOSTO DE 1992. - Institui Programa de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 32.975 DE 28 DE JANEIRO DE 1993. - Regulamenta a Lei nº 11.248, de 1º de outubro de 1992, que dispõe sobre o atendimento preferencial de gestantes, mães com crianças de colo, idosos e deficientes em estabelecimentos comerciais, de serviço e similares, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 33.793, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1993. - Regulamenta a Lei nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o atendimento aos alunos com deficiência, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 33.891, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1993. - Institui o Programa de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 35.161, DE 30 DE MAIO DE 1995. - Institui a Semana da Pessoa com Deficiência, a ser comemorada, anualmente, de 3 a 10 de dezembro, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 35.824, DE 23 DE JANRIO DE 1996. - Regulamenta a Lei nº 11.607, de 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a criação de Oficinas Abertas de Trabalho para ensino e profissionalização de deficientes físicos.</p> <p>DECRETO Nº 36.071 DE 09 DE MAIO DE 1996. - Institui, no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de São Paulo, Modalidade Comum, serviço destinado a atender pessoas com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 36.073 DE 9 DE MAIO DE 1996.- Dispõe sobre a reserva de vaga nos estacionamentos rotativos pagos, tipo Zona Azul, para veículos dirigidos ou conduzindo pessoas com deficiência ambulatorial, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 36.314, DE 20 DE AGOSTO DE 1996. - Institui Política de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência, no âmbito da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (FABES); oficializa o Programa de Atendimento aos Portadores de Deficiência (PRODEF), e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 36.428 DE 4 DE OUTUBRO DE 1996. - Regulamenta a Lei nº 12.037, de 11 de abril de 1996, que dispõe sobre a prioridade para pessoas com deficiência no uso das piscinas e outros equipamentos dos clubes municipais, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 36.434 DE 4 DE OUTUBRO DE 1996. - Regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.995, de 16 de janeiro de 1996, que veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos municipais ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Município de São Paulo. Nova redação pelo D.M. 37.248/97.</p> <p>DECRETO Nº 36.842, DE 08 DE MAIO DE 1997. - Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD, criado pela Lei nº 11.315 de 21 de dezembro de 1992, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 36.999 DE 12 DE AGOSTO DE 1997. - Regulamenta a Lei Nº 12.363, de 13 de junho de 1997 que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de cardápios impressos em "braille", em bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e similares, no Município de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 37.030 DE 27 DE AGOSTO DE 1997. - Regulamenta a Lei Nº 12.365 de 13 de junho de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento preferencial a pessoas com deficiência física, idosos e gestantes nos postos de saúde e hospitais municipais, e dá outras providências. (Inclui adaptações de piso, corrimãos, portas, elevadores, bebedouro, telefone público, local para cadeira de rodas e cadeiras especiais com braço de apoio).</p> <p>DECRETO Nº 37.031 DE 27 DE AGOSTO DE 1997. - Regulamenta a Lei nº 12.117, de 28 de junho de 1996, que dispõe sobre o rebaixamento de guias e sarjetas para possibilitar a travessia de pedestres com deficiência. Ver Resolução CPA 3/00.</p> <p>DECRETO Nº 37.248 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997. - Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 36.434/96, que regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.995, de 16 de janeiro de 1996, que veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos municipais ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Município de São Paulo.</p> <p>DECRETO Nº 37.484, DE 18 DE JUNHO DE 1998. - Regulamenta a Lei nº 12.495, de 10 de outubro de 1997, que institui o "Dia do Lazer para o Deficiente Físico", a ser comemorado no 1º (primeiro) sábado compreendido entre os dias 3 e 10 de dezembro de cada ano, dentro da Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, criada pelo Decreto nº 35.161, de 30 de maio de 1995.</p> <p>DECRETO Nº 37.583 DE 17 DE AGOSTO DE 1998.- Regulamenta a Lei nº 12.597, de 16 de abril de 1998, que dispõe sobre a destinação preferencial, para pessoas com deficiência física, de apartamentos localizados nos andares térreos de edifícios construídos pelo Poder Público Municipal, nos programas de habitação popular, e dá outras providências.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	SMPED
	<p>DECRETO Nº 37.648 DE 25 DE SETEMBRO DE 1998. - Institui o Selo de Acessibilidade, torna obrigatório o seu uso nos bens que especifica, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 37.649 DE 25 DE SETEMBRO DE 1998. - Regulamenta as Leis nº11.345, de 14 de abril de 1993, e nº 11.424, de 30 de setembro de 1993, que dispõem sobre exigências relativas à adaptação das edificações à pessoa com deficiência, e dá outras providências. Alterado pelo D.M. 38.443/99.</p> <p>DECRETO Nº 38.443 DE 7 DE OUTUBRO DE 1999. - Altera o Decreto nº 37.649, de 25 de setembro de 1998, que dispõe sobre exigências relativas à adaptação das edificações à pessoa com deficiência, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 39.651 DE 27 DE JULHO DE 2000. - Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA, e dá outras providências</p> <p>DECRETO Nº 39.879, DE 22 DE SETEMBRO DE 2000.-Regulamenta a Lei nº 12.867, de 1º de julho de 1999, que institui e oficializa o Campeonato Municipal do Atleta Portador de Deficiência Física, e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 41.986, DE 14 DE MAIO DE 2002. - Regulamenta a Lei nº 13.304, de 21 de janeiro de 2002, que reconhece, no âmbito do Município de São Paulo, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - como língua de instrução, meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda.</p> <p>DECRETO Nº 42.214, DE 22 DE JUNHO DE 2002. - Regulamenta a Lei nº 12.556, de 8 de janeiro de 1998, que institui o Programa de Saúde Auditiva para crianças no Município de São Paulo.</p> <p>DECRETO Nº 42.259, DE 06 DE AGOSTO DE 2002. - Regulamenta a Lei nº 13.224, de 27 de novembro de 2001, que instituiu a "Semana de Prevenção às Deficiências", a ser realizada, anualmente, no período de 21 a 28 de agosto.</p> <p>DECRETO Nº 45.122, DE 12 DE AGOSTO DE 2004. - Consolida a regulamentação das Leis nº 11.345, de 14 de abril de 1993, nº 11.424, de 30 de setembro de 1993, nº 12.815, de 6 de abril de 1999 e nº 12.821, de 7 de abril de 1999, que dispõem sobre a adequação das edificações para acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Revoga os Decretos 37.649/98 e 38.443/99.</p> <p>DECRETO Nº 45.415 DE 18 DE OUTUBRO DE 2004. - Estabelece diretriz para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino.</p> <p>DECRETO Nº 45.552 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004. - Dispõe sobre o Selo de Acessibilidade, instituído pelo Decreto 37.648, de 25 de setembro de 1998 (revogado). Torna obrigatório o seu uso nos bens que especifica e dá outras providências.</p> <p>DECRETO Nº 45.810 DE 01 DE ABRIL DE 2005. - Introduce modificações no Decreto nº 45.683, de 1º de janeiro de 2005, que dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta. Refere-se à criação da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; vinculação da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) e do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (com a denominação alterada para Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência) à Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida</p> <p>DECRETO Nº 45.811 DE 01 DE ABRIL DE 2005. - Dispõe sobre a organização da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SEPED; altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.</p> <p>DECRETO Nº 45.990 DE 20 DE JUNHO DE 2005. - Institui os Selos de Habitação Universal e de Habitação Visitável para unidades habitacionais unifamiliares e multifamiliares, já construídas ou em construção, que asseguram as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>DECRETO Nº 46.138 DE 27 DE JULHO DE 2005.- Altera dispositivos do Decreto nº 39.651, de 27 de junho de 2000, que instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA.</p> <p>DECRET Nº 46.604, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2005. - Confere nova redação ao caput e respectivo inciso XX do Artigo 2º do Decreto nº 39.651/00, que instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA.</p> <p>DECRETO 50.565 DE 09 DE ABRIL DE 2009. - Regulamenta a Lei nº. 14.900, de 6 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a gratuidade de transporte público para os acompanhantes de pessoas com deficiência, nos termos que especifica.</p> <p>DECRETO 51.778, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010. - Institui a Política de Atendimento de Educação Especial, por meio do Programa Incluir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	SMDU

Descrição da Legislação

Lei nº 14.879, de 07.01.2009 - Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
Lei nº 13.430, de 13.09.2002 - Institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. LEI Nº 13.885, de 25.08.2004 - Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo
Lei nº 10.237/1986, alterada pela Lei 14879/2009 - Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU)
Lei nº 11.774, 08.05.1995 - Dispões sobre a Operação Urbana Água Branca
Lei nº 14.917, de 07.05.2009 - Dispõe sobre a Concessão Urbanística no Município de São Paulo
Lei nº 14.918, de 07.05.2009 - Autoriza o Executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz.
Lei nº 14.933, de 05.06.2009 - Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.
Lei nº 14.223, de 26.09.2009 - Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.
Decreto nº 43.230, 22.05.2003 - Regulamenta o Conselho Municipal de Política Urbana e a Câmara Técnica de Legislação Urbanística
Decreto nº 43.415, de 02.07.2003 - Altera o artigo 4º do Decreto nº 43.230, de 22 de maio de 2003, que regulamenta o Conselho Municipal de Política Urbana e a Câmara Técnica de Legislação Urbanística.
Decreto nº 46.303, de 08.09.2005 - Dispõe sobre a coordenação e a execução do Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade de São Paulo - PROCENTRO
Decreto nº 46.780, de 12.12.2005 - Dispõe sobre a Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade de São Paulo - PROCENTRO
Decreto nº 50.736, de 15.07.2009 - Confere nova regulamentação ao Novo sistema de Informações Geográficas do Município de São Paulo.
Decreto nº 50.822, de 28.08.2009 - Dispõe sobre a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU e sua transferência da Secretaria Municipal de Habitação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Decreto nº 50.866, de 21.09.2009 - Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, instituído pelo artigo 42 da Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que estabelece a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.
Decreto nº 50.996, de 16.11.2009 - Art. 29 - Parágrafo único - Representação da SMDU nos conselhos e órgãos de deliberação coletivas, com normas disciplinadores tenha previsto a participação da Secretaria Municipal de Planejamento anteriormente à publicação da Lei nº 14.879, de 7 de janeiro de 2009
Decreto nº 51.295, de 17.02.2010 - Acrescenta alínea " I " aos incisos I e II do artigo 3º do Decreto nº 50.866, de 21 de setembro de 2009, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, instituído pelo artigo 42 da Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009.
Decreto nº 52.245, de 15.04.2011 - Introduce alterações nos incisos I e II do caput do artigo 3º do Decreto nº 50.866, de 21 de setembro de 2009 (1) , que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, instituído pelo artigo 42 da Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009 (2) .

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Lei nº 13.430, de 13.09.2002 - Institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo - em especial, os artigos 235 a 238.
Decreto nº 47.661, de 06.09.2006 - Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB, criado pelo artigo 235 e seguintes da Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002.
Decreto nº 51.437, de 26.04.2010 - Altera os artigos 1º e 6º do Decreto nº 47.661, de 6 de setembro de 2006, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB, criado pelo artigo 235 e seguintes da Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002

SÃO PAULO URBANISMO

Lei nº 7.670, de 24.11.71 - Cria a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB
Lei 9840, de 05.01.85. - Dá nova redação ao art. 7º da Lei 7670/71, renumerado pelo artigo 3º da Lei 8306/75.
Lei 10.320/87 - Revoga o Parágrafo Único do Art. 4º da Lei 7670/71, introduzido pela Lei 8059/74.
Decreto 21.918, 07.02.1986 - Dispõe sobre a subordinação da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, à Secretaria Municipal de Planejamento.
Lei nº 11.011, de 25.06.1991 - Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei 7670/71, renumerado pelo art. 3º da Lei 8306/75
Lei nº 15.056, de 08.12.2009 - Autoriza a cisão da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB
Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010 - Dispõe sobre a cisão da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, conforme autorizado pela Lei nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009, bem como aprova os contratos sociais das empresas públicas São Paulo Urbanismo - SP-Urbanismo e São Paulo Obras - SP-Obras



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Decreto nº 51.838, de 05.10.2010 - Altera o artigo 14 do Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a cisão da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, conforme autorizado pela Lei nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009. Decreto nº 52.063, de 30 de dezembro de 2010 - Dispõe sobre alteração do capital social da Empresa São Paulo Urbanismo - SP-Urbanismo e delega competência ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano para representar a Prefeitura do Município de São Paulo na prática dos atos que especifica.	SMDU



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU

Descrição da Legislação

Lei 10.115, de 15 de setembro de 1986; cria a Guarda Civil Metropolitana;

Lei 10.272, de 06 de abril de 1987; institui a carreira de Guarda Civil Metropolitano;

Lei 10.406, de 02 de dezembro de 1987; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 11.426, de 18 de outubro de 1993; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 10.718, de 21 de dezembro de 1988; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 11.715, de 03 de janeiro de 1995; reorganiza o quadro de profissionais da GCM;

Lei 12.824, de 07 de abril de 1999; altera a Lei 10.115/1986;

Lei 13.155, de 29 de junho de 2001; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 13.188, de 16 de outubro de 2001; dispõe sobre obrigações da PMSP;

Lei 13.306, de 23 de janeiro de 2002; dispõe sobre o uso de coletes antibalísticos;

Lei 13.396, de 26 de julho de 2002; cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana;

Lei 13.401, de 01 de agosto de 2002; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 13.519, de 07 de fevereiro de 2003; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 13.430; de 13 de setembro de 2002; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 13.530, de 14 de março de 2003; institui o regulamento disciplinar do quadro de profissionais da GCM;

Lei 13.768, de 26 de janeiro de 2004; reorganiza o quadro de profissionais da GCM;

Lei 13.866, de 01 de julho de 2004; fixa as atribuições da GCM;

Lei 14.349, de 05 de abril de 2007; cria a Corregedoria Geral da GCM;

Lei 14.380, de 03 de maio de 2007; altera o regulamento disciplinar do quadro de profissionais da GCM;

Lei 14.492, de 31 de julho de 2007; introduz alterações na estrutura da GCM;

Lei 14.879, de 07 de janeiro de 2009; introduz alterações na estrutura da SMSU;

Lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009; introduz alterações na estrutura da SMSU;

Lei 15.091, de 04 de janeiro de 2010; dispõe sobre registro de entidades de segurança;

Lei 15.276, de 02 de setembro de 2010; estabelece diretrizes para a política municipal de prevenção e combate ao trabalho infantil;

Lei 15.363, de 25 de março de 2011; dispõe sobre gratificação ao pessoal;

Lei 15.365, de 25 de março de 2011; introduz alterações na estrutura da SMSU;

Lei 15.366, de 08 de abril de 2011; institui o prêmio de desempenho em segurança urbana;

Lei 15.367, de 08 de abril de 2011; dispõe sobre gratificação ao pessoal;

Decreto 22.047, de 21 de março de 1986; dispõe sobre o funcionamento da SEMDES;

Decreto 27.843, de 30 de junho de 1989; revoga dispositivos legais;

Decreto 31.551, de 14 de maio de 1992; dispõe sobre uniformes da GCM;

Decreto 39.591, de 06 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.592, de 06 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.593, de 06 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.594, de 06 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.595, de 06 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.596, de 06 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.636, de 21 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.637, de 21 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.638, de 21 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.639, de 21 de julho de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.774, de 30 de agosto de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.775, de 30 de agosto de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.776, de 30 de agosto de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.824, de 15 de setembro de 2000; cria a laurea do mérito pessoal;

Decreto 39.825, de 15 de setembro de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.826, de 15 de setembro de 2000; regulamenta o uso da frota da GCM;

Decreto 39.827, de 15 de setembro de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 39.828, de 15 de setembro de 2000; dispõe sobre o credenciamento da GCM como agente de trânsito;

Decreto 39.915, de 03 de outubro de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 40.001, de 26 de outubro de 2000; dispõe sobre uniformes da GCM;

Decreto 40.002, de 26 de outubro de 2000; dispõe sobre o regulamento disciplinar da GCM;

Decreto 40.156, de 14 de dezembro de 2000; dispõe sobre concurso de acesso na carreira;

Decreto 40.157, de 14 de dezembro de 2000; introduz alterações na nomenclatura da GCM;

Decreto 40.197, de 27 de dezembro de 2000; introduz alterações na estrutura da GCM;

Decreto 40.261, de 22 de janeiro de 2001; revoga dispositivos legais;

Decreto 41.621, de 18 de janeiro de 2002; regulamenta a Lei 13188/2001;

Decreto 42.379, de 10 de setembro de 2002; dispõe sobre o sistema Infocrim;



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU
	Decreto 42.405, de 17 de setembro de 2002; regulamenta a Lei 13306/2002	
	Decreto 42.596, de 08 de novembro de 2002; reorganiza o sistema de defesa civil;	
	Decreto 42.616; de 14 de novembro de 2002; dispõe sobre a frota da SMSU;	
	Decreto 42.663 de 29 de novembro de 2002; regulamenta o artigo 13 da Lei 13396/2002;	
	Decreto 42.664, de 29 de novembro de 2002; regulamenta o artigo 16 da Lei 13396/2002;	
	Decreto 42.690, de 06 de dezembro de 2002; introduz alterações na estrutura da GCM;	
	Decreto 42.808, de 24 de janeiro de 2003; dispõe sobre a criação da força tarefa permanente e integrada para combate a atividades ilegais e focos de violência urbana;	
	Decreto 42.867, de 17 de fevereiro de 2003; altera o Decreto 41621/2002;	
	Decreto 43.105, de 17 de abril de 2003; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 43.233, de 22 de maio de 2003; regulamenta os dispositivos administrativos disciplinares;	
	Decreto 43.473, de 15 de julho de 2003; dispõe sobre instalação de bases comunitárias	
	Decreto 45.683, de 01 de janeiro de 2005; introduz alterações na estrutura da SMSU	
	Decreto 45.798, de 29 de março de 2005; introduz alterações na estrutura da SMSU	
	Decreto 47.534, de 01 de agosto de 2006; reorganiza o sistema de defesa civil;	
	Decreto 47.691, de 15 de setembro de 2006; altera o regime especial de trabalho policial;	
	Decreto 47.744, de 03 de outubro de 2006; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 48.223, de 26 de março de 2007; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 48.471, de 23 de junho de 2007; dispõe sobre a instalação de dispositivos de vigilância eletrônica;	
	Decreto 48.727, de 18 de setembro de 2007; dispõe sobre atribuições da GCM;	
	Decreto 48.728, de 18 de setembro de 2007; regulamenta concurso de acesso;	
	Decreto 48.729, de 18 de setembro de 2007; dispõe sobre avaliação de desempenho;	
	Decreto 48.963, de 22 de novembro de 2007; institui o Centro de Controle Integrado 24 horas	
	Decreto 49.071, de 19 de dezembro de 2007; cria o Gabinete de Gestão Integrada Municipal;	
	Decreto 49.226; de 08 de fevereiro de 2008; disciplina a situação funcional de servidores;	
	Decreto 49.765, de 16 de julho de 2008; dispõe sobre a atuação da GCM;	
	Decreto 49.861, de 01 de agosto de 2008; dispõe sobre a atuação da GCM;	
	Decreto 49.952, de 26 de agosto de 2008; dispõe sobre regimento interno da GCM;	
	Decreto 50.030, de 12 de setembro de 2008; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 50.031, de 15 de setembro de 2008; regulamenta dispositivos operacionais da GCM;	
	Decreto 50.068, de 01 de outubro de 2008; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 50.132, de 21 de outubro de 2008; regulamenta dispositivos operacionais da GCM;	
	Decreto 50.154, de 28 de outubro de 2008; dispõe sobre a atuação da GCM;	
	Decreto 50.388, de 16 de janeiro de 2009; reorganiza a estrutura da SMSU;	
	Decreto 50.393, de 21 de janeiro de 2009; dispõe sobre a comissão integrada de fiscalização;	
	Decreto 50.448, de 25 de fevereiro de 2009; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 50.525, de 26 de março de 2009; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 50.632, de 25 de maio de 2009; dispõe sobre uniformes da GCM;	
	Decreto 50.684, de 24 de junho de 2009; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 50.752, de 23 de julho de 2009; dispõe sobre as atribuições da GCM;	
	Decreto 50.863, de 16 de setembro de 2009; dispõe sobre regimento interno da SMSU;	
	Decreto 50.864, de 17 de setembro de 2009; dispõe sobre homenagens no âmbito da GCM;	
	Decreto 50.978, de 06 de novembro de 2009; dispõe sobre insígnias em uso em uniformes da GCM;	
	Decreto 51.041, de 19 de novembro de 2009; dispõe sobre curso de formação de comando da GCM;	
	Decreto 51.379, de 31 de março de 2010; introduz alterações na estrutura da SMSU;	
	Decreto 51.506, de 19 de maio de 2010; regulamenta concurso de acesso aos integrantes da GCM;	
	Decreto 51.646, de 20 de julho de 2010; aprova o regulamento dos uniformes da GCM;	
	Decreto 51.788, de 15 de setembro de 2010; altera a Gratificação pelo Regime especial de trabalho policial - RETP;	
	Decreto 51.904, de 04 de novembro de 2010; regulamenta a atuação da Corregedoria Geral da GCM;	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	FUNDATEC

Descrição da Legislação

Lei nº 13.806, publicada em 11 de maio de 2004 - Institui a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia e cria unidades de ensino, pesquisa e extensão a ela vinculadas;

Lei nº 13.865, publicada em 01 de julho de 2004 - Dispõe sobre os quadros provisórios de pessoal da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia e da unidade de ensino, pesquisa e extensão que especifica, e altera dispositivos da Lei nº 13.806, de 10 de maio de 2004;

Lei nº 15.362, publicada em 24 de março de 2011 - Dispõe sobre a representação judicial e contratação de pessoal da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia.

Decreto nº 44.963, publicado em 03 de julho de 2004 - Aprova o Estatuto da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia;

Decreto nº 46.015, publicado em 01 de julho de 2005 - Altera o Estatuto da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia;

Decreto nº 49.143, publicado em 16 de janeiro de 2008 - Dispõe sobre a denominação da Escola Técnica de Saúde Pública Cidade Tiradentes, vinculada à Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia;

Decreto nº 51.820, publicado em 27 de setembro de 2010 - Dispõe sobre a fusão das Secretarias Municipais de Planejamento e de Modernização, Gestão e Desburocratização, tornando-se a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, com isso a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia passa a ser vinculada a Sempla;

Decreto nº 52.069, publicado em 05 de janeiro de 2011 - Atribui à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão a realização de licitações e contratação de serviços da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia;

Decreto nº 52.099 publicado em 21 de janeiro de 2011 - Atribui à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão atividades de apoio ligadas à Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia.

Portaria nº 2, publicada em 29 de julho de 2011 - Dispõe sobre a comissão de recebimento de materiais e serviços na Escola Técnica de Saúde Pública - Prof. Makiguti.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	AMLURB

Descrição da Legislação

LEI Nº 13.430 de 13/09/02 (Retificada em 09/11/02) Plano Diretor Estratégico. (PI 290/02)

LEI nº 13.478 de 30/12/02 Dispõe sobre organização Sist. Limp. Urb. Mun. SP; cria / estrutura órgão regulador; autoriza poder público delegar execução dos serviços públicos mediante concessão / permissão; institui Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU. (pl 685/02)

LEI Nº13.522 de 19/02/03 Dá nova redação a dispositivos e aos anexos I, III, IV e VI Lei nº 13.478/02, dispõe sobre organização Sistema Limpeza Urbana; cria / estrutura órgão regulador; autoriza poder público delegar execução serviços mediante concessão / permissão; institui TRSD, TRSS, FISLURB; cria FMLU, e dá outras providências. (pl 2/03)

LEI Nº13.699, de 24/12/03 Disciplina o fator de correção social ("fator k") da TRSD, a que se refere o artigo 92 da lei nº 13.478/02, alterada pela Lei nº 13.522/03; estende o referido fator relativamente a TRSS, também instituído pelo mesmo diploma legal, e dá nova redação a seus artigos 86 e 248.

LEI Nº13.782, de 11/02/04 Dá nova redação ao artigo 139 da Lei nº 13.478, de 30 de Dezembro de 2002, alterada pela Lei 13.522, de 19 de Fevereiro de 2003, e dá outras providências.

DECRETO Nº 42.992, de 20/03/03 Regulamenta disposições da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, que instituiu a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD e a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde - TRSS, relativamente ao procedimento tributário.

DECRETO Nº 43.214, de 19/05/03 Introdz modificações no Decreto nº 42.992, de 20 de Março de 2003, que regulamentou a Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, que instituiu a TRSD e a TRSS, relativamente ao procedimento tributário.

DECRETO Nº 43.271, de 26/05/03 Regulamenta o Fundo Municipal de Limpeza urbana - FMLU, instituído pelo artigo 79 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003.

DECRETO Nº 44.700, de 30/04/04 Regulamenta a lei nº 13.699/03, que disciplina o fator de correção social ("fator k") da TRSD, a que se refere ao artigo 92 da Lei nº 13.478/02, alterada pela Lei nº 13.522, e estende o referido fator relativamente a TRSS, também instituída pelo mesmo diploma legal.

DECRETO Nº 45.265, de 10/09/04 Regulamenta o parágrafo 1º do artigo 139 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, acrescido pela Lei nº 13.782, de 11 fevereiro de 2004.

DECRETO Nº 45.294, de 17/09/04 Aprova o regulamento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB e estabelece o procedimento de sua implantação.

DECRETO Nº 45.668, de 29/12/04 Regulamenta os artigos 123 e 140 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispões sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana no Município de São Paulo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 45.796, de 23/03/05 Prorroga o prazo previsto no parágrafo único do artigo 12 Decreto nº 45.668, de 29 de dezembro de 2004, que regulamenta os artigos 123 e 140 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana no Município de São Paulo.

DECRETO Nº 45.801 de 29/03/05 Prorroga o prazo previsto no artigo 26 do Decreto nº 45.668, de 29/12/04, que regulamenta os artigos 123 e 140 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana no Município de São Paulo.

DECRETO Nº 45.885 de 09/05/05 Regulamenta disposições da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei, 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, relativas à cobrança da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB.

DECRETO nº 46.004 de 29/06/05 Altera o Decreto nº 45.668 de 29 de dezembro de 2004, que regulamenta os artigos 123 e 140 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana no Município de São Paulo.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHAB

Descrição da Legislação

Sociedade Anônima de Economia Mista, constituída em conformidade com a Lei Municipal Nº 6.738, de 16/11/65, com alterações introduzidas pela Lei 8.310 de 27/10/1975.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	FMSAI

Descrição da Legislação

LEI 14.934 18/06/2009 Cria o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	FMDT

Descrição da Legislação

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO - DSV

LEI FEDERAL 9.503 29/09/1997 Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

LEI 11.368 18/05/1993 Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos de qualquer natureza por veículos de carga no Município de São Paulo, e dá outras providências.

LEI 12.632 15/05/1998 Dispõe sobre a exclusão dos médicos da restrição imposta quanto a circulação de veículos no Município de São Paulo.

LEI 14.146 12/04/2006 Dispõe sobre circulação de veículos de tração animal e animais montados, ou não, no Município de São Paulo.

LEI 14.265 07/02/2007 Altra o Art. 2 da Lei 14.146, de 11 de abril de 2006 e dá outras providências.

LEI 14.488 19/07/2007 Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito - FMDT.

LEI 14.656 22/12/2007 Autoriza o Executivo a contratar Operação de Crédito Interno com o Banco do Brasil S.A. e a oferecer garantia, nas condições que especifica.

LEI 14.751 28/05/2008 Dispõe sobre a implantação de Programa de Restrição ao Trânsito de veículos automotores pesados, do tipo caminhão, no Município de São Paulo.

DECRETO 36.957 11/07/1997 Regulamenta a Lei nº 11.368, de 17/05/93, que dispõe sobre o transporte de produtos perigosos de qualquer natureza por veículos de carga no Município de São Paulo.

DECRETO 37.293 28/01/1998 Fixa atribuições à Secretaria Municipal de Transportes; designa o Departamento de Operação no Sistema Viário - DSV para exercer as funções previstas no Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.

DECRETO 39.563 29/06/2000 Regulamenta a Lei 12.632, de 6 de maio de 1998, que dispõe sobre a exclusão dos médicos da restrição imposta quanto a circulação de veículos, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

DECRETO 42.200 17/07/2002 Dispõe sobre a criação de Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.

DECRETO 42.422 20/09/2002 Institui e regulamenta a fiscalização eletrônica e informatizada de Posturas Municipais e dá outras providências.

DECRETO 46.013 01/07/2005 Delega competência ao Secretário Municipal de Transportes para representar o Município na assinatura do Convênio a ser celebrado com o Estado de São Paulo, tendo por objetivo a realização, pela Polícia Militar, das atividades de trânsito que especifica e dá fiscalização do transporte de produtos perigosos.

DECRETO 48.338 11/05/2007 Estabelece normas para trânsito de caminhões e para carga e descarga em estabelecimento no Município de São Paulo.

DECRETO 49.399 12/04/2008 Regulamenta a Lei 14.488/07, de 19 de julho de 2007, que dispõe sobre a instituição do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito - FMDT e do Programa de Identificação Automática de Veículos - PRAV.

DECRETO 49.487 13/05/2008 Regulamenta o trânsito de caminhões na zona de máxima restrição de circulação - ZMRC .

DECRETO 49.525 28/05/2008 Regulamenta a Lei nº 14.146, de 11 de abril de 2006, alterada pela Lei nº 14.265, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais, montados ou não, em vias do Município de São Paulo.

DECRETO 49.636 18/06/2008 Dispõe sobre o trânsito dos veículos urbanos de carga - VUC na Zona de Máxima Restrição de Circulação - ZMRC, nos período e horários que especifica.

DECRETO 49.637 18/06/2008 Cria Comissão para análise das excepcionalidades na Zona de Máxima Restrição de Circulação - CAEZ, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes.

DECRETO 49.675 28/06/2008 Acresce dispositivos aos Arts. 2 e 3 do Decreto 49.487, de 12/05/2008, que regulamenta trânsito de caminhões na Zona Máxima de Restrição de Circulação; altera horários a serem obedecidos pelas feiras livres realizadas especificamente em vias e logradouros públicos localizados dentro do perímetro da ZMRC.

DECRETO 49.800 24/07/2008 Regulamenta a Lei 14.751, de 28 de maio de 2008, que dispõe sobre a implantação do Programa de Restrição ao Trânsito de veículos automotores pesados, do tipo caminhão, do Município de São Paulo.

DECRETO 49.801 24/07/2008 Altera os Incisos II e IV do "caput" do Art. 3 do Decreto nº 49.487, de 12/05/2008, com redação conferida pelo Decreto nº 49.675, de 27/06/2008, no tocante a regulamentação do trânsito de caminhões para remoção de terra, entulho e transporte de caçambas na Zona de Máxima Restrição de Circulação - ZMRC.

DECRETO 50.164 30/10/2008 Acresce o Inciso V ao "caput" do Art. 3, do Decreto nº 49.487, de 12 de maio de 2008, que regulamenta o trânsito de caminhões na Zona de Máxima Restrição de Circulação - ZMRC, com as alterações introduzidas pelos Decretos nºs 49.675, de 27 de junho de 2008 e nº 49.801, de 23 de julho de 2008.

DECRETO 50.446 21/2/2010 Regulamenta o transporte de produtos perigosos por veículos de carga nas vias



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	FMDT
	<p>públicas do Município de São Paulo, nos termos da legislação específica. DECRETO 50.884 25/9/2009 Institui a Comissão de Acompanhamento da Regulamentação do Fretamento-CAREF, nos termos do Artigo 20 da Lei nº 14.971, de 25 de agosto de 2009.</p>	
	<p>COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET</p>	
	<p>LEI 8.394 29/05/1976 Autoriza a constituição da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, e dá outras providências. LEI 6.895 26/05/1966 Estabelece cobrança de preço pelo estacionamento de veículos nos bens públicos de uso comum do povo.Ret. 31/05/66-f.1. LEI 10.399 24/12/1987 Altera o Art. 2º, Inciso III, da Lei 8.394/76. LEI 10.731 07/06/1989 Institui a representação de empregados nos órgãos de administração e fiscalização das empresas e fundações nas quais tenha o Município de São Paulo, o controle majoritário.Ret. 08/06/89-f.1. LEI 10.795 23/12/1989 Revoga isenções de tributos municipais, e dá outras providências. LEI 12.523 29/11/1997 Autoriza o Executivo a outorgar, mediante licitação, concessão para exploração de estacionamento em vias e logradouros públicos, e dá outras providências. LEI 14.072 19/10/2005 Autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET a cobrar pelos custos operacionais de serviços prestados em eventos, relativos à operação do sistema viário. LEI 14.488 20/07/2007 Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito - FMDT. LEI 14.901 07/02/2009 Dispõe sobre a participação de representantes da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, nos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs, e dá outras providências. LEI 15.002 23/10/2009 Sistematiza legislação municipal que dispõe sobre fechamento ao tráfego de veículos estranhos aos moradores de vilas, ruas s/saída e ruas e travessas com características de ruas s/saída, revoga as Leis nºs 10898, 05/12/90, 12138, 05/07/96, 13209, 13/11/2001 e 14113, 20/12/2005, e dá outras providências. LEI 15.150 07/05/2010 Dispõe sobre os procedimentos para a aprovação de projetos arquitetônicos e para a execução de obras e serviços necessários para a minimização de impacto no Sistema Viário decorrente da implantação ou reforma de edificações e da instalação de atividades - Pólo Gerador de Tráfego. DECRETO 11.661 31/12/1974 Dispõe sobre permissão de estacionamento em vias e logradouros públicos do Município, e dá outras providências.Ret. 9/1/75-f.4. DECRETO 15.030 15/04/1978 Dispõe sobre permissão de uso de imóvel à CET. Ret. 27/04/78-f.4. DECRETO 15.093 08/06/1978 Dá nova redação ao Art. 1º do Decreto nº 15.030/78. DECRETO 17.115 06/01/1981 Dispõe sobre a transferência, para a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, da permissão para exploração de estacionamento em vias e logradouros públicos do Município, e dá outras providências. DECRETO 17.169 04/02/1981 Prorroga o prazo de início da vigência do Decreto nº 17.115, de 05 de janeiro de 1981. DECRETO 22.230 21/05/1986 Confere nova redação ao Art. 5º do Decreto 11.661/74, e dá outras providências. DECRETO 29.440 19/12/1990 Dispõe sobre redução de preço de aquisição de lotes de talonários de cartões de estacionamento em vias e logradouros públicos, e dá outras providências. DECRETO 29.901 12/07/1991 Revoga o parágrafo único do art. 1 do Decreto 29.440/90. DECRETO 37.292 28/01/1998 Regulamenta a Lei 12.523, que autoriza o executivo a outorgar, mediante licitação, concessão para exploração de estacionamento em vias e logradouros públicos, e dá outras providências. DECRETO 37.293 28/01/1998 Fixa atribuições à Secretaria Municipal de Transportes; designa o Departamento de Operação do Sistema Viário - DSV para exercer as funções previstas no Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. DECRETO 37.540 28/07/1998 Dá nova redação aos arts. 4,6 e 10 do Decreto 27.292/98. DECRETO 42.117 19/06/2002 Altera o Decreto 29.440, de 18/12/1990, que dispõe sobre redução de preço de aquisição de lotes de talonários de cartões de estacionamento em vias e logradouros públicos. DECRETO 49.525 28/05/2008 Regulamenta a Lei 14.146, de 11.04.2006, alterada pela Lei 14.25, de 06.02.2007, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais, montados ou não em vias do Município de São Paulo. DECRETO 49.399 12/04/2008 Regulamenta a Lei 14.488 que dispõe sobre a instituição do FMDT e do PRIAV. DECRETO 50.023 13/09/2008 Regulamenta o calendário de eventos na Cidade de São Paulo, relativamente ao disposto nos artigos 2 a 6 da Lei 14.485, de 19/07/2007. DECRETO 51.541 10/06/2010 Regulamenta a Lei 15002, que sistematiza a legislação municipal que dispõe sobre o fechamento ao tráfego de veículos estranhos aos moradores de vilas, ruas s/saída e ruas e travessas com características de rua s/saída. DECRETO 51.771 10/0./2010 Regulamenta a Lei 15.150, que dispõe sobre os procedimentos para aprovação de</p>	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
87	<p data-bbox="347 286 874 320">Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito</p> <p data-bbox="204 331 1426 600">projetos arquitetônicos e para execução de obras e serviços necessários para minimização de impacto no Sistema Viário decorrente da implantação/reforma de edificações e da instalação de atividades - Pólo Gerador de Tráfego. DECRETO 51.877 28/10/2010 Altera o art. 7 e o - caput - do artigo 12 do Decreto 49399, os quais dispõe, respectivamente, sobre o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal do FMDT. DECRETO 51.953 30/11/2010 Confere nova regulamentação da Lei 14072 que autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET cobrar pelos custos operac. serviços prestados em eventos, relativos operação do sistema viário; revoga Decretos 46.942/06, 47541/06, e 48115/07. DECRETO 52.244 16/04/2011 Dispõe sobre a instituição e organização do serviço "City Tour Oficial da Cidade de São Paulo".</p>	FMDT



Legislação/Atribuição do Órgão

		R\$
Código	Descrição	Sigla
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	FMESP
	Descrição da Legislação	
	Lei nº 13.790 (DOC 14/02/2004) Institui na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação o Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, e dá outras providências. Projeto de Lei 624/2001 do Vereador Vicente Cândido - DOM 10/11/2011,p.242	



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FUMCAD

Descrição da Legislação

LEI 11.123, 22/01/1991- Dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e cria CMDCA.

LEI 11.247 01/10/1992 - Cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, e da outras providências.

LEI 14.667 14/01/2008 Cria a Secretaria Municipal de Participação e Parceria - SMPP, bem como dispõe sobre seu quadro de Cargos de Provimento em Comissão. PL 796/07.

DECRETO 31.319/1992, que regulamenta a Lei nº 11.123/1991.

DECRETO 43.135 25/04/2003 - Da nova regulamentação a Lei 11.247, de 1. de outubro de 1992, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DECRETO 43.935 09/10/2003 Altera o DECRETO 43.135, altera o inc. IV do art.3.; o par. 1. do Art. 4º, o par. 1. do art 10; o inc. IV do art. 11, acrescentado de par. Único.

DECRETO 45.683 01/01/2005 Dispõe sobre a Organização, Atribuições e Funcionamento da Administração Pública Municipal Direta.

DECRETO 46.716 26/12/2005 Transfere a gestão administrativa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD para a Secretaria Especial para Participação e Parceria.

DECRETO 47.669, 11/09/2006 Introduce alterações nos artigos 8º, 10 e 11 do Decreto nº 43.135, de 25 de abril de 2003, que regulamentou a Lei nº 11.247, de 1º de outubro de 1992, instituidora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, bem como dispõe sobre a execução dos convênios em vigor que especifica.

DECRETO 49.183 07/02/2008 Transfere Cargos de Provimento em Comissão para Órgãos Municipais Indicados, com as alterações de lotação e de denominação nos casos que especifica.

DECRETO 50.996 17/11/2009 Reorganiza a Secretaria Municipal de Planejamento-Sempla e dispõe sobre o seu quadro de cargos de provimento em comissão bem como cria o Conselho Consultivo do Programa de Metas. (Art. 29, II.)

DECRETO 51.489 14/05/2010 Acresce o Inciso VI ao Parágrafo Único do Artigo 1. e da Nova Redação ao Artigo 4., ambos do Decreto n.49539, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre as Normas Relativas as Transferências de Recursos do Município de São Paulo mediante Convênios; Revoga o Decreto n. 49714, de 7 de julho de 2008.

DECRETO 51.501 18/05/2010 Dispõe sobre a celebração de convênios que envolvam a utilização de recursos financeiros.

DECRETO 51.901 03/11/2010 Dispõe sobre autorização prévia para celebração de convênios que envolvam a utilização de recursos financeiros.

DECRETO 52.218 29/03/2011 Reorganiza e cria novos Conselhos Tutelares.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
91	Fundo Municipal de Habitação	FMH

Descrição da Legislação

LEI 11.632 22/7/1994 Autoriza a instituição junto a COHAB-SP do Fundo Municipal de Habitação - FMH e cria o Conselho do Fundo Municipal de Habitação.

LEI 13.425 2/9/2002 Regulamenta o Artigo 168 da Lei Orgânica do Município e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo.

DECRETO 52.535 29/07/2011 Anula recursos do FMH e Suplementa a COHAB, visando possibilitar despesas inerentes as atividades do FMH através da COHAB.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	FEMA

Descrição da Legislação

LEI 14.887 16/01/09 Reorganiza a SVMA e revoga Leis e Decretos que Especifica.

LEI 13.155 29/06/01 Cria, na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA e dá outras providências

DECRETO 41.713 25/02/02 Regulamenta a LEI nº 13.155, de 29 de junho de 2001, que cria, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, e dá outras providências.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
96	Fundo Municipal de Turismo	FUTUR

Descrição da Legislação

LEI 11.198 de 19 de maio de 1992 - Cria o Plano Turístico Municipal - PLATUM, e da outras providencias.

DECRETO 46.649 de 21 de novembro de 2005 - Regulamenta a Lei 11.198, de 19 de maio de 1992, dispondo sobre o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e o Fundo Municipal de Turismo - FUTUR



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	FUNDURB

Descrição da Legislação

LEI 13.430 13/09/02 Seção VIII Artº 235 Cria o Fundo de Desenvolvimento Urbano, administrado por Conselho Gestor .

DECRETO 47.661 06/09/2006 Veda aplicação dos recursos FUNDURB em despesas de custeio, ressalvadas relações com o 5º Artigo.

DECRETO 51.437 26/04/2010 Composição do Conselho Gestor.



Legislação/Atribuição do Órgão

R\$

Código	Descrição	Sigla
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	FUNDIP

Descrição da Legislação

LEI Nº 13.479 - 30/12/2002 - Institui no Município de São Paulo a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição da República.(PL627/01);

DECRETO Nº 43.143 - 29/4/2003 - Regulamenta a Lei nº 13.479, de 30/12/2002, que institui no Município de São Paulo a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública - COSIP, e dispõe sobre o Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP ;

DECRETO Nº 45.044 - 22/7/2004 - Acrescenta o inciso IX ao "caput" do artigo 13 do Decreto nº 43.143, de 29/04/2003, que regulamenta a Lei nº 13.479, de 30/12/2002, a qual institui no Município de São Paulo, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, Prevista no artigo 149-A da Constituição da República ;

DECRETO Nº 45.683 - 01/01/2005- Dispõe sobre organização, atribuição e funcionamento da Administração Municipal Direta;

DECRETO Nº 45.886 - 10/5/2005 -Dá nova redação ao artigo 11 e ao "caput do 14 do Decreto nº 43.143, de 29/04/2003, que regulamenta a Lei nº 13.479, de 30/12/2002, a qual institui no município de São Paulo a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP e dispõe sobre o Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP;

DECRETO Nº 46.906 - 11/01/2006, que autoriza as Subprefeituras a executarem serviços de Ampliação da Rede de Iluminação Pública;

DECRETO Nº 46.997 - 13/02/2006 , que fixa as atribuições do Departamento de Iluminação Pública - ILUME;

DECRETO Nº 47.072 - 13/03/2006, que dispõe sobre a isenção da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública;

DECRETO Nº 47.259 - 05/05/2006 , que regulamenta procedimentos decorrentes da responsabilidade tributária da empresa concessionária dos serviços públicos e distribuição de energia elétrica concernente a contribuição para custeio de iluminação pública - COSIP.